



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SÍLVIA CORREIA DE CODES

**HISTÓRIAS DE ANTIGAMENTE:
CULTURA E MEMÓRIA NAS LAVRAS DIAMANTINAS**

FEIRA DE SANTANA

2011

SÍLVIA CORREIA DE CODES

**HISTÓRIAS DE ANTIGAMENTE:
CULTURA E MEMÓRIA NAS LAVRAS DIAMANTINAS**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE
SANTANA, COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM HISTÓRIA.

ORIENTADOR: PROF. DR. CHARLES SANTANA

FEIRA DE SANTANA

2011

Ficha Catalográfica: Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Codes, Sílvia Correia de
C599h Histórias de antigamente: cultura e memória nas Lavras Diamantinas / Sílvia
Correia de Codes. – Feira de Santana, 2011.
116 f. : il.

Orientador: Charles Santana

Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Estadual de Feira de
Santana, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-
Graduação em História, 2011.

1. História da Bahia. 2. Narrativas. 3. Oralidade. 4. Memória. I. Santana,
Charles. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Departamento de
Ciências Humanas e Filosofia. IV. Título.

CDU: 981(814.2)

SÍLVIA CORREIA DE CODES

**HISTÓRIAS DE ANTIGAMENTE:
CULTURA E MEMÓRIA NAS LAVRAS DIAMANTINAS**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COM REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM HISTÓRIA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA.

APROVADA EM ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. DR^a. MÁRCIA MARIA DA SILVA BARREIROS LEITE

PROF^a. DR^a. RITA DE CÁSSIA MENDES PEREIRA

PROF. DR. CHARLES D'ALMEIDA SANTANA – ORIENTADOR

*À memória de meu avô,
Gilberto*

AGRADECIMENTOS

Apesar de o caminho acadêmico tratar-se de uma jornada solitária – a que qualquer investigador está destinado – essa dissertação reúne contribuições diversas. Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos moradores e depoentes do distrito de Caeté-Açu, pela boa vontade com que abriram suas casas, suas vidas, ou apenas disponibilizaram seu tempo para nos conceder as entrevistas. Esse material foi imprescindível para realização dessa dissertação.

Aos meus pais, Luiz e Magda, que sempre se esforçaram para nos proporcionar o melhor. Obrigada pelo carinho e pelo amor de vocês. Aos meus queridos irmãos, Clara e Davi. À Clarita, pelo constante entusiasmo e alegria com que se referia a minha pesquisa, e à Dazinho, pelo indispensável apoio na resolução dos assuntos burocráticos e pela maravilhosa companhia na viagem de campo de março de 2010 – não teria conseguido sem você. A minha amada avó Maria, presença constante em minha vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, na figura de seus professores e funcionários. Meu agradecimento especial às professoras Márcia Barreiros, Neivalda Oliveira e Vilma Nascimento, pelo aprendizado e pela amizade ao longo desses anos.

Aos professores Rinaldo Leite, Rita de Cássia Pereira e Charles Santana, pelas contribuições no exame de qualificação. Em especial ao professor Rinaldo Leite por ter sido o meu orientador durante o primeiro ano e meio de mestrado. Obrigada por tudo.

À querida professora Tânia Gandon, que acolheu minha pesquisa com muito entusiasmo e pelos incentivos constantes.

Aos meus amigos David, Maria, Mirela, Vanessa e Ricardo, por todo o estímulo e apoio durante os anos de graduação. As minhas colegas de turma, hoje amigas, Andréia, Aline e Maíra, por amenizar os momentos de dificuldade no primeiro ano do mestrado. À Cristina, por percorrermos juntas o caminho do autoconhecimento. À Lua, Rafael e Maria Clara, presentes nos melhores e piores momentos de minha vida.

Ao meu melhor amigo e companheiro Caio Adan. Pela paciência, compreensão, e pelas diversas correções e inúmeras sugestões feitas nos meus escritos. Seu carinho foi fundamental nos momentos de insegurança. Foi realmente muito importante ter tido você ao meu lado ao longo desses dois anos e meio.

Ao meu orientador, Charles Santana, por ter aceitado o desafio dessa orientação já na reta final do mestrado e pela confiança em mim depositada.

À CAPES, pela bolsa de estudo concedida.

É a região dos diamantes e dos mysterios de que se contam maravilhas. Aqui, diz a tradição, emboca o rio num sumidouro, e doces, que eram, ao entrar, as suas águas, saem-lhe amargas do curso sub-terraneo. Adiante um sumidouro desmanchado é uma ponte de pedra natural que as maiores enchentes respeitam. Depois, em um descampado, depara-se-lhe lagoa a Encantada em que há ilha que se desloca ao sabor dos ventos. Mais alem o terror da morte não tem poder para afugentar o garimpeiro obstinado em desvendar o thesouro de diamantes no fundo dos poços que as febres malignas defendem.

THEODORO SAMPAIO, 1949

RESUMO

Esta dissertação busca compreender a importância e a função do ato de contar histórias no cotidiano dos moradores do distrito de Caeté-Açu – localizado na região da Lavras Diamantina, no Estado da Bahia. As histórias ou “causos” como o do Lobisomem, da Mula sem cabeça, do Cavaleiro dourado, do pote de diamante e das “livusias” de garimpo, famosas na região, são aqui interpretadas a partir do conceito de “maravilhoso”, conforme descrito pelo medievalista francês Jacques Le Goff. A partir da análise dessas narrativas, procuramos compreender práticas cotidianas associadas a este imaginário, e de que modo elas serviam de instrumentos pedagógicos para prescrever costumes e normatizar condutas sociais nos tempos de antigamente. Através do diálogo com as fontes orais e a historiografia especializada, dar-se-á especial atenção a estas narrativas enquanto resultado da apropriação e ressignificação de tradições discursivas e representações imagéticas do mundo ibérico. Por último, dialogamos com as contradições e as dúvidas dos moradores acerca da veracidade dos “causos” narrados, assim como buscamos compreender o ponto de vista das novas gerações a respeito dessas histórias e os esforços que vêm sendo travados por alguns segmentos do povoado do Vale de Capão para resguardar essas narrativas das interferências tecnológicas e outras transformações modernizantes ocorridas nas últimas décadas no distrito. Essas interferências acabaram por provocar a diminuição e, em alguns casos, até mesmo o desaparecimento das manifestações maravilhosas, bem como a diminuição da reprodução desses “causos” nos dias atuais, segundo os relatos.

Palavras-chaves: Narrativas, memória, oralidade, maravilhoso, Caeté-Açu.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the importance and function of storytelling in the everyday life of residents of the Caeté-Açu district – located in the region of Lavras Diamantina, State of Bahia. The stories or “tales” such as that of the Werewolf, the Headless mule, the golden Knight, the diamond pot and the “livusias” of the mines, famous in the region, are interpreted here inscribed within the concept of “wonderful”, as described by the French medievalist Jacques Le Goff. From the analysis of these narratives, we seek to understand everyday practices associated with this imaginary, and how they served as pedagogic tools to prescribe and regulate social behavior in old times. Dialoguing with the sources and oral history specialists, we argue that these narratives result from the appropriation and reframing of imagistic representations and discursive traditions of the Iberian world. Finally, we dialogue with the contradictions and doubts posed by residents themselves about the veracity of these “stories”, seeking to understand the viewpoint of the younger generation about these stories and the efforts being waged by some sections of Vale do Capão to preserve these stories from technological interference and other modernizing changes the district has experienced in recent decades. These changes eventually lead to a reduction and, in some cases the complete disappearance of the sightings of wonderful manifestations, as well as a decreased reproduction of the “stories” that represent them.

Keywords: Narrative, memory, orality, wonderful, Caeté-Açu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Chapada Diamantina	17
Figura 2 – Mapa do Vale do Capão, distrito de Caeté-Açu, Palmeiras/Ba	19
Figura 3 – Mural da escola comunitária Brilho do Cristal, distrito de Caeté-Açu	101
Figura 4 – Mural da escola comunitária Brilho do Cristal, distrito de Caeté-Açu	101
Figura 5 – Mural da escola comunitária Brilho do Cristal, distrito de Caeté-Açu	102

SUMÁRIO

Considerações iniciais	10
1 Caeté-Açu nos relatos dos seus habitantes: vida, trabalho e assombração	17
1.1 A vila, ontem e hoje: Um território a partir de muitas fontes	17
1.1.1 As Lavras Diamantinas, o município de Palmeiras e o distrito de Caeté-Açu	17
1.1.2 O povoado de Caeté-Açu nos tempos de antigamente e nos hoje em dia	20
1.2 “A minha mão é grossa ói! eu travaio”	31
1.3 O fantasma do diamante	40
2 O maravilhoso como referência do território	53
2.1 O Cavaleiro dos badulaques dourados	53
2.2 “A mula, a mula era dôdja”	61
2.3 Lobisomem: “O trem mais feio do mundo”	66
2.4 Uma relação com o mundo ibérico	72
3 'Eu não acredito mais nisso não, mas também não duvido' - O que permanece, como se transforma, ou desaparece	78
3.1 Quem viu, quem acha que viu e quem nunca viu: verdade, mentira e significados	78
3.2 Os “causos” nos dias de hoje: o passado no presente	87
3.3 Narrativas como patrimônio	95
Considerações finais	104
Fontes	107
Referências	110

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A dissertação que ora se apresenta: “Histórias de antigamente: cultura e memória nas Lavras diamantinas” surgiu de forma despretensiosa, como parte de um projeto não acadêmico que visava inventariar lendas e histórias de assombração na região da Chapada Diamantina. Nesse primeiro momento, a coleta dos depoimentos acerca das histórias de assombração e do garimpo – ainda no ano de 2006 – foi realizada de forma amadora e intuitiva, tendo como resultado um conjunto de anotações escritas e uma primeira aproximação com alguns dos futuros depoentes.

Após cursar, durante minha graduação em História na Universidade Católica do Salvador, a disciplina História Oral (semestre letivo 2007.2), voltamos a campo no início do ano de 2008, dessa vez mais preparada para fazer novas entrevistas e com o intuito de conhecer novos e possíveis depoentes, assim como de ouvir suas histórias. Ao longo do curso do mestrado foram realizadas mais duas viagens de campo ao Vale do Capão durante ano de 2010. Por ocasião dessas quatro visitas investigativas ao Capão entrevistamos no total 20 moradores de diferentes faixas etárias, numa tentativa ampla de apreender as representações criadas acerca das histórias da cultura popular, bem como de recompor o passado histórico da Vila de Caeté-Açu, a partir das lembranças desses habitantes. Todas as entrevistas foram colhidas no próprio Vale do Capão, com exceção do depoimento de Dona Francilina, que residia no vilarejo vizinho ao Capão denominado Conceição dos Gatos.

Dona Alice, Dona Luzia, Dona Francilina, Dona Nadir, Seu Manoel, Seu Edgar, Seu Edvaldo, João Eudes e Rozeli são alguns dos depoentes que nos concederam entrevistas mais de uma vez, tanto pela riqueza e relevância dos testemunhos narrados, como pela compreensão e boa vontade em querer colaborar com a pesquisa. Sem dúvida, a relação de amizade estabelecida com alguns dos depoentes dessa pesquisa com o passar dos anos merece destaque.

Queremos ressaltar que de modo muito eficaz, num primeiro momento da investigação fomos inseridos no contexto de vida de alguns moradores do Vale com o auxílio de duas agentes de saúde do povoado – e também depoentes da pesquisa – Rozeli e Neide. Por estar na companhia delas, a receptividade e a confiança dos moradores era muito maior. Percebemos essa diferença quando a abordagem a alguns depoentes foi feita sem a intermediação das mesmas. Com o avanço da pesquisa e conseqüentemente com a necessidade de novas entrevistas, os novos encontros com os nativos do Vale sempre guardavam surpresas.

Podemos dizer que acompanhamos com bastante alegria as vitórias de alguns deles, como a aprovação de Danúbia no vestibular da UFRB, o estágio de Jucimara no Rio de Janeiro para o aperfeiçoamento das técnicas circenses, o sucesso nas vendas dos passarinhos de pano confeccionados por Seu Edivaldo. Assim como lamentamos e nos despedimos de moradores que conhecemos durante o processo da pesquisa como Dona Rita, moradora do Bomba, o esposo de Dona Zenilda, Seu Ederaldo, ambos colaboradores da pesquisa; lamentamos muito pela tristeza que devastou a vida dessa senhora. Ainda no ano de 2010, lamentamos também pelo falecimento da querida depoente Dona Alice, que sempre teve muita disposição para nos narrar os “causos” de antigamente. Sua morte foi sentida por muitos moradores do Vale, por reconhecerem nela um exemplo de sabedoria e de força.

Ainda com relação às entrevistas, é necessário fazer algumas observações acerca das normas que utilizamos para transcrevê-las. As memórias contadas oralmente foram transcritas tal como colhidas, no fluxo da voz, por entendermos e respeitarmos o que foi escolhido para perpetuar-se na história de suas vidas. As transcrições foram pautadas no uso da grafemática, ou seja, a fala dos narradores foi transcrita do modo mais próximo possível da realidade oral, sem correções ortográficas, mantendo-se variantes de ordem fonológica (como “pra”, “tá”, “tô” etc.) e morfossintática (como nos casos de ausência de concordância ou variação no uso dos pronomes átonos, por exemplo).

A recorrente utilização da expressão “antigamente”, até mesmo no título dessa dissertação, deve-se ao fato de ser um termo frequentemente empregado por esses narradores para se referir aos tempos passados. Essa expressão nos aponta que a percepção dos depoentes acerca da temporalidade não se estabelece de forma diacrônica. Por isso, optou-se pela adoção da percepção de temporalidade transmitida pelos narradores do Vale, em detrimento de balizas, ou dos recortes temporais restritos. Nesse sentido, cremos ser importante ressaltar a posição de destaque que a memória e a oralidade ocuparam nessa investigação.

A preocupação com a relação entre história e memória sustenta-se dentro das discussões que referendam a memória como potencializadora de ações humanas, podendo ser alcançada como fonte para a história, mas cujos mecanismos de existência e expressão exigem do historiador um olhar sensível que a perceba como passado (re)atualizado, mas também como (ativa)ação que se dá no presente, com feições de participação social (SANTOS, 2007). Compreendemos que a memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. “Esse conceito se encontra em construção a

partir dos novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 15).

Para alguns historiadores a memória está inserida em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembrança e esquecimento (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 7). Contudo, o que a primeira vista aparenta ser uma nítida oposição ou uma relação conflitiva, pode ser entendido também como um pivô daquilo que se desenvolverá, denotando uma série de transformações (FERREIRA, Jerusa, 1991), como algo que dará uma nova vida ao passado rememorado, como afirma Jerusa Pires Ferreira em “Armadilhas da memória”.

A história, tal como se defende atualmente por um número significativo de historiadores, se define menos por um estudo do passado que por uma reflexão dinâmica sobre as relações entre passado e presente. De acordo com Márcia Santos: “A veracidade buscada não se refere mais a um passado imutável, mas sim aquela que se forja na relação dinâmica entre o que se escreve/descreve/narra e o presente de quem o faz” (SANTOS, 2007, p. 83). Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória.

A utilização específica das fontes orais para os historiadores não repousa tanto na potencialidade dessas fontes de preservar o passado, mas nas muitas mudanças forjadas pela memória que essas fontes permitem entrever. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado, dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. Dessa forma, o respeitado historiador italiano Alessandro Portelli ressalta o que “realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações” (PORTELLI, 1997a, p. 33).

A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. A descoberta e a importância das pessoas como testemunhas do passado nos permite perceber a riqueza e a importância da memória dos sujeitos anônimos. As narrativas devem ser compreendidas como relatos que transmitem significados simbólicos – uma vez que a experiência de vida das pessoas pode ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão.

Segundo Portelli, a primeira coisa que torna a história oral diferente é que esta se interessa menos por eventos que por significados. Na opinião do especialista, isso não implica que a história oral não tenha validade factual; fontes orais são aceitáveis com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua adesão

ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, a partir da imaginação, simbolismo e do desejo de emergir.

Portanto, compreendemos que os documentos de história oral são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos. O conteúdo das fontes orais depende largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais. O resultado final da entrevista é produto de ambos, o narrador e o pesquisador.

A apreensão das histórias ou “causos” como o do Lobisomem, da Mula sem cabeça, do Cavaleiro dourado, do pote de diamante e das “livusias” de garimpo através das entrevistas realizadas com os nativos do Capão – entendidas por nós também como “narrativas maravilhosas” –, permite-nos perceber a concepção cultural desse grupo social. Entendemos que a cultura popular constitui um dos principais lócus de resistência e é por isso que a mesma tem sido há tanto tempo associada às questões da tradição e das formas tradicionais de vida; sem perder de vista que as transformações situam-se no centro do estudo da cultura popular na atualidade.

Com relação à acepção da noção de tradição, Raymond Williams em sua obra “Marxismo e Literatura”, faz uma relevante colocação a respeito dos cuidados que os cientistas sociais devem ter ao se relacionar com esse conceito, para ele:

O que temos que ver não é apenas “uma tradição”, mas uma tradição seletiva: uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural. (WILLIAMS, 1977, p.118)

As dimensões tradicionais que permanecem em determinadas sociedades não são meros acasos, e sim significados e práticas escolhidos pelos sujeitos do grupo em detrimento de outros. Resultando assim em um aspecto da organização social e cultural contemporânea desse grupo social.

Cabe ressaltar que o termo “cultura” historicamente foi usado para se referir à alta cultura – aquela produzida nos espaços institucionais: escolas secundárias, universidades, corte, artes e ciências. Neste caminho, o termo foi estendido para o estudo do seu contraponto: a “baixa” cultura ou cultura popular. Neste caso, descrevia os equivalentes do clássico no popular: música folclórica, contos, saberes e medicina popular. No interregno desta falsa dicotomia localizamos as transformações da história da cultura¹. Recentemente, esta problemática se amplia para outras questões como a existência de múltiplas culturas populares

¹ Sobre a falsa dicotomia entre a cultura erudita e a cultura popular ver CHAUI (1994).

ou de muitas variedades da cultura popular. Uma questão levantada frequentemente é de que o termo “cultura popular” dá uma falsa impressão de homogeneidade, daí a necessidade de usá-lo no plural ou substituí-lo por uma expressão como “a cultura das classes populares” (BURKE, 2005).

O interesse cada vez maior pela cultura popular está certamente longe de se restringir aos historiadores; é um interesse compartilhado por sociólogos, folcloristas, literatos, historiadores da arte e antropólogos sociais. Como existe uma variedade de culturas populares, a história – enquanto campo que se interessa pela historicidade dos sujeitos – se encontra com outras disciplinas para partilhar temas e objetos comuns, olhados e perspectivados sob diversos pontos de vista. Sendo assim, o historiador se coloca neste diálogo como parte importante, já que a “história é o lugar de onde se faz a pergunta” (PESAVENTO, 2005, p.109).

Como resultado do diálogo estabelecido entre as fontes orais e as acepções teóricas caras a essa investigação, desenvolvemos nessa dissertação três capítulos com o intuito de desvendar tanto a historicidade do distrito Caeté-Açu, quando dos seus moradores, mas principalmente das narrativas maravilhas que compõem os aspectos culturais desse grupo social.

Assim, no primeiro capítulo dessa dissertação traçamos um panorama geral do distrito de Caeté-Açu, enfatizando as diferentes opiniões dos depoentes a respeito das transformações físicas e estruturais vivenciadas pela Vila do Capão nas últimas décadas. Analisamos também às experiências de trabalho dos entrevistados, assim como à sociabilidade deles no ambiente da agricultura de subsistência, no cultivo de café, e também na serra de garimpo, almejando identificar os momentos de decadência e transformações tanto nas plantações, quanto na extração de garimpo, nos tempos de “antigamente”. E por último, a partir dos relatos feitos por garimpeiros e moradores analisamos alguns acontecimentos sobrenaturais que antecedem a descoberta de diamantes, mais conhecidos como “livusias”, assim como de almas penadas que mistificam o garimpo e a pedra preciosa.

Num segundo momento refletimos acerca da importância do ato de contar histórias e das representações criadas acerca dessas “narrativas maravilhosas”, que nunca param de ser contadas e até mesmo reinventadas. Buscamos entender de que forma essas histórias alimentavam ou alimentam o imaginário do povoado, bem como a relação entre elas e as práticas cotidianas dos indivíduos.

A conceituação dessas narrativas como maravilhosas pautam-se no importantíssimo diálogo estabelecido com historiador francês Jacques Le Goff. Para ele o “maravilhoso” diz

respeito ao mundo do sobrenatural e do extraordinário e é um elemento constituinte da cultura mental de um povo, em particular, das sociedades de matrizes não urbanas. Legado da civilização européia medieval, o “maravilhoso” exerceu fascinação nos indivíduos porque as suas elaborações punham em questão as relações do homem com Deus, com a natureza e com o Diabo. O “maravilhoso” é um objeto de estudo da dimensão cultural e psicológica e se transforma com o tempo, possuindo historicidade. Segundo historiadores contemporâneos, ele é objeto por excelência da história, porque é portador de uma cronologia – a Idade Média produziu uma cronologia do maravilhoso; de seu lugar e de suas formas na cultura (LE GOFF; SCHMITT, 2002). Sintetizando esta conceituação, Le Goff nos diz ainda que chamamos de “maravilhas” os fenômenos que escapam à nossa compreensão, embora sejam naturais.

Ainda neste segundo capítulo, procuramos explorar aspectos dessas narrativas a partir da maneira como elas me foram narradas pelos depoentes. Muitos deles confirmam ter testemunhado essas aparições, outros relatam experiências vividas por pessoas próximas ou por elas próprias; experiências estas que estão/estiveram disseminadas na memória coletiva do povoado. Nesta reflexão, não temos a pretensão de estabelecer um padrão uniformizado acerca dessas narrativas, mas sim de apreender, nas diferentes versões, a riqueza das apropriações e dos significados que foram estabelecidos pelos sujeitos da pesquisa.

Por outro lado, a identificação de aspectos similares presentes nesses depoimentos com narrativas coletadas em outros contextos serviram para propor a importância de se pensar uma dimensão de continuidade que essas narrativas traduzem em suas formas e funções, ainda que constantemente reinventadas e atualizadas. Por isso, ao final do capítulo, esboçamos algumas ideias sobre a origem dessas histórias e os sentidos de permanência com o mundo ibérico que lhe envolvem.

Cumpramos ressaltar que mesmo sendo a Chapada Diamantina um território fortemente marcado pela vigorosa presença de brancos, negros e índios em sua formação social – dispondo assim de uma fantástica riqueza cultural fortemente marcada pelo traço do hibridismo e da mestiçagem de tradições diversas – não foram apreendidas histórias que incorporassem em seus enredos elementos característicos da cultura indígena ou afro-brasileira. De tal modo, destacamos que a atenção dada aos elementos ibéricos e medievais não foi uma escolha deliberada de nossa parte, mas que decorreu das próprias histórias maravilhosas narradas pelos moradores do Vale.

No terceiro e último capítulo, dialogamos com as contradições e as dúvidas dos moradores acerca da veracidade das histórias contadas. Apesar das lembranças e da riqueza de

detalhes que alguns moradores preservam a respeito desses “causos” de antigamente, é muito comum ouvir de outros moradores que essas histórias não passam de histórias fantásticas ou da carochinha. Por isso, buscamos na primeira parte desse capítulo contrapor essas perspectivas sem perder de vista que, por mais contraditório que possam parecer, esse relatos nos dizem mais sobre a realidade vivenciada do que a compreensão dos sentidos e dos significados atribuídos a esses seres misteriosos. Como sugere Marilena Chaui:

O mais importante, no momento, é perceber que as interpretações ambíguas, paradoxais, contraditórias que coexistem no mesmo sujeito, criando a aparência de incoerência, na verdade exprimem um processo de conhecimento, a criação de uma cultura ou de um saber a partir de ambiguidades que não estão na consciência dessa população, mas na realidade em que vivem. A peculiaridade desses exemplos está no fato de que neles encontramos um trabalho intelectual à experiência imediata. (CHAUI, 1994. p. 158)

Ainda neste capítulo damos ênfase ao discurso das gerações mais novas do distrito com o intuito de perceber qual o lugar que essas histórias ocupam na vida desses sujeitos e qual os significados que eles atribuem a esses “causos” nos dias atuais. Por último, buscamos compreender quais são as atribuições que os moradores do distrito fazem para alegar a perpetuação dessas histórias, independente dos novos sentidos que estas histórias venham a assumir com o passar do tempo. Essa discussão está integrada à questão teórica do patrimônio imaterial. Ressaltamos que a discussão não constitui uma reflexão descolada da realidade, senão um aspecto que se tornou evidente a partir dos relatos dos próprios depoentes.

1. CAETÉ-AÇU NOS RELATOS DOS SEUS HABITANTES - VIDA, TRABALHO E ASSOMBRAÇÃO

1.1. A VILA, ONTEM E HOJE: Um território a partir de muitas fontes

1.1.1. As Lavras Diamantinas, o município de Palmeiras e o distrito de Caeté-Açu

Surgida em meados do século XIX, a região denominada historicamente como Lavras Diamantinas tem as suas origens associadas à corrida por pedras preciosas na região central do Estado da Bahia. A dinâmica da mineração foi responsável pelo surgimento de uma nova geração de assentamentos humanos, cujos núcleos originários foram as bases dos municípios que hoje compõem a região: a Vila de Santa Isabel do Paraguaçu, de 1847, atual Mucugê; a Comercial Vila dos Lençóis, 1856; a Vila de Andaraí, 1884; e a Vila Bela das Palmeiras, em 1890.

Figura 1 – Mapa da Chapada Diamantina



Destaque para as cidades que compõem a região das Lavras Diamantinas. Disponível em: <www.a-bahia.com/diretorio/index.php?cat_id=521>. Acesso em: 2 jul. 2010.

A sociedade das Lavras é resultado de um processo migratório de brasileiros vindos das mais diversas partes do território nacional, principalmente de Minas Gerais e da zona do

Recôncavo baiano. Para a região também convergiram estrangeiros de diversas origens. Do encontro dessas correntes migratórias e do processo de interação social entre elas originou-se a sociedade da região. Como afirma e caracteriza o historiador Erivaldo Neves:

[...] em pouco tempo improvisaram vários povoados, concentrando famílias de diferentes estratos sociais, aventureiros e gananciosos das mais diversas hordas. A região – como geralmente ocorre nas áreas de garimpo – tornou-se tensa, registrando-se frequentes atos de violência. (NEVES, 1997, p. 33)

A despeito do impacto da atividade mineradora sobre a economia e a paisagem da região, seu ciclo de desenvolvimento foi muito curto. Enquanto o ciclo aurífero baiano durou mais de cem anos – de 1745 a 1845, Rio de Contas foi o grande entreposto comercial da região –, o diamantífero se esgotou em um quarto de século. Como aponta Ronaldo Senna: “As Lavras foram povoadas pelo afluxo de garimpo, processo migratório, que agindo isoladamente criou uma região economicamente decadente no futuro, uma economia que ‘nasce’ no apogeu e depois cai” (SENNA, 1998, p. 42). A crise da região não foi maior devido à repentina valorização do carbonado² ou, como é vulgarmente conhecido, “carbonato”.

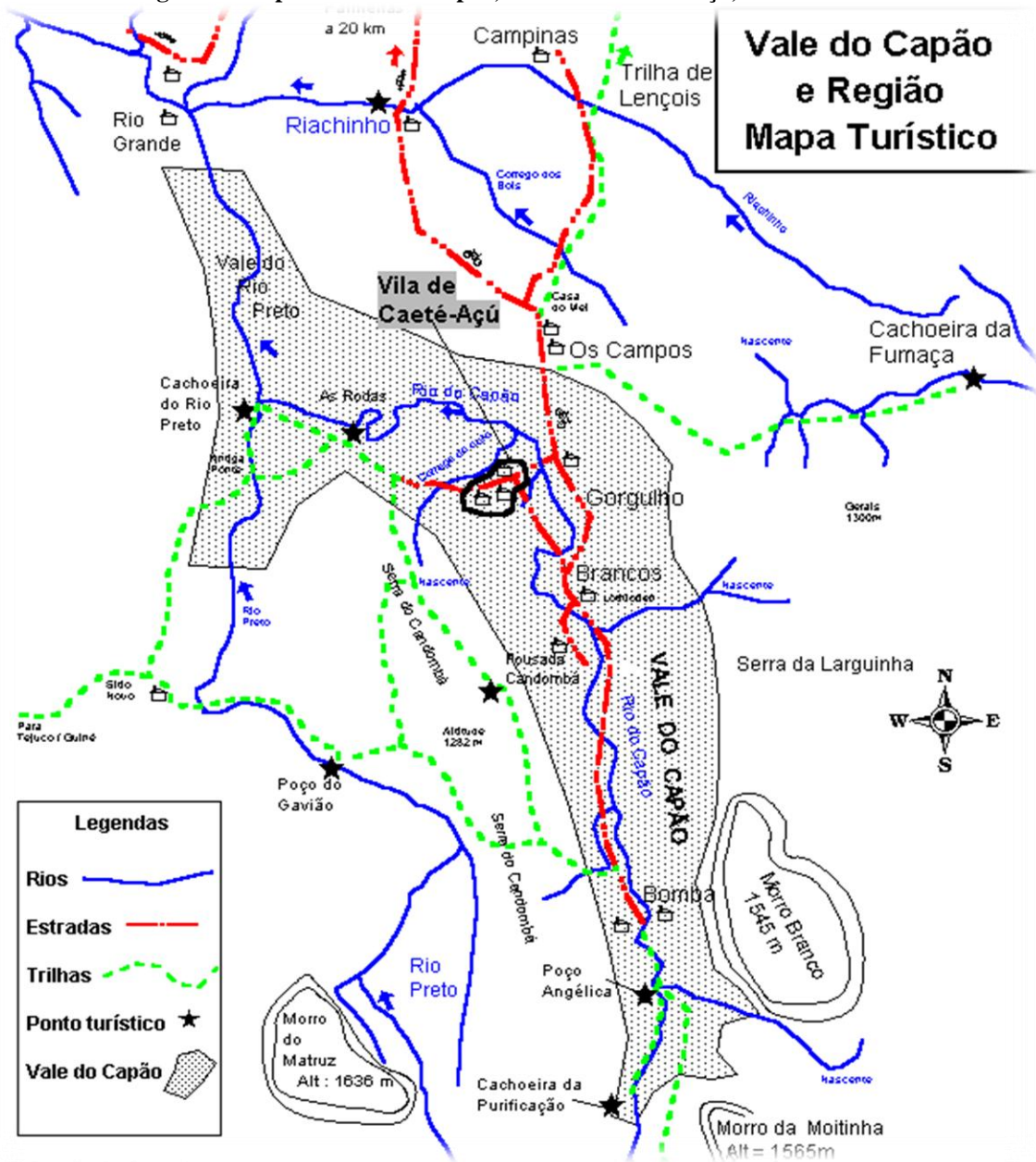
O declínio da exploração aurífera favoreceu o desenvolvimento do setor de produção de alimentos. Toda a Chapada Diamantina, aliás, tem longa tradição agropecuária – o sertão povoou-se produzindo a autossuficiência, quando a frequência das chuvas não lhe impedia. A mineração não minimizou essas atividades, até porque dependia delas. Importa aqui destacar o fato de a paisagem local ter sido duramente transformada pela própria mão do garimpeiro. Produziu-se sempre algodão, mandioca e cereais – milho, arroz, feijão – e, a partir do século XIX, fumo e café.

Nesse contexto histórico, o município de Vila Bela das Palmeiras foi desmembrado do município de Lençóis no ano de 1890. Em 1930, foram concedidos foros de cidade à sede municipal. Na divisão administrativa de 1933 e nas divisões seguintes, a situação permaneceu inalterada até que “a Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, criou o distrito de Caeté-Açu, com sede no povoado de Capão Grande que foi elevado a vila com o nome do distrito” (FERREIRA, Jurandyr, 1958, p. 96). Os limites do distrito de Caeté-Açu são: à margem do Rio Tejuco, seguindo em reta à nascente do riacho da Serra Negra; daí por outra reta até a foz do riacho da Lavrinha no Rio Preto; e, finalmente, em reta na direção leste até o marco no alto da serra das Lavras ou Conceição, como afirma a memorialista Zenilda Pina, natural de Palmeiras.

² Diamante preto de extrema dureza utilizado na perfuração de rochas.

O mapa abaixo representa o distrito de Caeté-Açu, delimitado pelas serras do Candombá e a serra da Larginha, formando assim o Vale do Capão. Essa designação refere-se não apenas a formação geológica da região, mas também ao povoado que se difunde por toda a extensão do respectivo Vale.

Figura 2: Mapa do Vale do Capão, distrito de Caeté-Açu, Palmeiras/Ba.



Destaque para as distâncias entre os núcleos populacionais do Vale (Vila, Gorgulho, Brancos e Bomba). Disponível em: <www.gd.com.br/candomba/mapasgif/capaoeregiao.gif>. Acesso em: 2 jul. 2010.

1.1.2. O povoado de Caeté-Açu nos tempos de antigamente e nos hoje em dia...

A partir de entrevistas realizadas com alguns moradores do distrito de Caeté-Açu – que tinham em comum idade superior a sessenta anos –, um aspecto nos chamou bastante atenção: a inevitável comparação que eles faziam entre os tempos de antigamente e os tempos de hoje. Por emergirem da memória dos depoentes, essas percepções passaram a fazer parte dos nossos questionamentos.

Como observa Montenegro, a história enquanto narrativa atua de forma permanente com representações em torno de acontecimentos passados e presentes (MONTENEGRO, 1992). Assim, percebe-se a diversidade existente nos diferentes relatos, alguns carregados de saudosismo dos tempos antigos, das festas, que evidenciaram conflitos entre as diferentes gerações; e outros nem tão saudosos assim, que revelaram bastante alegria pelas conquistas dos tempos modernos, tanto no que diz respeito às conquistas materiais quanto à apreensão de uma “nova” visão de mundo.

As mudanças acima mencionadas estão relacionadas ao crescente e acelerado processo de urbanização³ que vem transformando o distrito de Caeté-Açu nos últimos trinta anos. Processo esse que tem ligação tanto com o advento do turismo ecológico na região quanto com a chegada de novos moradores – os chamados “alternativos”. Os mesmos são considerados pessoas que vêm de outras cidades ou até mesmo de outros estados ou países. Buscam o campo, a proximidade da natureza, perseguem a tranquilidade e a espiritualidade. Apreendem-se informações a respeito dos novos moradores do Vale do Capão em um estudo cultural sobre a Chapada Diamantina realizado pelo historiador Erivaldo Fagundes Neves. O autor chama atenção para as incomuns condutas sociais desses alternativos:

Desenvolveram-se no Vale do Capão grupos de convívio social alternativo [...] organizados por populações heterogêneas, de origem urbana, com elevada escolaridade, traços culturais e objetivos comuns, com destaque para o esoterismo diversificado e mutante e as práticas de amplas liberdades sociais. (NEVES, 2010, p. 21)

A despeito de todas as diferenças nos modos de vida dos antigos, chamados a partir dessa oposição de nativos e dos novos moradores do Vale, Dona Nadir destaca que a convivência entre ambos os segmentos é bastante harmoniosa. A antiga trabalhadora rural é bastante respeitada pelos locais por conta do trabalho de valorização de alguns aspectos culturais caros ao povoado.

³ Sobre os diferentes processos de urbanização nas sociedades rurais, ver SOLARI (1979).

O povo de fora, todos me tratam, eu vejo aqui todos tratam os outros tudo direitinho, seja quem for que chegue [...] Eu nunca achei uma pessoa aqui pá me desfalcá com respeito com nós aqui nativos, nunca. Tratam no maior respeito do mundo. Porque, chega acha... A gente que é tudo humilde, a gente trata bem também, né?⁴

O fato de não termos recolhido relatos que revelassem aspectos conflitivos da relação entre os nativos e os novos moradores do povoado não quer dizer que os estranhamentos não tenham existido. É importante frisar que não tomamos o depoimento de Dona Nadir como verdade absoluta ou unanimidade, trata-se apenas do ponto de vista da entrevistada que achamos importantes ressaltar.

Com relação ao acontecimento em destaque, a estudiosa Tânia Costa de Souza reafirma que:

As mudanças na agricultura, no garimpo, no turismo vêm com a instalação dos alternativos. Pode-se considerar, também, essas mudanças associadas à produção econômica, à luz elétrica, à instalação de rede de água encanada, a estradas em condições de tráfego de veículos. (SOUZA, T., 2002, p. 60)

Acreditamos que as melhorias físicas e estruturais tenham implicado tanto na presença de novos moradores como também no advento do ecoturismo, que proporcionou muita visibilidade ao Vale do Capão e conseqüentemente mais investimentos, empregos e visitantes ao distrito.

Tem sido o turismo ecológico a principal ou uma importante fonte de renda para a maior parte das famílias do Vale nos últimos anos, contudo, é importante atentarmos para as diferentes conseqüências que o crescimento descontrolado do turismo pode gerar; como as sugeridas por Clerton Martins:

O crescimento vertiginoso nos últimos anos do setor de turismo tem mostrado benefícios mensurados, por meio da geração de empregos diretos e indiretos, porém tal crescimento econômico dos núcleos turísticos receptores não consegue esconder os danos socioambientais decorrentes dessa atividade. [...] [Além da] aculturação da população nativa, que se deixa influenciar por novos costumes e valores e substitui as atividades tradicionais (pesca, artesanato e agricultura) para trabalhar no setor turístico. (MARTINS, 2006, p. 46-48)

Percebe-se em alguns depoimentos, como o de Dona Nadir, que alguns moradores do Capão estão atentos às transformações que o povoado vem vivenciando nas últimas décadas. Durante essa passagem da entrevista, a depoente demonstrou estar disposta a lutar pela

⁴ Nadir Dreger da Silva, 68 anos. Entrevista realizada em 10/02/2008.

permanência de condutas e valores importantes ao seu grupo social. Ao mesmo tempo, demonstrou satisfação com as melhorias havidas na infraestrutura e com a implantação de procedimentos positivos no modo de viver dos habitantes do distrito:

Se morrer uma pessoa não tinha aula, naquele dia ninguém trabalhava, todo mundo ia, era tudo... Aqui era tudo uma família, né? [...] Até hoje. Você passa um velóri... um caixão ali na rua, o povo baixa as porta tudo [...] é todo mundo. Porque é o respeito. [...] É o sistema antigo da gente [...] Eles fala: ah, não sei pra que isso mais. Mas... Não pode mudar o lugar nosso. Ó, pode mudar... Pode mudar o lugar da gente com mais escola, que tem agora a civilização, pode mudar sobre que nós toda vida lavêmo coisas nos rios, hoje não pode lavar mais por causa dos produtos, pode mudar...⁵

Essa passagem da entrevista de Dona Nadir nos indica que a depoente tem consciência da importância dos costumes herdados pelas antigas gerações, ao mesmo tempo em que sugere a ingenuidade da entrevista, por desejar que “o sistema antigo” continue vigorando nos dias de hoje sem transformação, mudança, ou até mesmo resistência da nova geração.

Com relação às melhorias na infraestrutura do distrito nos dias atuais, quem mora no Vale do Capão não necessita mais migrar para outras cidades em busca de emprego e renda, muitos ainda o fazem por outros motivos – por estarem em busca de outros campos profissionais ou por qualificação profissional. Na opinião da memorialista Zenilda Pina, essas transformações marcaram “a retomada do progresso” (PINA, 2005, p. 265) no distrito.

É comum entre os moradores que eles se empreguem em alguma das muitas pousadas instaladas no Vale, ou prestem serviços como o de guia turístico e de mototaxista, e até mesmo abram seus próprios negócios, como cantinas, restaurantes, mercadinhos e *campings*. Segundo Aldo Solari, com o processo de urbanização do meio rural, é comum que o homem do campo vá se convertendo cada vez mais em empresário, “manejando uma organização de caráter econômico, através da qual deve obter um rendimento” (SOLARI, 1979, p.11).

O turismo como atividade econômica tende a provocar profundas mudanças sócioespaciais, redefinindo singularidades do lugar, além de reorientar os seus usos (CORIOLANO, 2006, p. 35). Com relação às passagens naturais do Capão, é curiosa a percepção de Dona Nadir; o que antigamente era considerado pela moradora como um lugar qualquer, hoje em dia é fonte de lucro para muitos moradores: “Eu não tenho nem vontade de ir nesses cantos eu tenho não, já fui tanto... pá trabalhar. O povo lucrando nos dinheiro, né? Eu falô assim... Com o turismo hoje e antigamente nós tinha como um buraco. [...] ninguém

⁵ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 10/02/2008.

sabia que era cachoeira”⁶. A colocação de Dona Nadir nos dar a entender que a própria moradora se surpreendeu com a nova conotação e o uso turístico dado à cachoeira nos dias atuais.

Ao investigarmos mais a fundo as implicações das mudanças ocorridas na infraestrutura do vilarejo nas últimas décadas, percebe-se que, para os moradores nascidos e criados no Vale – que por anos de suas vidas conviveram com diversas privações –, as modificações nas condições de moradia, educação, saúde, além da construção de estradas e do advento da eletricidade no vilarejo, tem um valor muito especial em suas vidas. Para Seu Edgar de 76 anos, esposo de Dona Nadir, antigo garimpeiro das serras diamantíferas do Vale e ainda hoje lavrador, não há como negar que a vida melhorou: “Eu gosto muito de antigamente, mas hoje em dia tá mais fácil, né?”⁷. Seu testemunho sugere certa satisfação com as comodidades ofertadas pelos dias de hoje.

Na opinião de Seu Sebastião ou Tio, como é mais conhecido pelos moradores do Capão, antigamente “era muitcho ruim, era como hoje não. Hoje quem passou essas vida, bom a maior parte já morreram, né? Mas, quem alembra ainda hoje tá ói, tá riqueza”⁸. Um dos aspectos da riqueza, a que Sebastião se refere está relacionado às comodidades e facilidades proporcionadas pela eletricidade.

Para os moradores do Vale, a vida antigamente sem os recursos elétricos era bem mais atribulada. Com a chegada da eletricidade, com o advento dos meios de comunicação e uma grande variedade de eletrodomésticos, eles puderam obter mais conforto.

Apesar de fazer parte da vida dos moradores mais velhos há tão pouco tempo, a luz elétrica já alegria a todos. “Faz pouco tempo que veio a luz pá cá, faz pouco tempo”⁹, recorda Dona Nadir, bastante introspectiva. Antes, era comum entre os residentes do vilarejo a utilização do “fifó, do lampião”¹⁰ para iluminar tanto as residências, como os caminhos dos moradores que precisassem se deslocar durante a noite. Além da utilização de uma planta conhecida como candombá¹¹, muito comum na região das Lavras, de alto potencial

⁶ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 10/02/2008.

⁷ Edgar da Silva Quaresma, 76 anos. Entrevista realizada em 16/03/2010.

⁸ Sebastião Vieira dos Santos, 82 anos. Entrevista realizada em 04/02/2008.

⁹ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 10/02/2008.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ O candombá (*Vellozia sincorana* L.B.Sm. & Ayensu) é uma planta endêmica da Chapada Diamantina e produz uma resina que queima muito facilmente, mesmo quando úmida, favorecendo a propagação de incêndios. A referência mais remota que encontramos acerca da utilização do candombá como meio de iluminação foi em: “Os Sertões”, de Euclides da Cunha. O autor coloca: “se é preciso avançar a despeito da noite, e o olhar afogado no escuro apenas lobriga a fosforescência azulada das cunanãs dependurando-se pelos galhos como grinaldas fantásticas, basta-lhe partir e acender um ramo verde de candombá e agitar pelas veredas, espantando as

comburente, mas cuja extração é hoje proibida. “Meu pai eu sei muito bem, os pais dele, que eram meus avô [...] candombá, ia na serra buscá, comprava o querosene, para alumiar a cama para a hora de ir deitchar, era candombá”¹², relembra Sebastião a rotina dos seus antepassados.

Quanto a outras dificuldades do viver no Capão de antigamente, Seu Edgar, também conhecido como Seu Diga, pontua: “Antigamente, aqui, era difícil. Num tinha iscola, num tinha istrada, num tinha carro, num tinha nada. Era um lugar isolado aqui. Tinha muita gente, mai, pa andá aqui, só a cavalo, né? Cavalo e burro”¹³ – a nosso ver, o depoente deu a sua narrativa um sentido de desabafo. Ou a pé, como nos contou tanto Dona Nadir: “Nóis ia daqui pa Palmeiras, daqui pa Seabra, tudo de pé”¹⁴.

Na opinião de Seu Edivaldo “era ruim esse tempo, por que o Capão não tinha carro, passa pa ir pa Palmeiras dento d água e daí depois Deus abençoou que os prefeitos trabalharam [...] das pontes, ninguém quer andar de pé só de carro”¹⁵. Antigo morador do Vale, Seu Edivaldo – mais conhecido pelos locais como Seu Divas – ganhou a vida trabalhando tanto no garimpo como na lavoura e, hoje em dia, complementa sua renda de aposentado com a confecção de passarinhos e outros animais tipos da flora do Vale. Chama-nos a atenção, a forma entusiasmada com que o entrevistado coloca o carro como um elemento que separa o passado atrasado do presente, confortável e prático.

Um dos problemas enfrentados pelos moradores do Vale por conta da falta de estradas e, conseqüentemente, do isolamento do povoado, mencionado anteriormente pelo entrevistado, era a dificuldade para oferecer auxílio aos moradores quando adoeciam mais gravemente. Seu Edgar relembra que “quando morria uma gente era um sacrifício doido. Quando duecia!”¹⁶.

O que a primeira vista pode parecer apenas um “equivoco” do entrevistado, confundir as noções de adoecimento e morte, pode ser entendido como uma importante característica do testemunho oral, que preza não pela adesão ao fato, mas, de preferência ou muitas vezes, em seu afastamento – como imaginação, simbolismo e desejo de emergir (PORTELLI, 1997a). No caso de Seu Edgar, o que emergiu na sua fala foi a lembrança de que muitos dos que

suçuaranas deslumbradas, um archote fulgurante...”. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

¹² Sebastião Vieira dos Santos. Depoimento citado.

¹³ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

¹⁴ Nadir Dreger da Silva, 71 anos. Entrevista realizada em 16/03/2010.

¹⁵ Edivaldo Jorge dos Santos, 71 anos. Entrevista realizada em 04/02/2008.

¹⁶ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

adoeciam acabavam morrendo pela dificuldade de acesso a uma assistência médica adequada.

Assim, segundo Portelli:

Por isso, não há “falsas” fontes orais - a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis. (PORTELLI, 1997a, p.32)

Ainda com relação aos cuidados com a saúde no Vale do Capão, é importante frisar que alguns moradores detinham conhecimentos acerca das funções medicinais de muitas plantas da região, e que esse foi o único recurso disponível para o bem-estar da população por muitas décadas. Em depoimento, Dona Nadir nos esclarece que os conhecimentos sobre esses medicamentos não eram transmitidos indiscriminadamente: “Eu mesmo nem sei muito, por causa que era dos mais velhos, né? Eles tinha os segredos deles de fazer os remédio e a gente usava”¹⁷. Contudo, mesmo havendo alguns sigilos acerca desses conhecimentos, a entrevistada nos falou sobre a utilização desses medicamentos em alguns casos:

O negócio de remédio também era muitcha coisa assim, a gente já sabia os remédios tudo, quando uma criança tava doente ía na serra e trazia o barro, trazia o carapiá pro estrombo era junco. [...] Toda vez que uma mulher ia ganhá neném tinha que buscá os remédios tudo na serra, colocava tudo dento de casa, porque a hora que... Ganhava neném, a mulher ia cabando de ganhar o neném, já fazia o purgantinho da criança com tudo¹⁸.

Apesar da aparente contradição na fala da entrevistada, acreditamos que por ser o único recurso de cura disponível aos moradores do povoado, era comum que a maior parte deles conhecesse o uso medicinal das plantas, tanto pela necessidade quanto pela força do hábito. A despeito da implantação do posto de saúde no Vale e do Programa de Saúde da Família no ano de 2005, o costume dos moradores de utilizar remédios naturais não foi abandonado. Ainda hoje, esses conhecimentos são utilizados para o tratamento de algumas doenças ou mal-estar.

No que diz respeito à condição de moradia no Capão de antigamente, Seu Sebastião relembra que “nem uma casinha não tinha, quando tinha era uma casinha tapada, coberta de sapé, feita de madeira de enchimento, e hoje em dia, tem tudo graças a Deus, num tâmo na riqueza?”¹⁹. Mesmo a sentença do entrevistado estando num sentido interrogativo, não nos deixa dúvida quanto à intenção afirmativa da mesma. Já no caso da família de Dona Nadir, a

¹⁷Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 10/02/2008.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Sebastião Vieira dos Santos. Depoimento citado.

melhoria da moradia só foi alcançada com muito sacrifício. Eles precisaram economizar parte do dinheiro que ganhavam enquanto moravam e trabalhavam em São Paulo, a fim de conseguir reformar a casa do Capão.

Eu morava numa casinha [...] era de... daquele de enchimento o povo chama barro. Quantos anos que eu morei ali? Criava galinha, criava tudo ali, mas eu trabalhei ni São Paulo [...] porque a roça não dava, não dava pá fazer casa e eu falei pro meu marido: o que nós trabalhemo lá a gente tem que empregá tudo aqui. O que a gente arrumô lá a gente empregô aqui, não fico no luxo de lá²⁰.

Essa passagem nos sugere o quanto Dona Nadir e sua família se esforçaram e se sacrificaram ao longo dos anos para conquistar a bela e aconchegante casa em que hoje eles moram e onde aconteceu essa entrevista. De acordo com ela, todo o sacrifício valeu à pena.

No que diz respeito à educação, o povoado atualmente conta com uma escola pública e uma comunitária, que oferecem cursos que vão do pré-escolar ao 3º ano do Ensino Médio. No passado, contudo, o acesso ao conhecimento formal no Vale era bastante restrito. Entre os mais velhos, muitos são os que não dominam a escrita. Segundo Dona Nadir, “aqui no meu tempo eu não estudei não. Tinha escola, mas era pago...”²¹. Apesar de não dominar o mundo das letras, Dona Nadir não se sente insegura e vulnerável por não saber ler e escrever e, acima de tudo, confia na criação que recebeu de seus pais: “Eu não estudei, meu marido não estudo, nós pá casar... a gente teve que estudá quinze dias pá aprender a assinar o nome. Mas ninguém passa a gente pá trás não, nas coisas, né? Porque nós tinha pai, tinha mãe”²². Desse modo, Dona Nadir evidencia a confiança e os méritos da educação não formal que ela recebeu.

Já na opinião de Seu Edivaldo, a falta de estudo do “povo, o pessoal daqui, os velhos, os antigos” trouxe uma séria consequência para o vilarejo: “Produziu muita visão ruim” com a proliferação do carrancismo. Diferente do sentido formal empregado ao termo, o depoente se apropriou da palavra carrancismo e redefiniu o seu conceito, como “povo sem entendimento, pouca leitura, o povo assim bruto, acreditava muito em feitiçaria [...] O carrancismo era gente ignorante que não tinha professor, não tinha escola, eles não estudaram, meus avô e meu pai também”²³. Com relação à ressignificação da palavra carrancismo elaborada pelo depoente, compreendemos que a questão dos “usos” está diretamente relacionada ao conceito de “apropriação” sugerido por Chartier. Para o autor, é por meio da apropriação que os grupos não hegemônicos operam a produção de sentidos (CHARTIER, 1995). Com esse

²⁰ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 10/02/2008.

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*.

²³ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado.

procedimento metodológico, Chartier tenta superar as abordagens que adjetivam a cultura como universo simbólico ora autônomo, ora dependente.

As “visões ruins” às quais Seu Edivaldo se referiu eram bastante comuns entre os moradores do vilarejo e tinham relação com a crença em seres sobrenaturais, em histórias maravilhosas e de assombração, que aconteciam na maioria das vezes na época da quaresma. Em entrevista concedida em março de 2010, Dona Nadir também estabeleceu relação entre o analfabetismo dos indivíduos e a crença no sobrenatural que amedrontava muitos moradores do Vale:

Antigamente o povo era mais analfabeto... Murria uma pessoa, assim, morreu de desastre, morreu de matado aqui, mas achava que a pessoa já tava... Andando. Perdido, né? Hoje [...] a civilização chegou... É ôtro... pensamento... Eu mesmo sô desse sistema, não tenho esse pensamento... Eu tenho meu pensamento de hoje, né?²⁴

Quando a depoente se refere à chegada da civilização, entende-se que ela está fazendo referências a todas as melhorias estruturais ocorridas no Vale nos últimos anos, bem como a uma “nova” visão de mundo em oposição à ignorância e ao atraso do passado – no qual ela reitera não fazer parte.

Os amplos processos de mudanças econômicas e sociais vividos pelos moradores do povoado articulam-se também com as mudanças nas práticas religiosas do distrito. O advento de muitas igrejas evangélicas no distrito do Capão a partir da década de 1990 contribuiu para a atenuação da influência antes exercida pelo catolicismo sobre essa população, conforme os relatos dos nossos depoentes. Alguns deles, por exemplo, converteram-se nos últimos anos aos ensinamentos evangélicos e, hoje em dia, redimensionam muitas das tradições populares anteriormente cultivadas na região – dentre essas tradições, a crença em seres maravilhosos e sobrenaturais que, em sua essência, veiculam elementos carregados de moralidade e princípios cristãos. Assim é que, segundo Seu Francisco, de 73 anos ex-garimpeiro e morador do vilarejo, “ser evangélico tira os medos e apaga os defeitos”²⁵. O narrador busca evidenciar as vantagens do convertimento.

Segundo Francilina, carinhosamente conhecida como Dona França, de 89 anos, que exerceu durante sua vida a profissão de lavradora, garimpeira, rezadeira, e que apenas há alguns anos deixou o ofício de parteira – função que desempenhava com muita satisfação, talvez por isso ela seja até hoje reconhecida e admirada tanto pelos habitantes do seu

²⁴ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

²⁵ Francisco Batista Sousa, 73 anos. Entrevista realizada em 15/12/2006.

povoado, quanto fora dele –, nenhuma dessas transformações ocorridas nos últimos anos no modo de viver dos antigos moradores lhe causa admiração. Desde cedo ela ouvia dos mais antigos, “que o mundo ia renovar... o que é velho a gente renova neh? [...] mas não nós [...] não véio [...] gente velho não renova não”²⁶.

E foi o que aconteceu, tanto no Vale do Capão como com os modos de vida dos grupos sociais: “O mundo renovou, porque era de ter um tempo... Que chegava... é... Que as pessoas ficavam comum... COMUNISMO... Era de ter um tempo que chegasse ser... Que era e ter o comunismo... O comunismo é a pessoa comum... Como nós... né?”²⁷. Apesar de parecer fora de contexto, a utilização do termo comunismo empregado por Dona Francilina – que não teve a oportunidade de estudar e, por isso, não sabe ler nem escrever – tem um significado lógico e coerente.

Sim... Porque antigamente... Tudo era separado, os rico era separado... Os pobre era separado [...] os pobre não entravam numa mesa para almoçar mais o pessoal dos ricos... Os ricos... Não... Entrava na casa de uma pessoa que era rico... Você tinha que ter uma mesinha fora... Para você comer... Mas você não comia junto deles... Porque era pobre... E que haverá de chegar um tempo... Que é de ter o comunISMO... Né?... Entonce... [...] chegou o comunismo e o pessoal não deu fé... Pensavam que chegasse o comunismo... É assim... Uma pessoa ia dizendo na casa de outra... [...] eram separados... Até no carnaval... Que eles fazia antigamente... E eu conheço viu? Ainda conheci aí um pouco... Eram separados... Branco com negro.... Rico com pobre... É sim... E hoje em dia chegou o comunismo: ... inverteu tudo ... É aquelas pessoas que mora naqueles prédio... Naqueles palácio bonito... Naqueles prédio bonito né?... Entra pobres e ricos... Ricos e todo mundo... Ninguém olha pra ninguém... Ninguém olha pra roupa ninguém olha pro calçado né?... Não... é por isso que é o comunismo... Nós estamos no comunismo²⁸.

Ao se referir e valorizar o status do sujeito “comum” nos dias de hoje, o relato da entrevistada sugere bastante lucidez e consciência acerca dos debates contemporâneos e dos direitos de igualdade entre os indivíduos das sociedades.

Para além das conquistas e das transformações positivas no dia a dia do povoado e dos moradores, aspectos como o da violência também passaram a fazer parte do cotidiano de todos com o crescimento do vilarejo. De acordo com Dona Nadir: “Ói, eu tava com sessenta ano, quando eu vi uma morte aqui no Capão, por que eu nuca tinha visto. Morte matada. Eu fui vê aquele dia que mataro o rapaz lá na rua. Eu tava com sessenta ano”²⁹. Para a entrevistada, esse acontecimento despertou-a para as mudanças que o Capão vinha passando. “Fiquei impressionada, porque eu nunca tinha visto. Porque o sussego daqui era demais,

²⁶ Francilina Oliveira de Carvalho (Dona França), 89 anos. Entrevista realizada em 17/03/2010.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

quando eu vi o... gente brigando lá, eu já fiquei mêm é... daí foi que eu vi que o Capão tava mudano”³⁰.

Outro aspecto de mudança que chama a atenção e incomoda a Dona Nadir nos dias de hoje é a relação entre os moradores de mais idade e os adolescentes da população.

O sistema, o sistema de vida dos adolescentes, que nós era... O respeito era um e o de hoje é outro, porque... A gente mesmo, pela idade da gente, a gente já tira que não pode ir mexer com os adolescentes, porque hoje o negócio é diferente. Antigamente uma pessoa de idade podia chamar um adolescente pá dá um conselho, hoje não pode, né? Hoje em dia eles xinga a gente tudo, o que eles sentem eles xinga, né? Eu to dizendo assim, sobre o que muda³¹.

Em entrevista concedida em março de 2010, Dona Nadir retoma a discussão acerca do respeito e do comportamento dos jovens, reiterando a sua insatisfação com os novos modos da geração. Segundo ela, antigamente “tinha mais respeito... c’as... c’os ôto. Hoje em dia, ninguém tem mais respeito. Principalmente os jove. Eles acham que só ele são o dono do mundo, né? Num é porque eu sou contra o jove, por que eu adoro jove, mas são assim...”³². Note-se, que Dona Nadir não é a única a desgostar das condutas dos jovens. Seu Edivaldo concorda que os comportamentos mudaram, mas não para melhor: “Coisa que eu não gosto muito também, é [...] eu tá vendo a barriga de fora, o embigo, nunca vi de nenhuma, [mas] das minha netas eu tô vendo, é vergonhoso”³³, diz lamentando a utilização das roupas curtas e consequentemente a exposição dos corpos de suas netas.

Os momentos festivos e de sociabilidade foram lembrados com bastante saudosismo pelos entrevistados. A partir de alguns relatos, pode-se dimensionar a importância e a expectativa que os habitantes da vila, de todas as idades, criavam acerca da quermesse e da festa de São João, do padroeiro, entre outras. Momentos importantes de ver e de ser visto, de paquerar, dançar, comer, rezar, e conversar nos espaços de sociabilidade da Vila.

Eu tenho saudade daqueles tempos das festas, que a gente era um... Todo mundo respeitava um ao outro era três dia de festa, aquela alegria, não tinha aqueles banda de rua, era forró [...] Hoje a civilização é boa, mas sente saudade da... sei lá... Até o... Eu gostava aqui o tempo das festas... (Nadir Dreger da Silva³⁴).

³⁰ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

³¹ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 10/02/2008.

³² Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

³³ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado.

³⁴ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 10/02/2008.

Com relação aos depoimentos que tratam de aspectos referentes aos tempos de antigamente e os tempos de hoje, Dona Juceli, de 48 anos, é a única entrevistada com menos de sessenta anos. Dona de uma cantina na localidade dos Brancos que funciona dia e noite, todos os dias da semana, mesmo em períodos pouco frequentado pelos turistas, Dona Juceli encontrou um tempinho entre os seus afazeres para conceder seu depoimento. Ao longo da entrevista a depoente fez algumas comparações entre a liberdade que os jovens tem nos dias de hoje e as muitas restrições que os pais impunham aos filhos nos tempos de antigamente,

Antes a gente não ia ali na vila igual a gente vai hoje não, não ia de jeito era nenhum; só ia assim na casa de um parente quando tava doente, uma coisa assim, e assim no mês de janeiro na festa do padroeiro aí ia; mas igual hoje, vou ali na rua, vou não sei o que, não ia não. [...] Só ia assim, nas quermesse que tinha, que é a festa aí ia, tem quermesse hoje na rua, tinha na rua e cá em cima. [...] Só acompanhada com os pais também ou pessoas de responsabilidade, não ia solto igual hoje não, aí aquela família levava, aqueles pais levava, pegava as filhas de fulano, sicrano assim levava, fica de olho, entregava na porta de novo: “Eí, sua filha já chegou, ta aí, ta entregue”, dizia bem assim³⁵.

Creemos ser de grande importância a comparação estabelecida por Dona Juceli em sua narrativa, principalmente pelo fato da depoente ter abordado um aspecto conflitivo entre as gerações de maneira respeitosa. Sem deixar de enaltecer as diferenças, a nosso ver, a narrativa de Dona Juceli sugere que ela valoriza alguns aspectos da sua criação sem, contudo, repudiar condutas vivenciadas pela nova geração. Em seu depoimento, Dona Juceli dá a entender que a liberdade dos dias atuais é um avanço.

Diante de tantas diferenças e dos conflitos geracionais, a própria Dona Nadir buscou aproximar os mais jovens dos mais velhos com a encenação de um “drama” – espécie de peça cantada –, que foi ensinada aos antigos moradores do Vale por uma professora natural de Feira de Santana e encenada ali pela primeira vez há 60 anos, segundo a depoente. Como não havia registros escritos sobre as canções do “drama”, coube à memória da depoente relembra-las para a reencenação do “drama” em janeiro de 2007, com a participação de ambas as gerações. Entende-se que o processo de rememoração permite uma relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Como sugere Ecléa Bosi: “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 1994, p. 9).

³⁵ Juceli Rocha Santos, 48 anos. Entrevista realizada no dia 07/02/2008.

1.2. “A MINHA MÃO É GROSSA ÓI! EU TRABAIO...”

Em levantamento bibliográfico realizado acerca do povoado do Capão Grande, atual distrito de Caeté-Açú, topônimo tupi que significa “grande mata virgem”, encontramos referências à formação da localidade na obra do memorialista Gonçalo de Athayde Pereira, “Memória histórica e descritiva do município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)”. O memorialista associa o surgimento do povoado ao declínio da produção diamantífera na região das lavras de Lençóis a partir da década de 1880:

São de prever as consequências de taes abalos e o panico que por longo tempo trouxe aquelle povo num atordoamento extraordinário. Afinal *decidiram-se alguns dos moradores á lavoura do café, formando-se o grande povoado do Capão-Grande*, hoje logar importante com grandes chácaras de café e algum commercio, fazendo parte do município de Palmeiras. (PEREIRA, 2002, p. 22, grifo nosso)

Já a professora e memorialista Zenilda Pina, em entrevista concedida em fevereiro de 2008, nos apontou uma perspectiva distinta daquela apresentada por Gonçalo de Athayde no que se refere à formação do povoado. Para ela, os habitantes do povoado cultivavam as lavouras de café antes mesmo do declínio da mineração nas lavras diamantinas e, por causa dessa antiga cultura, o povoado não teria entrado em colapso como os outros municípios da região, pois “além do diamante tinha a parte agrícola, porque ajudou o município não entrar, não cair em completa decadência, como caiu Mucugê, Andaraí e Lençóis”³⁶.

Apesar das diferentes perspectivas apresentadas acima, o que se percebe em ambas é a importância da agricultura, em especial do café, para o sustento do povoado chapadino. A importância da cultura do café também pode ser notada em depoimentos de antigos agricultores do Vale. Para Seu Edivaldo, “café antigamente chamava de ouro”³⁷, e para Seu Sebastião, “o Capão era Capão, era café”³⁸. Em poucas palavras, os dois entrevistados dão a entender qual seria o valor simbólico que o café representava, tanto para o comércio como para o vilarejo.

Segundo Seu Sebastião, era muito comum que pessoas de fora viessem trabalhar no cultivo de café: “Muita gente de fora pa ganhá dinheiro [...] do sertão” – o que nos parece razoável, tanto pela crise vivenciada nas lavras desde o fim do século XIX, quanto pelos grandes números de produção que o entrevistado disse ter ouvido dos mais velhos. “Os mais

³⁶ Zenilda Pina. Entrevista realizada em 13/02/2008.

³⁷ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado.

³⁸ Sebastião Vieira dos Santos. Depoimento citado.

veios sempre falava que essa terras cá na outra era panhavá 60 mião de café”³⁹. O antigo agricultor nos conta também que o café era beneficiado no próprio Capão, antes de ser vendido: “O café era conduzido ni tropa de animal, para uma das muitas rodas de pilar que existiam no Vale, e fora os rodões puxado por animais e por água... Também tinha aqui embaixo, aqui pra ríba tudo tinha”⁴⁰. Enquanto falava, o depoente apontava para os lados, com o intuito de indicar o alcance que as rodas de pilar atingiam.

As rodas de pilar o café eram responsáveis pelo beneficiamento dos grãos e consistiam na última etapa do trabalho dos agricultores. Assim como eram essenciais para os agricultores no passado, as rodas ainda fazem parte da memória e da vida do povoado nos dias de hoje. Existe no Capão uma localidade denominada, tanto pelos locais como pelos que vêm de fora, como “Rodas”. Conforme nos explica Seu Sebastião, a designação da localidade é uma permanência dos tempos de antigamente: “Rodas de pilar o café, aqui em baixo mermo tinha uma, até hoje tem o nome lá, as rodas, lá tinha umas cem rodas”⁴¹.

Segundo a memorialista Zenilda Pina, o café do Capão era o melhor café do Brasil. “Lá já produziu o melhor café do Brasil, né? Que era exportado com o nome: Maquejava. O café do Capão, o café aqui da Palmeira, do município, agora dentro do município Capão se destindia”⁴². A memorialista explica que era comum os compradores trocarem o nome do café: “Botava outros, era com outros nomes, daqui ia pra não sei pra onde ai eles exportavam né? Pra Europa [...] saia daqui dessa região”⁴³.

Uma parte do café produzido no Vale do Capão era vendida aos negociantes do próprio povoado que, na maioria das vezes, viajavam com suas tropas pelas cidades da Chapada Diamantina vendendo os produtos produzidos no Vale e comprando outros tipos de mercadorias para serem vendidas no povoado.

De acordo com Sandra Mendes, as tropas e os tropeiros foram elementos fundamentais no processo de integração entre o litoral e o interior, garantindo o abastecimento de lugarejos, povoados e vilas com suas mercadorias, sem as quais não teria sido possível concluir a ocupação do interior do Brasil. Também eram os tropeiros prestadores de serviços de natureza diversa, principalmente como emissários oficiais, correio, intermediários de negócios, portadores de bilhetes, aviadores de encomendas e receitas⁴⁴.

³⁹ Sebastião Vieira dos Santos. Depoimento citado.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Zenilda Pina. Depoimento citado.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ Ver MENDES (2006, p. 69).

O pai de Dona Nadir era um desses comerciantes, conforme nos informa Seu Edgar, seu esposo: “O pai dela era negociante [...] Ele ia buscá mercadoria, ia buscá pêxe, fumo, um bucado de coisa lá. [...] Ele levava café daqui, que aqui tinha muito café. Era café de fora a fora, aí. Café era de fora a fora”⁴⁵. Dona Nadir nos conta que seu pai costumava viajar “pro lado de Piatã, meu pai viajava c’a tropa”⁴⁶.

A agricultura no Vale do Capão não se restringia apenas ao cultivo de café; era muito comum que as famílias tivessem uma pequena roça no quintal de suas casas. Na maioria das vezes, as famílias cultivavam também banana, mandioca, laranja, além da criação de alguns animais. A agricultura de subsistência no Capão contava com a participação de todos os membros da família. As crianças, por exemplo, desde cedo aprendiam a importância de ajudar seus pais na roça para o sustento de todos. Em seu depoimento, Dona Juceli recordou com bastante saudade do tempo que toda sua família trabalhava junto na roça:

Saudade das roças, das roças, nós junto trabaiano a roça, a família, meu pai, minha mãe, todo mundo junto unido trabaiano, dá saudade; [...] ia de manha uns pra roça, os outro ficava dentro de casa fazendo a comida, aí levava a comida meio dia, aí trabalhava à tarde, trabalhava assim tranquilo sabe? Sem pressa [...], roça pra vender e pra comer, todo dia⁴⁷.

Acreditamos que a relação de união estabelecida pela família de Dona Juceli na rotina do trabalho, bem como o ritmo “sem pressa” em que viviam, provocam na depoente mais saudade do que o trabalho da roça em si.

A partir de algumas entrevistas realizadas, percebe-se que era habitual em algumas famílias do Vale que os maridos fossem tentar a sorte nas serras de garimpo, enquanto os outros membros da família cuidavam da roça. Isso aconteceu com a família de Seu Edgar. “Quando eu era pequeno, eu trabaioava mais na roça. Meu pai cuidava do garimpo e deixava a gente na roça”⁴⁸. Já no início de sua adolescência, Seu Edgar parou de trabalhar na roça da família e passou a enfrentar os desafios do garimpo: “Aí quando peguei dos, dos doze ano assim, eu já comecei a ir pro garimpo”⁴⁹. O entrevistado narrou esse momento de sua vida como sendo um momento de muita importância e carregado de responsabilidade. Para Seu Edivaldo, talvez esse fato represente sua passagem para o mundo adulto.

⁴⁵ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁴⁶ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010. O município de Piatã também pertence à região da Chapada Diamante e fica ao sul do município de Palmeiras.

⁴⁷ Juceli Rocha Santos, 48 anos. Depoimento citado.

⁴⁸ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁴⁹ *Ibidem*.

Acostumado a trabalhar desde a infância, o entrevistado nos mostrou a palma da sua e comentou: “A minha mão é grossa ói! Eu trabaio [...] A vida toda”⁵⁰. Acreditamos que, no caso de Seu Edgar, a atitude de mostrar a mão calejada simbolizava o desejo do narrador em evidenciar a sua trajetória através de um artifício concreto e comprobatório dos seus muitos anos de trabalho. Muitos enunciados podem ser inscritos sobre o corpo e percebidos na prática da história oral, como expressões faciais, gestos, timbre e tonalidade de voz, formas de respiração, regularidade das pausas, etc (FERREIRA; GROSSI, 2004).

Nesse mesmo sentido, Walter Benjamin afirma que “a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito” (BENJAMIN, 1994, p. 220-221). Nessa passagem, Benjamin assegura ao corpo a importante função de transmitir informações, cabendo a nós estudiosos, a interpretação dessas manifestações corporais.

Apesar de não ter se destacado economicamente tanto quanto as lavouras de café, a extração diamantífera no Vale do Capão também fazia parte do sustendo dos moradores. Segundo relatos dos antigos garimpeiros, quando eles subiam a serra para trabalhar costumavam ficar por lá em média uma semana. “Ficava a semana toda lá [...] Fazia uma toca lá, fazia lá perto lá. De pedra, fazia e dormia lá”⁵¹. Além da construção da toca, era necessário também que os garimpeiros levassem seus mantimentos para serem preparados ao longo dos dias. Segundo Seu Edgar e Dona Nadir, “tinha gente que ia pa fica quinze dia”⁵². Quando isso acontecia, o garimpeiro que ficava na serra, “mandava o pá, o colega vim buscá cumida”⁵³.

Ainda sobre a alimentação dos garimpeiros nas serras, o famoso morador do Vale Seu Manoel (mais conhecido como Seu Dozinho), nos conta sobre a solidariedade que os garimpeiros tinham na hora de repartir as refeições;

É... os garimpeiro é... Não tem igual, porque... Viu... Até a própria comida, se ponha na vasilha pra comer, ah... Num prato né? É tudo junto [...] se for seis pessoa, ou sete ou dez, fica tudo num prato sozinho... Comendo ali... tudo junto... SE DEU... Deu... Se não deu... Deu sempre... Não tem negocio de... áh... A comida não deu [...] é aquela quantia ali dividia pra todo mundo e come tudo juntinho, não tem negócio assim... Óih, tira o meu, eu vou comer separado (o meu)... Tudo é juntinho mesmo⁵⁴.

⁵⁰ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁵¹ Edgar da Silva Quaresma (Seu Diga). Depoimento citado. As “locas” ou “tocas” são grutas naturais, que com adições de pedras transformavam-se em habitações temporárias, à margem dos garimpos.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

⁵⁴ Manoel Henrique Alves, 79 anos. Entrevista realizada em 18/03/2010.

Por conta dos perigos a que estavam expostos, os garimpeiros que passavam dias e dias nas serras tomavam alguns cuidados para se proteger e para passar o tempo. Por isso, construía as tocas perto umas das outras para que pudessem se socializar durante a noite, como afirma Seu Edgar: “A gente contava causo, a hente levava radinho de pilha e ouvia”⁵⁵. Segundo Seu Manoel, a proteção ficava por conta da arma que cada garimpeiro costumava ter:

O garimpeiro gosta de carregar uma ARmazinha [...] é medo de onça e de: como é que se chama? O homem deve andar prevenido... Ninguém sabe que é que vai encontrar... Se é uma onça, ou se é uma vez um cara muito valen-... As vezes... você não tem coragem de fazer aquilo, mas intimida... Vê aquilo e não vem em cima...⁵⁶

Mas, nos alerta: “Briga não tem de jeito nenhum, nunca... Negócio de arma disparar assim”⁵⁷. Entretanto, em cima das serras, os garimpeiros estavam vulneráveis a acidentes e imprevistos, que aconteciam com alguma frequência:

De vez em quando acontecia, né? De vez em quando. Ainda mais quando trabalhava de baixo de burralho. De rompimento, né? Trabalhava no seco, em cima da terra não. É difícil. Mas quando trabalhava em cima do calau... Cavalhão, né? Trabalhava de bate chão. É. Num tinha que fazê rompimento... Eu mermo quase, nunca tive acidente. Acidente eu tive, machucadura assim, mah acidente mermo PA mim ficá sem ir trabaiá não⁵⁸.

A solidariedade entre os garimpeiros do Vale também se fazia presente na hora de prestar ajuda a um companheiro ferido. “Todo mundo carregano, ia um bucado de gente... Num chegava muito ligêro não, por que era longe. Três légua, quatr...”⁵⁹. Depois de vinte anos, é fácil perceber na voz do jovem João Eudes a dor de relembrar a profissão e o falecimento de seu pai. Não nos restam dúvidas acerca do quanto o ofício de garimpeiro era árduo e perigoso:

Pra mim foi uma coisa sofrida chegar até garimpo, encarar o garimpo... Garanto que não vou fazer isso... Perdi meu pai lá no garimpo, tava indo trabalhar, ele foi ofendido por cobra, a cobra mordeu ele uma vez aí ele seguro, também cortava uma pinga que não era mole, aí seguro... Depois disso voltou pro garimpo com um mês, tornô a ser picado por cobra, aí ficou mais de seis horas sem receber o soro, foi pra Seabra um mês, um mês depois ele morreu⁶⁰.

⁵⁵ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁵⁶ Manoel Henrique Alves. Depoimento citado.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ João Eudes dos Santos Souza, 23 anos. Entrevista realizada em 17/03/2010.

Uma das especificidades da extração diamantífera no Vale do Capão que nos chama a atenção era a não vinculação desses garimpeiros com outros agentes da estrutura mineradora, agentes esses comuns de serem encontrados em outras lavras. Em estudo realizado nas lavras de Lençóis⁶¹, os pesquisadores puderam definir as ocupações relacionadas ao garimpo em nove categorias: “1º dono/sócio, 2º garimpeiro, 3º cortador, 4º fiscal, 5º administrador, 6º desenvolvedor, 7º carreteleiro, 8º outro, 9º faz vários serviços” (BRAGA; SENNA; MACHADO NETO, 2008, p. 109). Nota-se que a única categoria ocupacional mencionada pelos entrevistados do Vale, que coincide com as categorias apreendidas pelos pesquisadores, foi a categoria de garimpeiro. Seu Edgar ressalta: “Cada um ia ajudá, fazê sua vida”⁶². Diferente de outros espaços de mineração, não havia nas serras do Vale do Capão hierarquia entre os trabalhadores e prestação de contas para proprietários de terras.

Na região das lavras de Lençóis, o meio mais frequente usado pelos garimpeiros para obter a sua renda era chamado de meia-praça. Meia-praça correspondia à parte dividida entre o garimpeiro e o fornecedor, isto é, o empresário. “Esse tipo de empresário supria o garimpeiro através de uma quantia fixa semanal, ganhando com isso, o direito à metade do valor de todas as pedras achadas pelo garimpeiro” (BRAGA; SENNA; MACHADO NETO, 2008, p.205). Esse fornecedor tinha obrigação – mesmo sendo um contrato puramente verbal – de socorrer o garimpeiro ou a sua família em caso de doença mais grave, acidente de trabalho ou mesmo, em alguns casos, de invalidez ou morte. Segundo os pesquisadores que empreenderam a pesquisa, essa parte contratual quase sempre era relegada.

Entretanto, diferente do que acontecia nas lavras de Lençóis, existiam entre os garimpeiros do Vale outras convenções que facilitavam o trabalho e evitavam conflitos. Era comum que os garimpeiros estabelecessem sociedades entre si, tanto para facilitar o trabalho como para repartir os lucros quando algum diamante era encontrado. “Sozinho muito difícil... Eu ia sempre com... sempre c’alguém.[...] Feito uma sociedade”⁶³. Ao também ser questionado se costumava ir sozinho para a serra garimpar, Seu Manoel explica: “Nada... eu ia mais outro companheiro... que... a gente chamava de sócio, néh? Que, quando às vezes arrumava... diamante... ia vender... partia o dinheiro”⁶⁴.

⁶¹ A obra “Garimpos e Garimpeiros”, produzida pelas autoras Célia Leal Braga e Zahide Machado Neto foi realizada a partir de uma parceria entre a Secretaria do Estado de Minas e Energia e o Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, as pesquisas nos municípios de Lençóis e Carnaíba foram realizadas nos anos de 1973/74, mas apenas recentemente o livro veio à luz.

⁶² Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ Manoel Henrique Alves. Depoimento citado.

Seu Edgar afirmou que essas sociedades costumavam dar certo, “não dava problema, por que quando a gente vai assim... é [...] Já é amigo, já é irmão. Então já é... A gente já vai já... Cunversado”⁶⁵. Contudo, Dona Nadir chama a atenção para o fato de serem muitas as sociedades de garimpeiros: “Tinha um bucado de gente na serra, não era só ele, né?”⁶⁶. Seu Edgar nos esclarecer as regras estabelecidas por eles para que não houvesse desordem e para que ninguém se sentisse prejudicado: “É. Cada um... Marcava um lugá lá e ia tirá. Aí ninguém, os ôtro que tava ali num invadia...”⁶⁷.

Outro aspecto importante apreendido na fala dos entrevistados foram os diferentes tipos de extração do diamante praticados nas serras do Vale e os distintos impactos que eles provocavam na natureza. O método de extração do garimpo com a utilização das dragas, comentado por Dona Nadir, provocava danos irreparáveis à natureza: “Eu acho errado, nas pessoa, é to... Tê um rio e tocá draga, né? Que isso acaba mermo. Mas, que nem eles ia aí, tudo manual, eu achei errado proibir...”⁶⁸. A presença de dragas trabalhando noite e dia, revolvendo o solo em busca do diamante, alterou drasticamente o frágil ecossistema da região. Os rios tiveram seus cursos desviados, tanto pela atividade mineradora quanto para fins de irrigação de propriedades privadas (CRUZ, 2006). A entrevistada destaca o seu descontentamento com a proibição da extração manual do garimpo – método de garimpagem empregado pelo seu marido.

O garimpo de penêra era, era manual, mas tinha muito jeito de trabaiaí. Trabaiaiva den’do rio, trabaiaiva cum... cum... rumpimento, trabaiaiva cum... cum... cum água, trabaiaiva seco. Era um monte de jeito de trabaiaí.[...] Eu to dizendo assim: é proibido, mas era um negócio que num acabava c’a natureza...⁶⁹.

Apreende-se na fala de Seu Edgar aspectos de conformidade e ao mesmo tempo de incompreensão. Ele aceita a proibição da extração, mas assim como sua esposa, não concorda que a proibição tenha sido aplicada também para o garimpo manual. O ponto de vista da memorialista Zenilda Pina converge com o ponto de vista dos entrevistados. “Esses rudes mineradores não destruíam a natureza como aconteceu em quase toda a região das Lavras, deixaram apenas alguns vestígios do seu trabalho” (PINA, 2005, p. 262).

Com relação à comercialização das pedras preciosas, Seu Edgar explica que a comercialização podia ser feita com os compradores de pedras do próprio Vale, assim como

⁶⁵ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁶⁶ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

⁶⁷ Edgar da Silva Quaresma (Seu Diga). Depoimento citado.

⁶⁸ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado. 16/03/2010.

⁶⁹ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

com os compradores que vinham de fora. “Nóis vendia pros garimpe... pros... pros... compradore de diamante daí na cidade, sempre tinha, aqui também tinha. Aqui também tinha comprador”⁷⁰. Ele faz questão de explicar que quem normalmente ganhava bastante dinheiro com os diamantes eram os compradores, que revendiam as pedras a preços muito maiores. “Nóis num ficava, ganhava mal, né? [...] Preço bom, nunca adquiria não”⁷¹.

A despeito de todos os perigos, do baixo preço obtido pelo diamante, de todo o cansaço, e dos possíveis danos causados à natureza, os antigos garimpeiros sentem saudades desse tempo: “Ah, é bem cansativo. Também já tô veio. Mas, eu tenho vontade ainda de dá uma saidinha...”⁷². Já Seu Manoel, tanto afirma que sente saudade como afirma ser o garimpo uma fonte de vitalidade. “Do tempo que a gente fica assim no garimpo... a gente tem outra: energia. Dentro de casa às vezes conversa uma coisa, outro conversa outra, fica... hun... fica... parece que está esclerosado, mas eu não tô não néh? Não tô não de jeito nenhum”⁷³.

Ainda que fosse pouco comum a presença das mulheres do Vale nas serras diamantíferas garimpendo – apenas uma das entrevistadas, Dona Francilina, afirmou ter sido garimpeira por muitos anos –, as mulheres também marcavam presença no alto das serras. As que costumavam subir a serra para trabalhar eram em sua maioria colhedoras da macela⁷⁴. Entre os homens entrevistados, apenas Seu Edivaldo nos contou ter sido um colhedor de macelas. “Os homem... Os homem sim... Era um modo da gente viver”. Ele insistiu em frisar a importância dessa atividade econômica para os habitantes do Vale. “Tinha hora que o garimpeiro tava lá no garimpo já vinha com o saco de macela... Pá levar pô comercio pá vendê, que as vez não pegava o diamante”⁷⁵.

Segundo Dona Nadir, o que hoje é conhecido como a famosa Cachoeira da Fumaça⁷⁶, importante ponto turístico da Chapada Diamantina, antigamente era apenas mais um dos perigosos ambientes de trabalho dela e de outras companheiras:

Aquela cachoeira da fumaça mesmo alí, ô meu Deus do céu, o povo fala de que... Nós ía catá macela lá, ia eu e minha irmã. [...] Quando nós chegava lá, dizia assim:

⁷⁰ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ Manoel Henrique Alves. Depoimento citado.

⁷⁴ A macela (*Achyrocline satureioides*) é uma erva também conhecida por macela-do-campo, macelinha, macela de travesseiro, carrapichinho-de-agulha, camomila nacional, etc. Em algumas regiões, em português não-padrão, é chamada de "marcela". As flores da macela têm um aroma agradável e costumam ser usadas pela população do Vale como estofos de travesseiros e colchões.

⁷⁵ Edivaldo Jorge dos Santos, 71 anos. Entrevista realizada em 15/12/2010.

⁷⁶ A Cachoeira da Fumaça possui 340 [metros](#) de altura, sendo a segunda maior do [Brasil](#). Recebeu este nome porque pela altura da queda, a [água evapora](#)-se, formando um [panorama](#) visual como se fosse [fumaça](#). Entretanto, dependendo da [estação](#), pode estar completamente [seca](#).

cuidado, cês não vai panhá macela desse lado tem um buraco, aí tem um buraco. Que ninguém sabia que era cachoeira⁷⁷.

É importante frisar que essas trabalhadoras também estavam expostas a muitos perigos. A esposa de Francisco sofreu um grave acidente enquanto colhia macela há muitos anos atrás. Ela se desequilibrou e acabou despencando de uma das serras na qual era acostumada a trabalhar. Apesar das muitas fraturas, a esposa de Seu Francisco sobreviveu.

Já na primeira metade do século XX, o Vale do Capão passou a enfrentar a decadência: primeiro com a queda da produção de café e, a partir da segunda metade do século, com o empobrecimento das minas diamantíferas e as transformações impostas pela criação, em 1985, do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Este Parque objetivava

Proteger amostra dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área. (BRASIL, Decreto nº 91.655, 1985)

É importante frisar que parte do município de Palmeiras foi incorporada à reserva ambiental do Parque Nacional, o que passou a refletir diretamente na atividade econômica e, conseqüentemente, na vida dos moradores do Vale. Conforme o relato de alguns moradores, todos esses eventos foram responsáveis por um grande movimento migratório no povoado; os antigos moradores alegavam ter ficado sem as suas fontes de renda. Com relação ao cultivo das roças, Seu Edivaldo explica:

Era terra era boa, mas depois que veio esse modo de proibir de trabaiá, o IBAMA proibiu de trabaiá a roça, cortar madeira, pau pra fazer gamela, “arrumbé”, fazer “bateia”, fazer prensa, fazer casa, fazer tudo, e nisso, a roça também não podemos mais cuidar⁷⁸.

E, no que diz respeito à extração de garimpo, Dona França esclarece: “Hoje em dia não dá mais [...] porque os IBAMA não deixou mais trabalhar garimpo não... para não sujar a água”⁷⁹. Como consequência das transformações vivenciadas pelo povoado, a solução encontrada por muitos moradores foi tentar a sorte em outros Estados. São Paulo e Mato

⁷⁷ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 10/02/2008.

⁷⁸ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado.

⁷⁹ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado.

Grosso⁸⁰ foram os destinos preferenciais entre os moradores do Vale que migraram, segundo a memorialista Zenilda Pina (PINA, 2005).

Com Seu Edgar não foi diferente: a sua trajetória de vida no povoado do Capão sempre foi marcada por muito trabalho e desafios. Diante das transformações ocorridas no Vale e da falta de perspectiva de melhorias, ele e sua família optaram por se mudar, e o local⁸¹ escolhido foi São Paulo.

O estado de São Paulo tem sido um dos maiores pólos de recepção da migração no Brasil, bem como, no imaginário migratório, o “coração da economia nacional” – principalmente para os migrantes de áreas menos favorecidas. As tendências gerais dos deslocamentos populacionais no Brasil, na maioria das vezes, estiveram ancoradas na enorme transferência de população do meio rural para o urbano. Para os movimentos interestaduais permanece a forte e complexa relação migração/emprego e, certamente, as redes sociais constituem elementos importantes da manutenção de históricos fluxos migratórios para a metrópole (BAENINGER, 2005).

Estar na condição de estranho/migrante/estrangeiro exige muitos aprendizados, a aquisição de conhecimento e habilidades práticas – um novo ofício, novas regras de comportamento, etc. – como uma forma de ser aceito e de se sociabilizar com o novo grupo, o que não anula toda a bagagem cultural e densidade moral que cada indivíduo traz consigo⁸². No caso de Seu Edgar, a sua inserção nesse novo contexto de vida se deu através do trabalho como vigilante, ofício que exerceu durante os vinte e cinco que viveu em São Paulo.

Apesar de todos os sacrifícios, ele tem certeza que fez a escolha certa. Graças a essa mudança de vida, ele pôde proporcionar estudo aos seus filhos e conseguir dinheiro suficiente para comprar a casa em que vive hoje no Vale Capão ao lado de sua esposa, Dona Nadir.

1.3. O FANTASMA DO DIAMANTE

Ainda hoje podemos registrar, em conversas com moradores do povoado de Caeté-Açu, a crença em acontecimentos sobrenaturais que antecedem a descoberta de diamantes, bem como em almas penadas que mistificam o garimpo e as pedras preciosas. Ao analisarmos

⁸⁰Apesar da tendência dos moradores do Vale do Capão de migrar para estados que compõem outras regiões do país, foi expressiva também a migração de trabalhadores rurais oriundos do interior da Bahia que se dirigiram para Salvador e contribuíram para a história recente da cidade. Sobre o assunto, ver SANTANA (1998).

⁸¹Segundo Anthony Giddens, “os locais” referem-se ao uso de espaço a fim de fornecer os cenários da interação; estes, por sua vez, são essenciais para especificar sua contextualidade. Ver GIDDENS (1989, p. 95).

⁸²Ver mais em BAUMAN (1999, p. 85).

um conjunto de narrativas ligadas a esses “causos”, percebe-se que essas histórias nunca param de ser contadas ou até mesmo reinventadas pelas antigas e novas gerações, perpetuando-se, assim, na memória e no cotidiano dos moradores povoado.

Sobre a transmissão dessas histórias, é pertinente o comentário do jovem João Eudes: “Minha vó também contava várias história a respeito de assombração, de ‘livusia’, de coisas que eles via no garimpo”⁸³. Seu depoimento permite vislumbrar os circuitos de transmissão oral dessas histórias, contadas pelos mais velhos e apoiadas em experiências vivenciadas no garimpo.

Em sentido semelhante situa-se o comentário de Dona Luzia. Nascida e criada em Caeté-Açu e com idade informada de 68 anos, Dona Luzia é uma senhora muito reconhecida pelos habitantes do Vale do Capão por conta do seu conhecimento acerca das plantas medicinais. “Aparecia era muita ‘livusia’ aqui no Capão, [...] minha mãe, minha vó, minhas tias, as pessoas mais velha, falavam esses causos pra gente”⁸⁴. Os “causos” recolhidos no Vale do Capão revelam exemplos do quanto a oralidade é viva, capaz de transmitir os costumes, as crenças e os modos como a população do vilarejo se vê e representa o mundo. Apesar de se tratarem de experiências individuais, essas narrativas referem-se a experiências cujos significados são partilhados pelo grupo social onde encontram seus mecanismos de validação. Assim, concordamos com Paul Thompson quando este afirma que “a vida individual é o veículo concreto da experiência histórica” (THOMPSON, P., 1992, p. 302).

A expressão “livusia” é utilizada por moradores e antigos garimpeiros para designar episódios enigmáticos, como os descritos por Seu Edgar:

O metal que faz isso. Galo canta, de madrugada... Cachorro la... Ouvia latido de cachorro de baixo do... Com’é que pode um negócio desses? Batendo com a tampa de marreta de baixo do... De noite, assim... Ninguém que tá durmindo ni vê: “Puff, puff”. Num tem ninguém ali, só tem o companheiro, num tem ninguém. E aquele trêm bateno lá de baixo do buraco⁸⁵.

Para alguns, como Seu Edivaldo e Dona Juceli, “livusia” pode significar também assombração ou alma penada. “Livusia a gente fala é o defunto, pessoa que já morreu assim, que às vezes vem apareceu, o espírito, é assombração. É isso que a gente fala que é livusia”⁸⁶.

⁸³ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado.

⁸⁴ Luzia Nascimento Neves, 66 anos. Entrevista realizada em 17/12/2006.

⁸⁵ Edgar da Silva Quaresma, 76 anos. Entrevista realizada em 16/03/2010.

⁸⁶ Juceli Rocha Santos. Depoimento citado.

De acordo com Seu Edivaldo, “a livusia a pessoa vai passando assim, ele evai depois vê assim um cachorro, vê assim um fantasma, vê assim um falar ruim”⁸⁷.

De acordo com alguns entrevistados, um dia de trabalho numa serra de garimpo podia ser permeado por acontecimentos ou visões sobrenaturais, e muitos são os que vivenciaram alguma experiência misteriosa durante os anos de trabalho nas serras diamantíferas. São diversas as narrativas relacionadas com o ambiente de extração. Todavia, o que essas histórias têm em comum é a relação com elementos da natureza e, em alguns casos, um sentindo premonitório ligado à descoberta de diamantes. Tomemos como exemplo a experiência de Seu Manoel:

O metal faz parecer fala, ué, quem é que tá conversando aqui? Olha e não tem ninguém e você se pergunta: quem é que tá conversando aqui? Você tá num deserto! O metal pode ser uma fala, joga pedra... Uma pedra jogaram em mim... Eu tava limpando picareta, tratando o resto do cascalho todo, veio uma pancada assim! ... Pôxa! O outro que tava pegando água mais em cima disse pra mim, quando eu perguntei se ele viu o que tinha acontecido... Jogaram uma pedra em mim, como fosse um aviso, e eu achei ali um diamante⁸⁸.

Seu Manoel nos narrou esse acontecimento enquanto andávamos a caminho de sua roça. Sempre muito atarefado e com uma esposa muito ciumenta – o que nos impedia de gravar as entrevistas em sua casa –, ambos os depoimentos cedido por Seu Manoel foram recolhidos nessas circunstâncias.

Diante do costume de recontar histórias e, conseqüentemente, retransmiti-las com outros ou novos significados, Seu Edgar nos narrou um acontecimento misterioso que ocorreu com seu irmão – e também seu sócio de garimpagem – dentro da toca, em uma das temporadas que passou em cima da serra.

Era eu e mais meu irmão. E ele... Teve uma semana que eu num pude ir e ele foi só. [...] A hente arruma assim, uma toca assim... E fecha de pedra ali, fecha ali e fecha ali... Faz uma to... Faz uma port'ali, lá a hente fica. Então lá a gente bota as coisas. A hente não levava prato. A carombé⁸⁹ era de pau, né? Pra hente cumê também era no carombé. Tinha carderão, levava culhé, negócio de fazê café e fervê água já tinha na toca. E... Com'ê que fala? Essa semana, essa semana ele foi só. Aí... a gente cozinha o feijão de noite, de noite pa num ficá, de dia num tê tempo. Tira lenha de tarde, pedaço de pau, tira lenha pa fazê café, faz arroiz, come, aí nós vai fazê feijão. Aí, meu irmão... Ele aí...tá. Cumeu, lavo os prato e boto pa fervê a água, né? Ele tava cumendo, disse que deu uma cuchiladinha e que quando abriu o zói, o carombé que tava assim na parede, cumeçô a descê assim. Desceu e ficô assim. Aí ele disse: “Que negócio engraçado, o carombé nem caiu. Desceu deslizando assim”. Aí ele correu. Daí a pouco o carombé tornou a ficar do mermo jeito. [...] Pesa uns cinco

⁸⁷ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado.

⁸⁸ Manoel Henrique Alves, 76 anos. Entrevista realizada no dia 14/12/2006.

⁸⁹ “Carombé” significa recipiente de madeira utilizado por alguns garimpeiros como prato durante as refeições.

quilo. É por que era de madêra grossa assim... Pesa uns cinco quilos. A gente botava lá na pia nunca cai, nunca dá, assim, pa caí. Inda mais que ele desceu devagar e torno a subi⁹⁰.

Além da ambientação feita pelo entrevistado acerca da toca e da descrição de alguns aspectos da difícil rotina dos garimpeiros, ao longo da narrativa de Seu Edgar percebe-se que a movimentação de um objeto inanimado causou bastante medo à testemunha. Tanto Seu Edgar quanto o seu irmão não buscaram explicações para o ocorrido. Isso porque não se trata da busca pela verdade ou pela mentira, pois como sugere Maria Socorro Cipirano “as narrativas são apropriadas para fazer pensar a relação entre o mundo crível e o incrível” (CIPRIANO, 2010). Assim compreendemos que essa dimensão fantástica constitui a visão de mundo desses sujeitos, além de revelar tensões, medos e desejos que permeavam o ambiente de trabalho nas serras de garimpo do Vale.

Outro acontecimento extraordinário – dessa vez vivenciado pelo próprio Seu Edgar em companhia de um primo de sua esposa nas serras de garimpo próximo ao município de Andaraí – nos foi exposto pelo entrevistado, apesar da contrariedade e desaprovação da companheira, Dona Nadir:

Ói, eu mais o primo dela, a gente trabalhava lá perto de Andaraí. Era longe. Levava o dia todo pa chegá lá[...] Ó, aí nós foi, cheguemo lá na toca já era umas cinco hora da tarde. Que aí, já tinha toca velha lá e já sabia, né? Que já tinha ido antes. Aí a gente limpô, fez arroz, cumemo. Aí tinha um pezão lá de caju, por que lá era pedra, mas tinha, tinh’um, um pezão de caju, a gente ficava, tava assim já iscreceno. Tinha uma chapadona assim ói... A toca assim do alto... É. Ele levou um cachorro. Tinha um cachorro que chamava Campêro, um cachorrinho branco. Nós tava até aí, cunversano mais ele. Ele é primo dela. Menin cumeçou uma ventania no lajedão, assim, e veio vindo cá pro lado da toca, quando, chegou ali perto, per’do abacate per’do abacate não, per’de caju, fez um ridimuinho assim, botô as folha tudo pa cima e o cachorro arrupiô. Arupiô o cachorro todo assim e ele intô pa den’da toca, né? Aí, o ridimuinho num acabô não. Ele foi indolá pro, pros rebaxo onde tava tudo de noite, onde tava um bucado de pedra que o povo já tinha trabaiado, quando o pov... os garimpêro trabaia, fica um bocadão de pedra assim, né? Aí deu um sovio. Sovio bem alto, chegô de duê no pé de ouvido da gente. Deu três. Aí o primo dela cumeçô a rezá, disse que vem, vai “Vai mais pra longe!” Aí, deu ôtro lá, mais adiante, e du ôtro lá, mais pro fundo. E aí, a gente num viu mais. Deu três. Aí eu posso dizê que foi uma... É. Eu achei um negoço istranho. Que ele... né? A gente ficô de cabelo arrupiado. pur quê eu posso falá... E ainda tava de dia, num tava de noite. Por que tava assim, quase iscreceno⁹¹.

Enquanto Seu Edgar expunha a sua história, Dona Nadir fez breves interrupções, nos sugerindo certo desconforto e aborrecimento pelo que estava sendo relatado: “Isso né coisa de

⁹⁰ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁹¹ *Ibidem*.

contá não... [...] Não, mas isso aí é um negócio muito sério”⁹². Ao ser questionado se tinham encontrado algum diamante após o redemoinho e os assovios misteriosos, Dona Nadir não deixou o marido falar e respondeu por ele: “Aí já num é, aí já num, já num é diamante, já é ôta coisa [...] Eu disconfiei que alguém que, que já foi garimpêro, tava lá”⁹³. Logo após a fala de Dona Nadir, Seu Edgar se colocou e concordou com a esposa: “A gente fez a oração pa ir embora. Rezemo o pai-nosso”⁹⁴. Apesar do susto, a maior certeza de Seu Edgar é que esse dia marcou sua história nos garimpos: “Eu trabaiei mais ele uns treis ano. Maih, esse primêro dia ficô na história”⁹⁵.

Na opinião de Dona Nadir, os moradores de antigamente do Capão eram ignorantes e ingênuos e se sobressaltavam com qualquer coisa: “O povo era meio ignorante. Tirano a família da gente mermo, né? Tudo o que via dizia que era... Era isso e era aquilo”⁹⁶. Por isso, acreditamos que os gestos de desconforto e os breves comentários ao longo da entrevista com seu esposo podem ser entendidos como um anseio de proteger sua família contra julgamentos e recriminações alheias, dentro do próprio povoado, pela crença do casal na sobrenaturalidade do episódio vivido por Seu Edgar.

De acordo com alguns depoimentos recolhidos, percebe-se que as “livusias” não ocorrem apenas nos ambientes de garimpagem, mas em qualquer local que tenha a presença de diamantes. Em entrevista realizada em 2010, Seu Manoel esclarece e exemplifica algumas manifestações das “livusias”:

O fantasma do diamante fica num lugar uma vez como nós tâmo aqui... Parece uma luz clarêa assim, aí você vê clarear até o chão e ai desaparece de tudo... O povo fala que é disco voador e não é disco voador nada. Ali você consegue trabalhar naquele lugar, mexer, mexer daqui a pouco tá achando a mina de diamante. Aí é verdade, não conto, não é estória nada. O próprio cristal, o ouro a mesma coisa, fazem essas coisas assim. Uma luz que parece uma pessoa num lugar, andando, às vezes de junto de uma montanha. É “livusia” de diamante. Quando você vê aparecer essas coisas, fogo de linhavo... Não tem fogo, uma coisa verdade, você vê o fogo assim fica até com medo de passar, ué!? Cadê o fogo que tava aqui? Desaparece. É impressão, mas é coisa da natureza mesmo. Que forma aquele fogo ali e não é fogo, pois é!⁹⁷

Alguns aspectos da definição feita por Seu Manoel acerca das manifestações das “livusias” coincidem com o depoimento concedido por outra antiga moradora do Vale, Dona Luzia. De acordo com ela, o episódio teria se passado durante uma viagem noturna, feita a pé,

⁹² Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

⁹⁷ Manoel Henrique Alves. Depoimento citado, 14/12/2006.

do Vale do Capão para a cidade de Palmeiras, com uma bagagem de verdura na cabeça e um candombá acessado em uma das mãos para iluminar a estrada. A viagem foi feita na companhia de sua filha mais velha e do compadre Anísio, que caminhava na frente para espantar onça, caso eles se deparassem com alguma durante o percurso. Entretanto, apesar das precauções, o acontecimento estranho que eles testemunharam nessa noite foi um fogo ao lado do morro do Engenho Velho, “fogo no ar, com cor de enxofre [...] Meu Deus do céu, de onde é que esse fogo vem?”⁹⁸. Dona Luzia confessou ter sentido muito medo e desespero. Apenas quando o fogo baixou, perto do areal, eles seguiram viagem. Para a entrevistada, não restavam dúvidas quanto à presença de metal naquele local.

Outra moradora que teve uma experiência fantástica enquanto realizava uma atividade comum do seu dia a dia foi Dona Francilina. Ela e outras mulheres lavavam roupa num rio quando foram surpreendidas por uma grande onda:

Eu já vi várias vezes... Esse... Como se fosse um passarinho, mas não... A gente não vê o passarinho, como se fosse um passarinho que veio... Bateu na Água:... E a água ficou igual uma onda assim no mar... Não tem... Aquelas onda assim no mar?[...] A água e o rio... Embraveceu... Ficou braba, voltando:... De baixo pra riba... E ela esperava: [...] E ela esperava... Porque, aonde que ela parou, ali tá o diamante... Parece que ela via e dizia onde é que tá o diamante⁹⁹.

Dona Francilina, que também trabalhou como garimpeira ao longo de sua vida, explicou que “muitas pessoas tinham assim aquele aviso, de que às vezes está trabalhando e aquele garimpo tinha diamante”. E afirmou que, em muitas ocasiões, ela própria sabia se ia ou não encontrar algum diamante: “Eu mesmo falava... No dia de levar o café eu falava... Olhe a gente vai pegar um diamante hoje. Se tivesse às vezes dois três diamante, quatro... Eu sabia”¹⁰⁰.

Ao investigarmos o sentido normativo da expressão “livusia” utilizada pelos habitantes do distrito de Caeté-Açu, mais uma vez nos deparamos com o fenômeno da reapropriação de um vocábulo, por meio da qual se lhes emprestam novos significados. De acordo com o Dicionário Houaiss (2009), a escrita adequada seria *aleivosia*, palavra que significa “qualidade de quem engana, traição; dolo, fraude”¹⁰¹. Todavia, para os moradores e antigos garimpeiros que nos concederam entrevistas, os “causos” que eles narraram ou recontaram de modo algum constituem histórias falsas ou mentirosas.

⁹⁸ Luzia Nascimento Neves. Depoimento citado.

⁹⁹ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ ALEIVOSIA. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=aleivosia&stipe=k&x=15&y=4>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

Buscando compreender a ressignificação da palavra e a possível relação existente entre a aceção normativa e o seu uso corrente no Vale, entende-se que o contexto social vivenciado pelos moradores é responsável pela transformação do significado do termo ao longo dos anos. Por se tratarem de acontecimentos sobrenaturais e inexplicáveis, acreditamos que uma parcela da população do povoado, que não acreditava no que vinha sendo contado ou retransmitido por alguns moradores ao longo dos anos, tenha empregado a expressão *aleivosia* para referir-se a esses acontecimentos. Para além do significado do vocábulo, a pronúncia da expressão também sofreu alterações.

Outra história bastante conhecida no Vale do Capão e ligada aos diamantes da região é a história do pote de diamante. Dona Juceli é mais uma das moradoras que associa essa história aos tempos de antigamente: “História de antigamente, meu pai, minha mãe, pessoas de idade que contavam”¹⁰². A história do pote de diamante, transmitida geração após geração, fala sobre almas perturbadas de garimpeiros que enterraram seus diamantes e que buscam ajuda para desenterrá-los, tentando dar fim ao seu sofrimento e obter sua libertação.

A versão da história do pote de diamante que Dona Juceli sempre ouviu dos mais velhos dizia que a alma de um defunto sofredor vinha em sonho, ou às vezes em visão, contando onde estaria o pote de diamante enterrado. O indivíduo escolhido pelo defunto para desempenhar essa função não tinha escolha: ou ficava rico, ou morria.

Sempre ouvia falar, assim, que o pessoal arrancava, eles vinha às vezes em sonho, ou às vezes assim, via mesmo na visão e dava a pessoa pra arrancar. Aí eles ia meia-noite junto com o defunto [...] fica de junto esperando arrancar o pote de diamante. [...] Na hora que tava arrancando o pote, cê tinha que dar “Deus que te ajude” primeiro do que ele te dar, a pessoa que tava arrancando tinha que agradecer, então tinha que falar primeiro “Deus que te ajude” pra não morrer, porque se ele falasse antes, primeiro “Deus que te ajude” quem tava arrancando morria¹⁰³.

Apesar dela se referir à história do pote de diamante como história do passado, contada apenas pelos mais antigos do vilarejo, ao longo da entrevista ela comentou sobre uma ocorrência recente desse caso:

Esses dias mesmo tinha um assustado aí que veio de Salvador... morador do Vale. Desde Salvador que tinha um defunto no ouvido dele falando pra ele arrancar o pote, só que ele não tem coragem de ir e ele tava todo assustado [...], ele todo com medo, não sai de noite, ficava com medo, ficô mais entocado, mais em casa com medo de sair, porque tava acontecendo isso¹⁰⁴.

¹⁰² Juceli Rocha Santos. Depoimento citado.

¹⁰³ *Ibidem.*

¹⁰⁴ *Ibidem.*

Depois que a relação de confiança se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado, as informações passam a ser narradas com mais fluidez e segurança. Por conta do imaginário que essas histórias revelam, é comum entre os entrevistados o acanhamento e a vergonha. Muitos ainda associam a crença nesses “causos” maravilhosos ao atraso e à ignorância, como no caso mencionado por Dona Nadir anteriormente.

Muito comum entre os garimpeiros, e mesmo entre os habitantes do Vale que não trabalhavam na extração de diamantes, era o desejo de enriquecer inesperadamente, encontrando um diamante de grande valor. O termo que designa essa meta esperançosa entre eles é “bamburrar” e foi muito bem descrito pelo antropólogo e pesquisador Ronaldo Senna:

Para os garimpeiros esta meta só poderia ser alcançada mediante uma sorte extraordinária, num trabalho de resultado duvidoso, onde o cansaço da labuta diária mesclava-se com a angústia da espera, gerando uma necessidade de enriquecimento rápido, [...] era a imensa ilusão do bambúrrio. (SENNA, 1998, p. 47)¹⁰⁵

Talvez a aspiração de bamburrar explique o desejo de muitos moradores de encontrar um pote cheio de diamantes. É necessário chamar atenção para o fato de que o pote escondido no Vale do Capão tem como tesouro o próprio diamante da região, e que em outros contextos sociais e históricos o tesouro escondido costumava ser o ouro, a prata e até mesmo objetos valiosos. Tampouco o desejo de enriquecer rapidamente, encontrando um tesouro enterrado, se restringe aos moradores do Capão. Em sua pesquisa de doutorado, Maria do Socorro Cipriano investiga o universo assombroso e encantado das histórias da botija¹⁰⁶ enterrada em diferentes contextos históricos e espaços do nordeste brasileiro.

Inventada a partir de diferentes tradições, a botija extrapola, pois, a definição de mero tesouro enterrado, passando a um construto narrativo, sendo possível inscrevê-la em pelo menos cinco fortes tradições, como já referido inicialmente. Uma dessas versões que pretendem explicar a botija, localizam-na no período colonial, quando da dominação holandesa, nas antigas capitanias onde hoje se localizam Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; outra situa a botija diretamente na Zona da Mata, não só como herança dos holandeses, mas também como uma prática dos senhores de engenho; a tradição ligada aos jesuítas explicam-na através da crença de que eles teriam deixado riquíssimos tesouros em túneis e tumbas, espalhados pelo país; a tradição ligada aos cangaceiros, principalmente, está ligada aos bandos de Antonio Silvino e de Lampião; finalmente, a tradição que associa as botijas às minas e principalmente aos sítios arqueológicos, sinalizadas pelas inscrições grafadas nas pedras. (CIPRIANO, 2010, p.128-129)

¹⁰⁵ Nessa obra, o autor se dedica ao estudo da presença de elementos das religiões de matrizes africanas nas lavras diamantinas.

¹⁰⁶ Botija: tesouro enterrado, revelado através de sonhos pelos mortos.

A partir da pesquisa de Maria Cipriano – e também do depoimento do entrevistado Seu Edgar – apreende-se diferentes denominações para os recipientes que guardavam os tesouros enterrados. Essas informações foram alcançadas através da tradição oral, das histórias de cordel, dos escritos de memorialistas, entre outros. Para Seu Edgar, “diz que interraram muito é panela de diamante, garrafa. Ah, aí já teve gente que acharo, mah eu mermo nunca achei não”¹⁰⁷. Segundo Cipriano, enquanto prática cultural, a definição de botija sofre um alargamento simbólico e ganha um sentido mais amplo, “passando a ser designada como tesouro enterrado, inclusive em outros recipientes, como por exemplo, caixas de madeira, painéis de barro e outros utensílios domésticos, a exemplo das chaleiras e bules para café” (CIPRIANO, 2010, p. 128).

Com relação à motivação que levava os antigos moradores do Capão a enterrar suas pequenas fortunas em diamante ao longo do Vale, Dona Juceli nos apresentou um interessante ponto de vista. Para ela, os afortunados não tinham como gastar as riquezas em virtude da precariedade do comércio local:

O trabalho é esse, é o pote de diamante, aí fica sofrendo por causa disso, tantas vezes enterrava muito, porque tinha muito diamante, não tinha o que fazer, não tinha o que comprar, não tinha pra construir uma casa boa, era difícil, [...] não tinha carro, não tinha moto, não tinha mercado, loja pra gastar, então comprava ali o básico: o feijão, arroz, rapadura, carne, requeijão em abundância mesmo, bastante, e aí pronto, o diamante, o dinheiro ficava sem saber o que fazia. [...] Às vezes garimpeiro, ou às vezes comprador de diamante, que tinha muito comprador de diamante no Capão [...]. Era Palmeiras, Lençóis, dentro do Capão, Andaraí, todo o comércio de diamante, tinha muita gente, muito comprador de diamante, daqui mesmo do Capão, só que um rico assim, que não tinha como gastar o dinheiro, a fortuna¹⁰⁸.

Dona Juceli não é a única entre os entrevistados a relacionar a falta de opções e a pouca infraestrutura do Vale com o hábito de alguns moradores de enterrar seus diamantes. Para Dona Nadir, associado a esses aspectos existe outro elemento motivador, o antigo hábito dos mais velhos de poupar:

Antigamente, os mais antigo era assim. Tudo que eles faziam era pra guardar e hoje não: o povo come, o povo bebe, o povo veve, né? Passêa...E, antigamente, como não tinha transporte, era só os animal, eles pegava, onde é que eles ia gastá esse dinhêro? Que é que pensava: guardá pr... enterrá, né? Óia, o pensamneto meu era assim... Por que hoje em dia não, hoje em dia se nós ganha um dinhêro, nós tamo pensano em comprá uma rôpa bunita pra vesti, nós tamo pensano numa casa pa morá. Antigamente, morava numa... Num galpão, numa casa de pedra, tava bom.

¹⁰⁷ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

¹⁰⁸ Juceli Rocha Santos. Depoimento citado.

Quem é que vinha ao Capão que nem hoje, assim, com casa assim que nem essa minha?¹⁰⁹

Enquanto falava, a narradora fez um gesto com o punho fechado. Entende-se a expressão corporal de Dona Nadir como uma forma de reafirmar o quanto os mais velhos eram pouco afeitos ao gasto de dinheiro.

Para Seu Manoel, a ideia de enterrar uma coisa valiosa não passa de um ato de ignorância: “Teve muitos ignorante que enterrou... Enterrava... E depois quando morria... Ah... Os espírito deles fica... Atentando pra:... O fulano ter que arrancar... Hoje em dia acabou isso... Porque que acabou? ... Porque o povo tá vendo que a coisa é errado”¹¹⁰. O testemunho de Seu Manoel ainda sugere indignação com os indivíduos que cometiam esses atos e refere-se a dura rotina de trabalho na qual os trabalhadores do povoado do Capão estavam submetidos: “Onde é que você vai pegar uma coisa... que você arruma... com tanto trabalho... e enterrar... não precisava trabalhar de jeito nenhum porque... não precisava de dinheiro... como é que você... ia pegar o seu... dinheiro e enterrar?”¹¹¹. A única explicação plausível que Seu Manoel encontra para esse ato é serem esses homens que enterravam suas fortunas sujeitos bastante afortunados.

Apesar do que vem sendo pontuado pelos depoentes do Vale do Capão, é sabido por memorialistas e literários que escreveram sobre a região da Lavras Diamantinas que foram muitos os garimpeiros que tiveram a sorte de bamburrar e enriquecer inesperadamente. Contudo, a grande maioria voltou à pobreza na mesma velocidade com que enriqueceu. Ao contrário do que foi dito pelos moradores do Vale, os autores se referem aos garimpeiros das Lavras como perdulários e esbanjadores, por estarem acostumados a gastar todo o dinheiro conquistado no garimpo em bares, cabarés e bilhar, aquecendo, assim, os comércios locais.

Segundo Américo Chagas, era um hábito contagiante entre os bamburristas se entregar as orgias:

Os bamburristas geralmente se entregavam a orgias e em pouco tempo se achavam novamente na miséria. Eram poucos os que sabiam reter a riqueza, empregando o dinheiro em propriedades. A maioria deles ficava outra vez na estaca zero, na esperança de novos bambúrrios. Lucrava, porém o comércio, que se expandia cada vez mais. (CHAGAS, 1961, p. 19 apud ARAÚJO; NEVES; SENNA, 2002, p. 170)

¹⁰⁹ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

¹¹⁰ Manoel Henrique Alves. Depoimento citado, 18/03/2010.

¹¹¹ *Ibidem*.

Herberto Sales, no ano de 1944, escreveu o romance *Cascalho*, que se passa em um dos municípios das Lavras Diamantinas, Andaraí. Em algumas passagens da obra, o romancista refere-se ao costume perdulário dos antigos garimpeiros:

Foi quando rebentou uma gritaria dos pecados no bilhar de Ziu. A porta se encheu de gente. Os inspetores se movimentaram, correram para lá com a mão no cabo do revólver – não ficou ninguém nas janelas dos sobrados. E já ia começando a debandada das mulheres-damas, quando, por toda parte, foi repetido o estribilho apaziguador: “Né nada não, gente. Né nada não”

[...] Comentava-se nas imediações:

- É Pedro Almofadinha dando porre.

- Já está bêbado

- Bamburrou de novo?

- Bamburrou. Não está vendo não?

[...]

Trepado sobre uma mesa, no auge do porre, Pedro Almofadinha gritava para o povo:

- Pode comer água, minha gente

E o litro de conhaque ia passando de mão em mão.

[...] O que estava acontecendo era um caso muito comum, muito natural nas Lavras – era simplesmente um porre de garimpeiro bamburrado. (SALES, s/d, p. 62)

A história do pote de diamante foi recentemente romantizada e apresentada por um grupo teatral do Vale do Capão intitulado Grupo Mania de Brilhar. Uma das integrantes do grupo, Danúbia Santos, de 16 anos, nos explicou que a encenação da história da botija fazia parte de uma peça que falava sobre as lendas do Capão. O roteiro da peça foi baseado na memória da dos moradores do Vale. Para isso, os integrantes do grupo ouviram as histórias e os “causos” contados pelos moradores mais velhos do povoado para construir a montagem.

De acordo com Danúbia, o grupo teatral era formado por alunos – como ela – e ex-alunos da escola comunitária Brilho do Cristal, além de algumas professoras e da diretora da escola. “A gente resolveu fazer; na verdade era sobre as lendas do Capão, a diretora da escola ela também é do grupo de teatro, aí tem algumas professoras, e ex-alunas; aí a gente montou todo mundo juntô e fez”¹¹².

Ao longo da entrevista, a jovem atriz nos narrou o que veio a ser o roteiro da peça, elaborado pelo grupo a partir dos depoimentos colhidos. A peça foi apresentada pelo grupo tanto no coreto da vila como em outras cidades da região – como por ocasião das “Oficinas de corpo e interpretação”, evento ocorrido no ano de 2009 na cidade de Lençóis.

Segundo ela, a peça começava com um casal que estava tentando dormir, mas não conseguia porque o esposo ficava fazendo constantes reclamações por estar sonhando com cobra todo o tempo. A mulher já impaciente e aborrecida com as queixas do marido dizia: “Pô, dorme, não sei que, eu tô com sono a gente tem que acordar pra ir amanhã pra roça

¹¹² Danúbia Rocha Santos, 16 anos. Entrevista realizada em: 07/02/2008.

trabalhar”¹¹³. O esposo, aparentemente ofendido, saía da cama e ia tentar dormir em outro cômodo da casa. Quando finalmente ele pegava no sono, eis que aparecia o defunto em seus sonhos gemendo de sofrimento: “Tô sofrendo, to sofrendo”¹¹⁴. O defunto ainda lhe dizia que precisava de ajuda para desenterrar um pote de diamante e assim, finalmente, dar um fim a sua angústia.

O defunto fez alguns esclarecimentos importantíssimos acerca das circunstâncias em que a botija deveria ser desenterrada:

Que ele tinha que levar o melhor amigo dele [...] que não podia desenterrar antes da meia-noite, tinha que ser na meia-noite certinho e que não podia olhar pra trás que se não desencantava, ou a pessoa morria e logo que vesse a botija tinha que falar; “Deus que lhe ajude”, se não desencantava também, podiam morrer¹¹⁵.

Então, quando deu meia-noite do dia seguinte eles (o esposo e seu melhor amigo) foram desenterrar o pote. De acordo com Danúbia, os atores que estavam interpretando essas personagens deveriam demonstrar muito medo na execução dessa cena – ela própria estava interpretando o melhor amigo do esposo. “Aí deu meia-noite pra eles tirar, aí eles foram lá tirava morrendo de medo, aí falava: ‘não olha pra trás, não olha pra trás’, aí ninguém olhava, aí tirô, aí depois falô: ‘Deus que lhe ajude’, aí o defunto foi embora, e os dois ficaram ricos”¹¹⁶.

Comprendemos ser de extrema importância a iniciativa do Grupo Mania de Brilhar ao valorizar os mais antigos moradores do povoado, ouvindo suas narrativas fantásticas e suas experiências de vida. Em sua obra “A voz do passado”, Paul Thompson coloca em destaque a importância da transmissão de conhecimento entre as gerações. “O idoso precisa ter oportunidade de exprimir seus sentimentos, num momento da vida em que deseja transmitir sua experiência moral para uma geração mais jovem” (THOMPSON, P., 1992, p.210). E mais do que algo comum, essas narrativas de vida “devem ser compreendidas em parte como formas de arte, que transmitem significados simbólicos” (THOMPSON, P., 1992, p. 266).

É muito comum ouvir dos depoentes idosos que as suas histórias de vida e suas experiências pessoais não têm importância alguma e que não servem para nada. Assim como sinalizou Paul Thompson: “Muitos dirão que não tem nada de útil para lhe contar, precisarão que se reafirme que a experiência que possuem é preciosa, que ela é desconhecida dos mais

¹¹³ Danúbia Rocha Santos. Depoimento citado, 07/02/2008.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ *Ibidem*.

jovens cujas vidas foram muito diferentes e fundamental para que se construa a verdadeira historia social” (THOMPSON, P., 1992, p. 267). Contudo, é a partir da experiência desses sujeitos e dos intrigantes “causos” narrados por eles que perceberemos a concepção cultural dos habitantes do Vale do Capão, sem perder de vista que as transformações e as mudanças são inerentes ao estudo da cultura popular na atualidade.

2. O MARAVILHOSO COMO REFERÊNCIA DO TERRITÓRIO

2.1. O CAVALEIRO DOS BADULAQUES DOURADOS

Segundo relatos de muitos moradores, no passado as ruas do distrito de Caeté-Açu, no Vale do Capão, costumavam ser palco da aparição de diferentes seres maravilhosos. Histórias sobre a Mula sem cabeça, o Lobisomem e o Cavaleiro Dourado – ou Cavaleiro sem cabeça, como também é referido por alguns moradores – foram observadas em diferentes depoimentos, frequentemente associadas a épocas específicas do ano, notadamente o período da Quaresma e da Semana Santa. Tais narrativas despertaram nossa atenção para essas histórias – aqui pensadas sob o signo do maravilhoso – e o lugar ocupado por elas dentro do imaginário daquele grupo social.

Entende-se por maravilhoso¹¹⁷ todo um conjunto de crenças, simbolismos e sensibilidades constituintes do imaginário de uma determinada sociedade. O mundo do maravilhoso guarda relação direta com os fenômenos da sobrenaturalidade e do extraordinário, presentes na esfera das estruturas mentais, bem como com nas condições e na produção de vida material de uma sociedade.

Por se tratarem de personagens vinculados a um imaginário relativamente difuso e tradicionalmente associado à ideia de um folclore nacional, numa concepção reificada e descontextualizada dessas narrativas, a relevância desses estudos depende, em certa medida, de perceber a especificidade de sua função no contexto social em análise – aspecto que por vezes os testemunhos orais permitem conhecer. Assim, entende-se que essas “narrativas maravilhosas” são recursos importantes de que os moradores nascidos no distrito de Caeté-Açu lançam mão para guardar a memória do passado e prescrever comportamentos. É por meio da narração repetida dessas e de outras histórias que as novas gerações são introduzidas nos contextos da oralidade, dos costumes e códigos do seu grupo social, e são educadas para a apreensão das sensibilidades dominantes, comuns no imaginário dos moradores do Vale.

O fato de alguns depoentes não terem presenciado a aparição dos seres maravilhosos pelas ruas do Vale com seus próprios olhos, mas sim terem ouvido narrativas de outras pessoas, não coloca em dúvida nem descredencia seus relatos. Ainda assim, faz-se necessário distinguir entre o vivido e o recordado, entre experiência e memória, entre o que ocorreu e o

¹¹⁷ Sobre o conceito de maravilhoso na História, ver LE GOFF (1985).

que se recorda ter ocorrido. Vale ressaltar que tais aspectos serão aprofundados mais adiante, no terceiro capítulo desta dissertação.

Contudo, desde já, cremos ser importante ressaltar que tanto a memória como a história se conjugam para conferir identidade a quem recorda. Afinal, uma das características da memória – e que a aproxima muito da história – é a sua capacidade de associar vivências individuais e grupais com vivências não experimentadas pelos indivíduos do grupo. Nesse sentido, segundo a historiadora Janaína Amado, “nuestras memórias se forman com episódios y sensaciones que vivimos y que outros viveron” (AMADO, 1996, p. 37). A concepção de Amado de que as memórias são constituídas de vivências, próprias ou não, pode ser útil na compreensão de muitos depoimentos colhidos no Vale do Capão.

Um bom exemplo do que está sendo dito é a história do Cavaleiro Dourado narrada por Dona Luzia. Com relação a esse ser misterioso, a depoente tem lembranças de um episódio muito significativo da sua infância, que envolveu seu pai e sua irmã. O pai de Dona Luzia recomendava recorrentemente que Meraltina – sua irmã mais velha – não se expusesse na janela de casa até tarde noite por conta de um Cavaleiro Dourado que percorria as ruas do Vale durante o período da Quaresma e da Semana Santa.

Segundo Dona Luzia: “Assim, tarde da noite ela gostava de ficar na janela no Gorgulho e meu pai dizia: ‘Meraltina não fica na janela!’, e ela ficava até tarde da noite”¹¹⁸. Cabe lembrar que o Gorgulho corresponde a um dos núcleos populacionais existentes no Vale do Capão. Para além da desobediência de sua irmã, Dona Luzia explicou ainda o motivo pelo qual Meraltina criou esse hábito de ficar na janela até tarde da noite – para a depoente, sua irmã ficava aguardando o namorado passar pela janela de sua casa para que eles pudessem se encontrar.

Em uma dessas noites de espera, Meraltina testemunhou a passagem do Cavaleiro Dourado, conforme depoimento e descrição de Dona Luzia: “Chapeuzão grande, cigarrão na boca [...] montado num cavalo e fumando [...] chegava tinindo; quando chegou de pertinho de frente na casa dela, ele riscou saiu faixa de fogo”¹¹⁹. Dona Luzia alegou não ter conseguido chegar a tempo à janela para ver o Cavaleiro passar, mas afirmou com muita convicção a veracidade do ocorrido: “Eu lembro, eu era pequena, eu tenho uns oito anos a mais de nova, mas eu lembro”¹²⁰. Mesmo não tendo sido Dona Luzia a testemunha ocular dessa aparição maravilhosa, ainda assim ela descreveu detalhadamente alguns dos elementos que

¹¹⁸ Luzia Nascimento Neves. Depoimento citado.

¹¹⁹ *Ibidem.*

¹²⁰ *Ibidem.*

compunham esse ser misterioso: o chapéu grande, o cigarro na boca e a faixa de fogo que surgia na esteira de sua passagem.

A versão contada por Dona Luzia é apenas uma das muitas versões contadas no distrito de Caeté-Açu acerca do Cavaleiro. Mas, para além das singularidades relatadas a respeito, o que chama atenção é o fato da depoente saber descrever o Cavaleiro e alegar lembrar-se do ocorrido, sem sequer ter conseguido chegar à janela a tempo de presenciar sua aparição. A nosso ver, esse aspecto sugere o quanto a memória se constitui, tal como indica Amado, a partir desse entrecruzamento de episódios e sensações vivenciados por nós e pelos outros.

Em uma nova entrevista, concedida em março de 2010, Dona Luzia relembrou a passagem do Cavaleiro Dourado testemunhada por sua irmã. Nesta ocasião, a depoente pareceu mais à vontade, tanto com minha presença quanto com o gravador. E acrescentou informações antes não mencionadas. Segundo ela, “depois daquele dia Meraltina nunca mais quis ficar na porta da rua”¹²¹, por causa do susto que levou. Além disso, de acordo com o seu novo depoimento, Dona Luzia disse ainda não saber o que o Cavaleiro queria, mas suspeitava que ele fosse uma “visage... que passeava, passeava... que morria lá pros lado das Rodas [...] acho que era dono do terreno”¹²². Esse possível proprietário de terras estaria apegado aos seus terrenos, localizados na direção das Rodas – designação de outro núcleo populacional pertencente ao Vale do Capão, onde no passado haviam sido instaladas rodas d’água – e por isso fazia constantes aparições no povoado.

A única certeza que Dona Luzia demonstrou ao conceder seu novo testemunho foi afirmar ser durante a Semana Santa o período do ano em que o suposto Cavaleiro fazia suas aparições: “Só andava no tempo da Semana Santa... que ele andava [...] agora não sei porque que é... néh?... sei que contava isso”¹²³. Essa passagem do depoimento sugere que a depoente apreendeu aspectos dos relatos que ela ouviu sobre o Cavaleiro nos tempos passados como verdadeiros, ainda que não pudesse compreender ou explicar as motivações para tanto.

Ao tomar conhecimento da história de Meraltina narrada por Dona Luzia, o jovem João Eudes fez questão de expor sua opinião acerca do ocorrido. Para ele, o motivo pelo qual o pai de Dona Luzia se preocupava tanto com a exposição de Meraltina na janela de casa era porque ele temia o “rpto da pureza” de sua filha, quer seja pelo Cavaleiro maravilhoso, quer seja pelo namorado. Segundo João, durante a sua infância ele ouviu falar de “um moço que

¹²¹ Luzia Nascimento Neves. Depoimento citado, 19/03/2010.

¹²² *Ibidem.*

¹²³ *Ibidem.*

andava a cavalo e pegava as donzelas”¹²⁴ do Vale. Mas apenas naquela ocasião tinha tido notícias de um “causo” tão curioso e narrado com ares de realidade, como o de Meraltina.

Com relação ao período do ano em que ocorriam as aparições do Cavaleiro Dourado, os depoimentos de Seu Edivaldo e de Dona Alice também afirmam ser durante a Semana Santa e a Quaresma que as aparições aconteciam – mesmo período, portanto, anteriormente sugerido por Dona Luzia. Seu Edivaldo alega: “Tinha vez que eles via passar aí, um tal cavalo passando aí num barulho muito grande, era na Semana Santa”¹²⁵. Contudo, faz questão de esclarecer: “Nós ouvia falar, mas nunca vimos não”. Perceba-se que o pronome pessoal foi utilizado no plural – “nós” –, porque o depoente estava se referindo a ele e a sua esposa. Além disso, diferentemente de Dona Luzia, o testemunho de Seu Edivaldo sugere certa cautela ou até mesmo desconfiança quanto à veracidade dos fatos narrados pelos antigos, possivelmente porque eles próprios não testemunharam a passagem do Cavaleiro Dourado pelo Vale.

Outro depoimento sobre a figura do Cavaleiro nos foi oferecido por Dona Alice, na manhã do dia seis de fevereiro de 2008. A depoente, senhora de poucos recursos, com idade informada de 68 anos, está há pelo menos dez anos com as pernas paralisadas por conta de um derrame cerebral e passa os seus dias em cima de uma cama. Apesar da sua imobilidade física, entretanto, sua memória ainda alça altos voos. Com relação ao período do ano em que ocorriam as aparições do Cavaleiro Dourado pelas ruas do Vale, ela disse: “Passava mais na época da quaresma, duas vezes na semana”. Entretanto, a depoente faz questão de afirmar desconhecer novas ocorrências da aparição do Cavaleiro nos dias de hoje. “Terminou isso tudo, não vi mais falar”¹²⁶.

De acordo com os testemunhos anteriormente transcritos, cremos ser relevante destacar dois importantes aspectos apreendidos nos relatos acerca desse misterioso Cavaleiro. O primeiro deles diz respeito ao elemento do catolicismo popular: o vínculo estabelecido nas narrativas entre a passagem do Cavaleiro e o período da Quaresma e da Semana Santa. Ambos os períodos são bastante significativos para o calendário litúrgico católico, constituindo-se em momentos de recolhimento e reflexão e, talvez por isso, a reprodução dos “causos” desses seres misteriosos – não apenas do Cavaleiro, mas também da mula sem cabeça e do lobisomem –, associados a esta época do ano, sugiram um sentido de introspecção e recolhimento tal como pregado pelos ensinamentos cristãos e almejado pelos moradores do

¹²⁴ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado.

¹²⁵ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado.

¹²⁶ Alice Ferreira Guimarães, 69 anos (idade informada). Entrevistas realizadas em 06/02/2008. Utiliza-se aqui a expressão “idade informada” por conta de ter a depoente, em entrevistas realizadas em fevereiro de 2008 e março de 2010, relatado possuir a mesma idade, 69 anos, ao passo que, em entrevista realizada em dezembro de 2006 a mesma informou ter a idade de 68, o que nos permite estimar a sua idade atual em 70 anos.

Vale nos tempos de antigamente. Nesse sentido, a tendência de aparição desses personagens durante esse período do ano teria um sentido de interdição ou de inibição do convívio no universo da rua, reforçando uma prática de recolhimento ao domínio da casa e de contrição.

O segundo aspecto apreendido refere-se à preocupação com uma possível iniciação sexual precoce e sem a chancela da união matrimonial dentro do catolicismo. Tal aspecto é sugerido por um dos próprios depoentes e parece estar diretamente associado à regulação de condutas da população feminina, especialmente das jovens do povoado. Dessa forma, as narrativas podem ser lidas a partir de um viés normativo que compõem a religiosidade, as práticas e a moral desse grupo social.

A partir de agora, busca-se agregar novas características, dimensões e funções à figura do Cavaleiro, não abordadas nos depoimentos precedentes. A descrição do Cavaleiro Dourado feita por Dona Alice em nossa primeira entrevista, ainda no ano de 2006, é bem rica em detalhes. Todavia a depoente fez questão de esclarecer que quem contava a história do Cavaleiro eram os mais velhos e que ela nunca tinha visto nada a respeito. De acordo com Dona Alice, o que se dizia é que o Cavaleiro percorria sete freguesias, indo de um cemitério ao outro à meia-noite. A depoente ainda assegura que quem viu o cavaleiro passar alega ter sentido uma “quentura muito forte” quando ele estava por perto.

Ainda segundo o testemunho de Dona Alice, o modo como o Cavaleiro é designado, “Cavaleiro Dourado”, fica por conta dos muitos badulaques dourados que ele utilizava, de acordo com as testemunhas que o viram passar. Conforme a entrevistada, quando ele passava, a cachorrada ia toda atrás e ele batia nos cachorros com seu chicote. À medida que ele passava, barricadas rolavam rua abaixo, segundo os relatos.

Alguns aspectos narrados por Dona Alice sobre o Cavaleiro Dourado coincidem com a versão relatada pelo mototaxista Seu Erenilson – o seu testemunho foi recolhido na calçada da casa de Seu Dozinho, enquanto Seu Erenilson aguardava por algum passageiro, na manhã ensolarada do dia nove de fevereiro de 2008. Segundo ele, que ouviu a história do Cavaleiro Dourado durante a infância, era:

Época da Semana Santa... eles dizendo que barrica, barrica quer dizer uma... um túnel descendo aí ... ouvia o barulho desde lá da igreja, aí descia... Ai os cachorros começaram, a barrica... dizendo que era uma barrica que saía rolando dgê, dgê, dgê, dgê, cachorro correndo atrás daquilo¹²⁷.

¹²⁷ Erenilson Ferreira dos Santos, 41 anos. Entrevistas realizadas em 09/02/2008.

Na ocasião da primeira entrevista com Dona Alice, ainda no ano de 2006, a agente de saúde do distrito, Rozeli, também depoente da pesquisa, estava presente na sua casa por estar prestando atendimento domiciliar de rotina à moradora. Rozeli ouviu com bastante interesse o testemunho de Dona Alice e, sem conseguir resistir, acabou participando da entrevista. De acordo com a agente de saúde, a versão da história do Cavaleiro Dourado que ela ouviu durante a sua infância é também bem parecida com a versão narrada por Dona Alice acrescida, contudo, do fato de que onde a barrica parasse é porque ali tinha diamante ou ouro enterrado.

O elemento do tesouro agregado à história do Cavaleiro Dourado através da barrica parece se relacionar diretamente relação com o horizonte de esperança e de enriquecimento rápido comum das histórias do pote de diamante e das “livusias” que também estão associadas à descoberta de diamantes enterrados, bastante conhecidas no povoado do Capão. Evidencia, assim, o pertencimento dessas diferentes narrativas a um imaginário comum dos moradores do povoado e a forma como os elementos dessas narrativas imbricam-se na memória dos depoentes e em seus relatos.

Em entrevista realizada em 2008, Dona Alice nos contou – dando muitas risadas – o que aconteceu a um conhecido seu que ficou na rua até tarde da noite para ver o que descobria sobre o Cavaleiro. Seu José era o nome do senhor que resolveu investigar o Cavaleiro Dourado que passeava pelas ruas do Vale, contrariando o desejo de sua esposa, que chegou a lhe pedir que deixasse de ser teimoso e parasse de se arriscar.

Segundo Dona Alice, Seu José disse não ter medo de nada e ficou para ver o Cavaleiro. “Foi cortado no arame, quando ele veio de lá assim... ele seguro nas estacas, que chegou a balançar as estacas... Ele do lado de dentro e o Cavaleiro passou assim... que o vento jogou o vêio que ele tremeu”¹²⁸. Enquanto narrava o “causo”, Dona Alice gesticulou muito os braços, buscando indicar o quanto o Cavaleiro passou bem perto de Seu José. Apesar do leve incidente com o arame, Seu José garantiu a amiga Licinha ter visto o Cavaleiro passar e disse não ter se arrependido de nada, só não gostou de ter chegado em casa tendo que ouvir as ameaças de sua esposa: “Toma que uma hora tu vai é morrer”¹²⁹.

As expressões de felicidade e descontração demonstradas pela depoente ao narrar esse “causo” sugerem, primeiro, que a narração dessas histórias ocupa um papel especial na memória desses sujeitos, revelando uma dimensão de ludicidade eventualmente associada a essas narrativas. A vibração e vivacidade com que elas foram narradas por Dona Alice, por

¹²⁸ Alice Ferreira Guimarães. Depoimento citado 06/02/2008.

¹²⁹ *Ibidem*.

sua vez, reforçam a crença da depoente na veracidade da história. Finalmente, o aparente júbilo da depoente em relatar a punição sofrida pelo Seu José sugere aquela já referida dimensão disciplinar/punitiva usualmente associada a essas histórias e insinua, inclusive, que tal punição seria mesmo merecida¹³⁰.

O depoimento de Dona Francilina vem somar novos e diferentes elementos a essa pesquisa. A primeira visita que fizemos a Dona Francilina foi em dezembro de 2006. Nesse primeiro encontro – tratava-se apenas um bate-papo informal – não fizemos uma gravação completa da nossa conversa, apenas algumas anotações acerca das interessantes histórias que ela narrou. Dentre elas, as histórias do Cavaleiro Dourado e do Lobisomem chamaram bastante atenção. Em março de 2010, de volta ao povoado de Conceição dos Gatos, localizado a poucos quilômetros do Vale e também pertencente ao município de Palmeiras, fizemos uma entrevista completa com ela. Entendemos que, mesmo não sendo moradora do distrito de Caeté-Açu, suas narrativas não deviam ser ignoradas ou descartadas, mas sim somadas às narrativas recolhidas no Vale do Capão – até em razão do estreito convívio entre as populações dos dois distritos, marcados por interações econômicas, socioculturais e familiares.

De acordo com Dona Francilina, nos tempos de antigamente quase todos os moradores de Conceição dos Gatos tinham medo de sair de suas casas para ver se era mesmo o Cavaleiro Dourado que passava à meia-noite fazendo barulho. Contudo, a maioria deles acreditava ser o Cavaleiro o responsável pelos fortes sons que se ouvia. Segundo Dona Francilina, “quando era meia-noite... passava esse cavaleiro... pra riba e pra baixo... o cavaleiro... mas ninguém não via [...] só ouvia passar... mas ninguém tinha coragem de ver”¹³¹. A depoente assegurou ainda se lembrar do barulho que o Cavaleiro fazia ao passar bem em frente à porta de sua casa, nos tempos de sua infância.

Em seu testemunho Dona Francilina ainda relatou que uma das vezes que o Cavaleiro passou por Conceição dos Gatos, o pilão que eles usavam na casa de farinha começou a bater sozinho. Duas pessoas do povoado que acordaram assustadas saíram à meia-noite para ver o que acontecia, mas quando chegaram perto do pilão ele parou de bater abruptamente. Dona Francilina atribui esse acontecimento misterioso à presença do Cavaleiro: “Era esse cavaleiro”¹³². Nessa passagem do testemunho de Dona Francilina, gostaríamos de chamar

¹³⁰ Sobre o sentido educativo do maravilhoso, ver QUADROS (1972).

¹³¹ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado.

¹³² *Ibidem*.

atenção mais uma vez para o fato de que, mesmo o Cavaleiro Dourado não tendo sido visto por nenhum dos moradores, a entrevistada atribui a ele a responsabilidade do ocorrido.

Para Dona Francilina, a passagem do Cavaleiro Dourado pelas ruas de Conceição dos Gatos também esteve relacionada a uma grande seca que ocorreu na região no ano de 1932 e que teria durado cerca de dois ou três anos. Um dos resultados dessa grande seca foi o aumento do êxodo rural por conta da fome, da sede e do grande número de mortes. “Não dava para plantar e para criar animais [...] morreu gente como formiga”¹³³. Em uma nova entrevista, concedida ainda em 2010, Dona Francilina reiterou: “Essa fome de trinta e dois... matou muita gente... matou gente que não pôde enterrar... porque levou três anos de seca... sem chover... aquilo foi encolhendo... as águas foram secando e o povo foi mudando...”¹³⁴. cremos que tanto a variação climática que persistiu no povoado por quase três anos quanto os sons incompreendidos e os supostos acontecimentos misteriosos estão relacionados com a figura do Cavaleiro Dourado apenas pela necessidade dos moradores do povoado e da depoente de atribuir um sentido para esses eventos.

A partir dos relatos recolhidos, percebe-se que o imaginário dos moradores acerca do Cavaleiro representa-o de forma antagônica. A versão narrada por Rozeli a respeito do Cavaleiro descreve-o como um ser disseminador de riquezas e prosperidade – figura enigmática que permitia um enriquecimento instantâneo a quem presenciasse sua passagem, indicando através do ponto onde a barrica parasse o local exato de existência de minérios. Já a segunda versão do Cavaleiro representa-o como disseminador da destruição, da violência, da fome e consecutivamente da morte, como descrito por Dona Francilina.

O Cavaleiro Dourado, contudo, não é antagônico apenas nas representações construídas a seu respeito, mas também na sua designação. Segundo Seu Manoel, de 79 anos – muito admirado pelos moradores da localidade por ser um bom contador de histórias –, o nome do Cavaleiro que ele ouvia falar que passava no Vale do Capão era o Cavaleiro sem cabeça. Ao ser interrogado a respeito desse personagem, ele nos explica que as histórias narradas a respeito desse Cavaleiro são todas mentirosas e que a mentira começa desde o modo como o Cavaleiro é designado: “Cavaleiro sem cabeça”. “A mentira já tá aí... como é que pode tirar um trem sem cabeça... que é isso?... é um [...]... uma pedra dentro do... fundo do mar... um negócio”¹³⁵. O entrevistado sugere, assim, total descrédito por essas histórias, a seu ver, completamente destituídas de sentido.

¹³³ Francilina Oliveira de Carvalho, 87 anos. Entrevistas realizadas em 16/12/2006.

¹³⁴ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado, 17/03/2010.

¹³⁵ Manoel Henrique Alves. Depoimento citado, 18/03/2010.

Desejamos chamar atenção não apenas para as variações ou dúvidas acerca da veracidade ou não que esse “causo” ancestral desperta, mas também para a sinceridade impressa na fala de Dona Alice ao nos conceder sua última entrevista em março de 2010, antes do seu falecimento em outubro do mesmo ano. “O cavaleiro era certeza e agora desapareceu. O cavalêro mermo num sei pr’onde é que foi”¹³⁶. A narradora dá a entender que desconhece o rumo tomado pelo Cavaleiro, por ele não mais ter aparecido pelas ruas do Vale. Sua incapacidade de explicar a desapareição desse sujeito e seu eventual destino pode estar associada à dificuldade em elaborar as transformações vivenciadas no Vale nas últimas décadas. Permanecendo apenas o mistério e a curiosidade acerca das suas aparições e veracidade.

2.2. “A MULA, A MULA ERA DÔDJA”

A história da Mula sem cabeça é uma lenda de origem ibérica que se difundiu pelo Brasil e por outros países da América Latina, como México e Argentina. Apesar de sua origem ibérica, existem inúmeras variações na sua forma e até mesmo acerca da sua designação – como aponta Luís da Câmara Cascudo no “Dicionário do folclore brasileiro” –, podendo também ser conhecida, a depender da região do Brasil, como “burrinha de padre ou burrinha” (CASCUDO, 1984, p. 510-511). Contudo, na maioria das vezes, as diferentes versões e designações sobre a Mula sem cabeça costumam coincidir no que diz respeito ao componente moral subjacente a essas histórias.

Nesse sentido, os depoimentos recolhidos no distrito de Caeté-Açu que narram a história da Mula sem cabeça não são muito diferentes. Em sua maioria, estes testemunhos fazem referência à metamorfose em Mula como um castigo recebido pela mulher que se envolveu pecaminosamente – sexualmente – com um padre. A ocorrência de metamorfoses é uma das formas de manifestação do maravilhoso, além de ser um processo particularmente perturbador para os cristãos, principalmente quando relacionado aos humanos como sugerido por Le Goff (LE GOFF; SCHMITT, 2006, p. 115). Entretanto, a primeira história que recolhemos no Vale do Capão sobre a Mula sem cabeça, ainda no ano de 2006, foge a esta regra e revela o fenômeno – que vem sendo percebido desde as histórias sobre o Cavaleiro – de variações e apropriações dessas narrativas.

¹³⁶ Alice Ferreira Guimarães. Entrevistas realizadas em 16/03/2010.

Queremos, desde já, referir à obra de Robert Darnton – “O grande massacre de gatos” – em que o historiador norte americano analisa os modos de pensar na França do século XVIII a partir de histórias que os camponeses contavam. Para Darnton, a maneira como os franceses contavam histórias fornece pistas acerca de sua maneira de encarar o mundo. O autor percebe também que, embora as histórias tenham o costume de se prender a uma mesma estrutura, as versões das diferentes tradições europeias produzem efeitos inteiramente diversos. “À medida que as antigas histórias se espalharam, ultrapassando fronteiras sociais, e ao longo dos séculos, desenvolveram um enorme poder de resistência. Mudaram sem perder seu sabor” (DARNTON, 1986, p. 93). Em direção semelhante, compreende-se que os “causos” maravilhosos apropriados e reproduzidos pelos moradores do Vale do Capão devem ser entendidos como o modo de enxergar o mundo desse grupo social. Cabe lembrar ainda que estes “causos” vão se transformando no tempo e se adaptando aos novos contextos sociais emergentes.

A primeira história sobre a Mula sem cabeça nos foi narrada pelas depoentes Rozeli e Dona Maria Elizabeth, numa entrevista conjunta realizada em dezembro de 2006. Nessa ocasião, Rozeli explicou que a história da Mula é a história de uma moça que respondeu desrespeitosamente a sua mãe durante o período da Semana Santa e a quem, por conta disso, a mãe jogou uma praga, amaldiçoando-a como Mula sem cabeça. A senhora Elizabeth acrescentou à história narrada por Rozeli que a mãe teria mandado a moça “para o inferno”. De acordo com Dona Elizabeth, quem conseguiu anular a maldição jogada pela mãe foi a madrinha da moça, que teria pronunciado umas palavras misericordiosas e dissolvido o feitiço jogado na moça, recebendo-a nos braços.

Na opinião de Rozeli, algumas mal criações por parte das filhas são completamente desaconselháveis como: “Ficar escondendo a mãe, fica às vezes com raiva e manda ir pra mau lugar”¹³⁷, além de serem atitudes desrespeitosas e indesejáveis. Por mais que existam as madrinhas para assegurar o bem-estar de suas afilhadas, esses comportamentos são reprováveis, de acordo com Rozeli. A depoente Elizabeth ainda afirmou não saber quais foram as palavras proferidas pela madrinha para desfazer o feitiço da Mula e devolver a afilhada à sua forma natural. “As palavras eu não sei que a madrinha falô, pediu pra devolver a menina, aí vem todo o processo... [...] diz que a madrinha é segunda mãe, o povo fala”¹³⁸. Mais uma vez, percebe-se a referência feita pela depoente à autoria popular das histórias maravilhosas.

¹³⁷ Rozeli Batista dos Santos, 30 anos. Entrevista realizada em 15/12/2006.

¹³⁸ Maria Elizabeth Guanais Leles, 55 anos. Entrevista realizada em 15/12/2006.

Ainda com relação à importância das relações de apadrinhamento, em outra passagem do depoimento de Rozeli, ela revela:

É por isso que na Semana Santa aqui tem essa tradição das afilhadas dá a bênção em seus padrinhos e suas madrinhas, néh? ... Quando você levanta da cama você ora... depois você vai lá e dá a bênção pro pai, pra mãe, pro padrinho e pra madrinha, aí a madrinha abençoa ... até hoje ... por causa dessa história que os mais velhos conta. Até hoje a gente usa ... eu mesmo levanto dia da sexta-feira Santa eu levanto, me ajoelho dou a bênção ao meu pai, a minha mãe e vô dá a bênção a madrinha, o padrinho e aos parentes que tiver¹³⁹.

Entende-se que o hábito até hoje cultivado pela depoente de pedir a bênção aos padrinhos no período da Semana Santa e os próprios significados simbólicos ligados às histórias da Mula, podem ser associados a um imaginário cristão fortemente difundido e definidor de práticas sociais ainda hoje vigentes no cotidiano de alguns habitantes do povoado, especialmente das gerações mais velhas, como no caso narrado por Roseli.

As entrevistadas Dona Elizabeth e Rozeli não foram as únicas moradoras do Capão a explicar a história da Mula sem cabeça como sendo um castigo a quem faz mau uso das palavras contra a figura materna. Dona Luzia, em entrevista realizada em de março de 2010, nos contou uma versão similar:

O povo dizia que era gente excomungada, que às vezes brigava com a mãe ou falava alguma coisa à mãe... esse pessoal... fazia mal palavra... virava, né? ... Eles que dizia assim... agora que parou... e que não viu mais essas coisa... mas sempre tinha... não é... os antigos que era... os velho... mas antigo de que eu né? E sempre que eles falava... e o povo dizia que ela tocava o sino ... que era com cincerro ... e passava ... e todo mundo contava essa história , os antigo aí¹⁴⁰.

Com relação ao depoimento de Dona Luzia, aprendemos alguns aspectos importantes. Nota-se na declaração que ela é mais uma das entrevistadas que atribui o testemunho e a reprodução desses “causos” maravilhosos aos antigos, ou seja, aos moradores dos tempos de outrora do Vale, sem reconhecer a sua participação ativa na perpetuação e na reprodução de novas versões acerca dessas histórias. Esses testemunhos evidenciam a busca por uma isenção por parte dos entrevistados quanto ao testemunho dos “causos”, sugerem uma forma de proteção contra os julgamentos dos outros moradores que não acreditam na veracidade dessas histórias. Além disso, a entrevistada ainda afirma que as metamorfoses em Mula não ocorrem mais nos dias de hoje, porque não têm sido mais testemunhadas pelos habitantes do Vale.

¹³⁹ Rozeli Batista dos Santos. Depoimento citado.

¹⁴⁰ Luzia Nascimento Neves, 73 anos. Entrevistas realizadas em 19/03/2010.

Soma-se à rica descrição feita por Dona Luzia sobre a Mula, o cincerro pendurado ao pescoço da “besta-fera”, que tocava quando ela passava. O cincerro também é frequentemente conhecido como sino e costuma servir de guia a outras criaturas mágicas, segundo a tradição local. Conforme o depoimento de Seu Manoel – mais um dentre os muito moradores do distrito que já ouviram falar da Mula sem cabeça –, a Mula passava correndo pelas ruas do Vale, batendo o cincerro pendurado ao pescoço e fazendo muito barulho. Contudo, diferentemente das depoentes anteriores, o entrevistado acredita que quem virava Mula eram as mulheres que tinham condutas duvidosas. “Dizem que era essas mulher meia... Meias atrapalhada... Sei lá... Diz que virava... Virava... Mula sem cabeça”¹⁴¹. Entende-se que o sentido atribuído à expressão “mulher meia atrapalhada” utilizada por Seu Manoel não pretende designar mulheres distraídas ou desatentas, mas sim mulheres com comportamentos desaprovados pela moral vigente do seu grupo, possivelmente adúlteras ou desleixadas no cuidado com a família, às quais a metamorfose em Mula era a punição recebida por seus maus atos.

O testemunho de Seu Edivaldo, colhido em 2008, reafirma a versão mais conhecida acerca da Mula. “Disse que era moça de padre, mulher do padre que virava Mula sem cabeça... porque disse que era proibido casar e quando eles teimavam e fazia coisa errada, era a mulher que virava Mula sem cabeça”¹⁴². O testemunho acima transcrito sugere que Seu Edivaldo compreende que o delito do relacionamento entre um sacerdote e uma mulher era cometido por ambas as partes. Entretanto, o próprio depoente reconhece que o castigo era sofrido por apenas umas delas, no caso a mulher, metamorfoseada no referido ser fantástico. Novamente percebe-se o uso das histórias maravilhosas na prescrição de comportamentos adequados aos sujeitos do sexo feminino – filhas desrespeitosas, mulheres que não cumpriam seus deveres matrimoniais ou que viviam em concubinação com sacerdotes da Igreja.

Em seu livro, “Inferno Atlântico: demonologia e colonização (Séc. XVI-XVIII)”, a historiadora Laura de Mello e Souza investiga as relações entre o imaginário demonológico ocidental e o mundo luso-brasileiro do Antigo Regime. Debruçando-se sobre as relações entre o imaginário demonológico e as tensões do universo cotidiano, a autora analisa processos judiciais que envolvem casos amorosos vivenciados por padres no Brasil durante o período. Para esta autora, “os padres também namoravam, teciam fantasias, pregavam mentiras para conquistar amores, apesar de serem os sacerdotes de Deus, os oficiantes do culto, os intermediários que ligavam os homens ao campo religioso” (SOUZA, 1993, p. 143). Ao

¹⁴¹ Manoel Henrique Alves. Depoimento citado, 18/03/2010.

¹⁴² Edivaldo Jorge dos Santos, 71 anos. Entrevistas realizadas em 04/02/2008.

abordar essas histórias, a estudiosa sugere que talvez houvesse por parte das concubinas de padres o temor de virar Mula sem cabeça, reminiscência do tempo em que amores ilícitos ou antinaturais geravam monstros. Assim, esses temores seriam um traço da longa duração, bem próprio ao domínio do imaginário popular e das mentalidades.

Diferentemente dos outros depoentes, a querida Dona Francilina demonstrou estar pouco à vontade para fazer considerações acerca da Mula. Muito sucintamente nos contou sobre o assunto, para logo depois mudar o rumo da entrevista:

Os antigo dizia que tinha... os antigo dizia que tinha Mula sem cabeça que é a... mulher do padre [...] como eu tô falando com vocês... era essas pessoa que não andava direito. É essas pessoas que não credita em Deus... porque quem credita em Deus e reza pra os caminho bom não tem essa coisa não... né?¹⁴³

Percebe-se que a fé em Deus se faz presente no testemunho de Dona Francilina como um elemento de proteção e, conseqüentemente, de diferenciação entre as práticas boas (cristãs) e ruins que os indivíduos podem experimentar caso busquem viver em desacordo com os princípios cristãos. Por isso, cabe ressaltar que tanto o elemento da fé como a sobrenaturalidade dos seres maravilhosos podem e devem ser entendidos como temas inerentes a análises do catolicismo popular. É o que sugere Thales de Azevedo no seu livro “O catolicismo no Brasil”:

Temas que merecem análise e tratamento científico, não como coisas pitorescas ou exóticas, não como aspectos depreciativos e ridículos da fé popular, ou como esquisitices com que o cientista social se poderá distrair, mas como fenômenos de psicologia coletiva que podem ajudar a compreender as concepções que o povo faz do sobrenatural e do divino e as aspirações e necessidades que procura satisfazer. (AZEVEDO, 2002, p. 21-22)

Nesse trecho de sua obra, Azevedo sugere que a relação entre os aspectos divinos e sobrenaturais apresentados pelos sujeitos dos grupos sociais sejam analisados atentamente, de forma a perceber as concepções compartilhadas por esses indivíduos, pois as mesmas nos contam sobre os desejos e as visões de mundo desses grupos e sobre a maneira como operam na sua prática social cotidiana. Merecendo, portanto, o respeito e a atenção dos estudos científicos.

Outro testemunho sobre a Mula sem cabeça foi o “causo” narrado por Dona Alice. Apesar de não ter passado a infância no distrito de Caeté-Açu, e sim em Lajedinho – povoado próximo ao Vale do Capão –, Dona Alice não pôde nos assegurar se a Mula passava pelas

¹⁴³ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado, 17/03/2010.

ruas do Vale tão “açoitada” como em outros lugares da Chapada. A expressão “açoitada”, empregada pela depoente para se referir à Mula sem cabeça, expressa um sentido de desenfreada. Contudo, sua primeira observação a respeito desse ser misterioso foi bastante significativa: “A Mula, a Mula era dôdja”¹⁴⁴. Ela refere-se à Mula como um ser de atitudes desmedidas – enfurecida e destemperada.

A depoente acrescentou a esse comentário um episódio que ocorreu em Andaraí – município que também pertence às Lavras Diamantinas – envolvendo uma colega sua que queria comprovar a existência da Mula sem cabeça para outros moradores da cidade. Para que isso desse certo, ela resolveu deixar seu comércio aberto até mais tarde – sua intenção era manter as pessoas na rua até a meia-noite para que elas também presenciassem a passagem da Mula. Quando deu meia-noite, ela falou: “Ocês arretirem que eu já vou fechá, tá na hora dela passá”, porém não deu tempo das pessoas voltarem para suas casas porque, quando todos viram, a Mula já estava no alto da rua. Deu tempo apenas da amiga de Dona Alice fechar a porta do estabelecimento. No entanto, segundo a depoente, quando “a bicha viu a luz acesa, meteu o pé na porta, que diz que as pata fez buraco na, na madêra e desceu e desceu doida lá”¹⁴⁵.

De modo geral, o depoimento de Dona Alice chama atenção pelo fato de ela estar sempre buscando legitimar a veracidade aos “causos” narrados, mesmo que eles não tenham sido testemunhados por ela, e sim por pessoas amigas ou conhecidas, através de exemplos supostamente vivenciados por eles. Para isso, Dona Alice descreve-os muito detalhadamente, tanto no que diz respeito ao contexto da aparição, como na descrição de elementos ou características dos seres maravilhosos em questão.

2.3. LOBISOMEM: “O trem mais feio do mundo”

Dentre os seres maravilhosos, sem dúvidas, o Lobisomem é o mais popular no distrito de Caeté-Açu. Quase todos os moradores, acreditando ou não, já ouviram falar ou têm alguma história para contar a seu respeito. Como a própria designação sugere, trata-se de um ser híbrido de lobo e homem. Segundo Le Goff, o caso extremo das metamorfoses, variante de manifestação do maravilhoso bastante difundida na Idade Média. Para ele, tais metamorfoses traduziriam “o perigo que se impõe ao homem de assumir, momentânea ou

¹⁴⁴ Alice Ferreira Guimarães, 69 anos (idade informada). Entrevistas realizadas em 16/03/2010.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

irremediavelmente, uma natureza animal diabólica em detrimento de sua natureza humana” (LE GOFF; SCHMITT, 2006, p. 115).

A partir dos relatos dos moradores do Capão, percebe-se que a presença desse ser maravilhoso com feições de lobo não se restringiu apenas ao imaginário do mundo medieval. Conforme afirma o jovem João Eudes: “relatos de muita gente aqui no Capão, diz que o Lobisomem parece nada mais nada menos que um lobo e, que tem pessoas no Capão que virava o Lobisomem”¹⁴⁶. O testemunho de João, além de admitir ter o Lobisomem um aspecto semelhante à de um lobo, reitera ainda os rumores de que haveria moradores no Vale amaldiçoados com tal sina.

O aspecto mais curioso apreendido nas entrevistas é, com toda certeza, a diversidade de descrições feitas pelos depoentes acerca da aparência bizarra dessa figura misteriosa e ancestral. Alguns dentre os depoentes da pesquisa alegam terem-no visto, outros apenas ouviram sua descrição através das histórias contadas antigamente, mas, de modo geral, os depoentes fizeram exposições curiosas e cheias em detalhes acerca de seu aspecto, suas características e sobre os contextos em que ele aparecia.

Mesmo não tendo visto o Lobisomem com seus próprios olhos, Dona Alice já havia escutado a descrição feita pelas pessoas mais velhas e por isso soube nos descrever algumas de suas características: “Cachorrão grande [...] é... a frente baixa e a bunda alta [...] disse que era estranhão! [...] diz que... Tinha cabelo, dos cabelo do ouvido”¹⁴⁷. Dona Alice demonstrou muito respeito ao descrever este ser tão popularizado no Vale, talvez por reconhecer como verdadeira suas histórias e, acima de tudo, por ter sido ela própria vítima do Lobisomem, de acordo com uma passagem do seu relato que analisaremos mais adiante.

Mais do que descrever as características do Lobisomem, Seu Edivaldo, numa entrevista concedida em dezembro de 2010, discorreu sobre o processo de metamorfose que transformava seres humanos em Lobisomem. Compõe essa descrição feita por Seu Edivaldo uma explicação a respeito das diferentes fases desse processo de mutação.

Muitos ouvia falá e era mesmo. E o lubisomem ele... Tinha aquele... Aquele modo Deles... Deles... Chegava lá... Naquele tempo... Dele virá o lubisomem... Que eles chegava lá que tirava a roupa... E virava aos avesso a roupa... E... Aí, que fala lá um negócio lá, umas palavra... Falava umas tal de umas palavra lá, que... Falava diabóco e, que tirava a roupa e virava aos avesso... E despojava num... Num... Num espojador de animal... Espojar... E já saia um bichão aí... Aquele cabelão, aquele

¹⁴⁶ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado, 17/03/2010.

¹⁴⁷ Alice Ferreira Guimarães. Depoimento citado, 16/03/2010.

povo que não cortava cabelo... Aqueles homem, assim, a toa... E que ia andar a toa... Cheio de... De... De ruindade, que isso é ruindade¹⁴⁸.

Um elemento do depoimento de Seu Edivaldo que chama atenção por sua singularidade é o fato dele, ainda nos dias de hoje, associar homens de cabelo comprido com a figura do Lobisomem – personagem que ele entende como praticante de ações perversas, negativas (“de ruindade”). Para ele, o hábito de ostentar “cabelão” também caracterizaria pessoas que andavam “à toa”, suscetíveis, portanto, ao cometimento de maldades. É ele mesmo quem diz: “Eu sou cismado com aqueles homens do cabelão, sô cismado... Quando eu vejo passar com cabelão, eu tenho esse... Esse intindimento de... Sô antigo... Eu já fico pensando ruim, ‘meu Deus do céu’”¹⁴⁹. Apesar da desconfiança e do mal-estar que Seu Edivaldo sente ao estar perto de homens com essa aparência, seu depoimento foi transmitido com muita descontração e bom humor.

De modo semelhante ao Cavaleiro Dourado e a Mula sem cabeça, as aparições do Lobisomem eram mais frequentes durante o tempo da Quaresma e da Semana Santa. Por isso, os moradores do Vale do Capão costumavam tomar alguns cuidados durante este período, principalmente com as crianças que ainda não tinham sido batizadas. Evitavam sair de suas casas depois da meia-noite com crianças pagãs, porque as mesmas corriam o risco de serem atacadas pelo Lobisomem. Costumavam também ficar atentos às fechaduras das portas, porque, segundo os mais antigos, “o Lobisomem vem... vira uma linha, entra no buraco da porta, pra pegar a criança e leva embora... o menino que é pagão... que não batizou, né?”¹⁵⁰. De acordo com Rozeli, estas eram algumas das precauções tomadas por muitos moradores do Vale durante essas sete semanas de vulnerabilidade.

Segundo o testemunho de João Eudes, as precauções e os cuidados a serem tomados com as crianças pagãs eram difundidos nos tempos de antigamente pelas pessoas mais velhas do povoado. “O pessoal aqui mais velho contava que todas as crianças que eram pagonas - não era batizada - na época de Semana Santa não pode sair de casa, ainda mais a noite, porque diz que o Lobisomem vai comer essas pessoas, essas crianças”¹⁵¹. Apesar de João não evidenciar total convicção na veracidade do que está sendo narrado por ele mesmo, ele também afirma que o mais sensato é não arriscar e seguir a orientação dos antigos.

Apesar de nunca ter visto o Lobisomem, Dona Alice afirmou em entrevista já ter sido vítima de sua aparição. A depoente narrou um evento que lhe ocorreu há muitos anos atrás.

¹⁴⁸ Edivaldo Jorge dos Santos, 74 anos. Entrevista realizada em 15/12/2010.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ Rozeli Batista dos Santos. Depoimento citado.

¹⁵¹ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado, 17/03/2010.

Dona Alice já estava habituada a ficar sozinha em casa, cuidando dos seus filhos pequenos, enquanto seu marido viajava a trabalho. Uma noite, ela e seus filhos tiveram uma infeliz surpresa, a presença do Lobisomem do lado de fora da casa. De acordo com ela, o Lobisomem arranhou a parede de sua casa, por ter escutado o choro incessante do seu filho caçula. “A parede tava toda zunhada da unha dele por que viu um choro den’de casa, por que se tiver minino pagão den’de casa e chorá, ele quer por tudo intrá pa rasgá pa cume”¹⁵². Mesmo não tendo visto o Lobisomem, as marcas encontradas na parede da casa representavam para Dona Alice o elemento necessário para comprovação da existência do Lobisomem e de sua presença em sua casa naquela noite.

Dona Alice explicou ainda que seu filho caçula – com a idade de um ano à época – era o único que ainda não tinha sido batizado e que foi preciso recorrer à fé nos santos católicos para afastar o Lobisomem de sua casa: “aí meu Jesus, ai meu Jesus! E com o coração: ‘pê, pê, pê, pê’, em tempo de saltá fora. E aquele baticum no coração. Aí, eu me peguei bem com Jesus e Nossa Senhora pa retirá, aí retirô, saiu, desceu ‘pô, pô, pô, pô’ correndo”¹⁵³. Depois desse episódio, a depoente nos contou que não tardou a batizar o filho caçula, pois não queria que o mesmo continuasse vulnerável a situações desta natureza.

Com relação ao testemunho de Dona Alice, desejo chamar atenção para a utilização frequente das onomatopeias por parte da entrevistada em sua narrativa. Num primeiro momento, elas foram utilizadas para se referir aos batimentos cardíacos acelerados e, num segundo momento, ela utiliza-as para se referir aos passos do bicho correndo. O uso desse recurso linguístico, além de enriquecer muito a narração das histórias, permite perceber os efeitos que essa experiência causou na depoente.

Para Dona Francilina, testemunha ocular de uma de suas aparições, o Lobisomem seria “o trem mais feio do mundo, não pode matar que faz mal”¹⁵⁴. Seu aspecto se assemelharia ao de “um cachorrã... preto como carvão [...] a orelha dele batia no chão”¹⁵⁵. Em seu depoimento, recolhido em março de 2010, ela alega ter visto o Lobisomem no quintal de sua casa. Na ocasião ela estava acompanhada do seu filho mais velho: “Eu tinha comprado um porquinho, eu tinha deixado ele na porta... fiz um cercadinho na beira da porta pro mor de o porquinho poder ficar ali... e ele veio comer o porquinho”¹⁵⁶.

¹⁵² Alice Ferreira Guimarães. Depoimento citado, 16/03/2010.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado, 16/12/2006.

¹⁵⁵ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado, 17/03/2010.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

Seu filho, assim que viu o Lobisomem, sugeriu pegar a arma e atirar no bicho, mas Dona Francilina, apreensiva, não teria permitido fazê-lo, alertando: “Não meu filho, não atira não que isso é gente... você está vendo esse bicho aí óh? isso é gente... isso é virado de gente... e se a gente mata eles... ele mata a gente... ele desvira de gente e mata a gente... não atira não”¹⁵⁷. O testemunho de Dona Francilina revela que a depoente acredita na essência humana da aparição, momentaneamente convertida à condição de fera. Em sua opinião, seriam vulneráveis a este tipo de transformação pessoas que não creem em Deus, que ofendem e fazem mal aos outros e que, quando ficavam velhas, começavam a virar bicho.

Nesse sentido, para a respeitada senhora de 89 anos, a metamorfose em Lobisomem seria uma punição por uma série de más condutas cometidas pelo indivíduo ao longo da vida. Aqui, portanto, nota-se o elemento punitivo associado à metamorfose, de modo semelhante ao observado nas narrativas sobre a Mula sem cabeça. Dessa vez, entretanto, tal transformação estaria relacionada a sujeitos do sexo masculino.

Para Dona Luzia, o Lobisomem tem: “Orelha desse tamanho, a orelha é grande e ele é curvado, é aquele lombão assim pra cima. [...] Eu lembro, eu era pequena, mas eu lembro até hoje e era enorme”¹⁵⁸. Enquanto descrevia o tamanho da orelha do Lobisomem, a depoente afastava as mãos do corpo, sugerindo assim serem as orelhas do Lobisomem realmente grandes, desproporcionais mesmo, como sugerido por Dona Francilina, que relatou o fato delas baterem no chão de tão compridas. A descrição do seu lombo alto (“aquele lombão assim para cima”) parece ter relação também com a descrição de Dona Alice, que descreve o ser maravilhoso como dotado de “frente baixa e uma bunda alta”. Tais relatos podem sugerir a imagem de um ser bípede que caminhasse curvado, um homem, cujo corpo fosse transmutado à condição de um animal quadrúpede, um canino.

De todo modo, cumpre destacar que, por meio dessa descrição detalhada, Dona Luzia buscou, como outros depoentes, dar credibilidade às suas lembranças sobre o Lobisomem, independente da pouca idade que tinha quando presenciou sua aparição. Isso porque, quando viu o Lobisomem pela primeira vez, Dona Luzia era apenas uma menina e estava na companhia de sua mãe e sua irmã Meraltina. Todas estavam quase prontas para sair de casa e ir visitar um amigo doente, quando testemunharam o Lobisomem subindo a rua e muitos cachorros latindo atrás dele. Segundo Dona Luzia, era comum o Lobisomem andar pelas ruas do Vale: “Era andando o mundo todo aqui no Capão”¹⁵⁹. Nesta passagem de seu testemunho,

¹⁵⁷ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado, 17/03/2010.

¹⁵⁸ Luzia Nascimento Neves. Depoimento citado, 17/12/2006.

¹⁵⁹ Luzia Nascimento Neves. Depoimento citado, 19/03/2010.

Dona Luzia dá a entender que o Lobisomem percorria ampla e frequentemente as ruas do Vale com bastante domínio do território.

Minutos depois de encerrada a entrevista com Dona Luzia, perdemos a chance de registrar aquele que talvez tenha sido o momento mais empolgante daquela tarde. Durante toda a entrevista, a televisão da casa de Dona Luzia esteve ligada – mas sem volume – para não comprometer o áudio da gravação. Em um momento de mais descontração e bate-papo, já com a câmera desligada, dirigimos nossa atenção para a televisão, que estava exibindo a propaganda de um filme que seria exibido naquela noite, “Amaldiçoados”¹⁶⁰, uma produção estadunidense do ano de 2005, que conta a história de três jovens que tiveram suas vidas modificadas após serem atacados por um Lobisomem perdido na cidade de Los Angeles.

Durante a propaganda do filme, apareceram algumas imagens do Lobisomem, o que deixou Dona Luzia exaltada e apavorada: “Eu não disse! Eu não disse!”¹⁶¹. Segundo a depoente, a descrição que ela tinha feito minutos antes acerca do Lobisomem coincidia com o Lobisomem representado no filme. Alguns minutos depois do susto, Dona Luzia ainda não tinha esquecido a imagem do Lobisomem: “Tô com o corpo arrupiano até agora!”¹⁶², demonstrando desconforto pela desagradável surpresa de ter revisto o Lobisomem na televisão.

Essa passagem evidencia, mais uma vez, a crença ostentada pelos depoentes na materialidade desse ser fantástico, ao tempo em que insinua um sentido de identidade entre a representação local existente acerca do Lobisomem e a construção midiática desse personagem pelo cinema e pela televisão. Por outro lado, ela tanto pode sugerir a influência da penetração da mídia audiovisual no Vale, como uma surpreendente convergência entre representações tão diversas em suas trajetórias históricas, centros de difusão e meios de transmissão. A persistência desse imaginário parece, portanto, um problema que merece alguma reflexão e que sugere sua vinculação a uma origem comum.

¹⁶⁰ “Amaldiçoados” – A situação dos três jovens que têm suas vidas modificadas após serem atacados por um Lobisomem se complica ainda mais após saberem que, para se livrar da maldição passada pela mordida, precisam matar a criatura que os atacou. Título original: *Cursed*. Diretor: *Wes Craven*. Ano de produção: 2005. Terror.

¹⁶¹ Luzia Nascimento Neves. Depoimento citado, 19/03/2010.

¹⁶² *Ibidem*.

2.4. UMA RELAÇÃO COM O MUNDO IBÉRICO

Ao fazer o levantamento bibliográfico para realização dessa pesquisa de mestrado, nos deparamos com alguns autores que faziam referências à forte presença de manifestações e heranças do mundo ibérico em diferentes regiões do interior baiano. Dentre os aspectos herdados, podemos citar o catolicismo popular vivenciado pelos moradores do município de Paripiranga, que incorporou em largos traços as expressões medievais do catolicismo português (SILVA, 1982), como afirma Cândido da Silva, em seu estudo acerca do catolicismo no sertão baiano, “Roteiro da vida e da morte”. Para o historiador francês Fernand Braudel, numa conhecida resenha sobre a obra de Marvin Harris, *Town and contry in Brazil*, escrita no ano de 1956, elementos do mundo medieval europeu ainda regeriam as práticas comerciais da pequena cidade de Minas Velhas¹⁶³, no interior da Bahia: “Imaginem uma cidade medieval, de pequeno porte, que trabalha para seu próprio mercado e, quando pode, para mercados longínquos” (BRAUDEL, 1978. p. 225).

Todavia, o estudo de Doralice Alcoforado, “O romance ibérico no Brasil: tradição e recriação” foi o trabalho que nos despertou maior atenção, principalmente pela proximidade das questões tratadas pela autora referentes às recriações do romance “Gerinaldo” no âmbito da tradição oral brasileira e à permanência de alguns aspectos ibéricos no imaginário dos romancistas brasileiros, e os problemas suscitados por esta pesquisa. Afinal, Alcoforado teria identificado na Bahia várias versões do romance analisado, um dos mais difundidos na Península Ibérica, grande parte delas recolhida na área metropolitana de Salvador.

A partir desses indícios, percebemos que a suspeita surgida logo no início dessa pesquisa, de serem as narrativas maravilhosas contadas pelos moradores do Vale do Capão um dos elementos de permanência herdados do mundo ibérico, era ainda mais cabível. Contudo, para além do aspecto de permanências do passado ibérico que se identifica nos depoimentos, o modo como os narradores de Caeté-Açu se apropriaram das histórias acerca dos seres maravilhosos e recriaram-na em suas narrativas, introduzindo novos e diferentes elementos fortemente ligados ao seu cotidiano, pareceu-nos ainda mais relevantes.

Entretanto, a despeito de todos os elementos novos incorporados pelos depoentes, parece ainda plausível e oportuno aproximar os seres maravilhosos pertencentes ao imaginário ibérico com os seres maravilhosos narrados pelos moradores de Caeté-Açu. Desse modo,

¹⁶³ A partir das descrições históricas e geográficas apreendidas no texto de Fernand Braudel acerca do território de Minas Velhas, cremos ser possível afirmar que a cidade de Minas Velhas corresponde à atual cidade de Rio de Contas, localizada na região da Chapada Diamantina.

tentamos aqui estabelecer relações interpretativas acerca desses seres maravilhosos separados pelo tempo e pelo espaço, mas que conservam funções e aspectos similares.

Queremos chamar atenção ainda para o fato de que essa identificação e comparação só foram possíveis graças à pesquisa bibliográfica realizada na Biblioteca Nacional de Portugal e também a um breve levantamento documental realizado na Academia Real de Ciências de Lisboa. Ambas as instituições são sediadas na cidade de Lisboa e, durante a pesquisa nesses centros, tivemos acesso a estudos dedicados ao exame das tradições populares portuguesas de herança medieval. Nomes como o de José Leite de Vasconcelos e Alexandre Parafita foram muito valiosos nessa interlocução. Ambos os estudiosos inventariaram aspectos da tradição portuguesa caros à identidade nacional em momentos históricos distintos e a partir de metodologias igualmente diversas.

José de Leite de Vasconcelos viveu entre meados do século XIX e o século XX e foi um importante [linguista](#), [filólogo](#), [arqueólogo](#) e [etnógrafo português](#), com uma extensa lista de publicações em todos esses campos. Aqui, analisaremos aqui apenas um artigo seu, intitulado “Tradições populares portuguesas do século XVIII”, publicado pela Revista Lusitana, em 1900. Nesse artigo, Vasconcelos reúne aspectos da tradição popular portuguesa contidos nas poesias de Miguel de Couto Guerreiro sem, contudo, fazer uma análise aprofundada acerca dos aspectos inventariados. Seu trabalho aproxima-se, assim, da tradição dos antigos folcloristas empenhados em inventariar essas histórias.

Couto Guerreiro foi um poeta português que viveu no século XVIII e faleceu no ano de 1793. Na opinião de Vasconcelos, Couto Guerreiro empregava as tradições populares nas suas poesias com o intuito de moralizar os cidadãos. Seu artigo é dividido em três diferentes tópicos sobre os quais analisa a obra do poeta – “Costumes populares”; “Literatura popular”; “Superstições populares” – e nele nota-se a referência ao Lobisomem feita pelo poeta:

Se os lobishomens são ditos
Por constar de lobo e homem,
Há muitos d'estes malditos:
Porque há homens infinitos,
Que são lobos no que comem. (VASCONCELOS, 1900, p.25)

A análise do poema permite identificar alguns aspectos marcantes. Já em seu primeiro verso, a referência ao Lobisomem aparece associada ao hábito de contar histórias, sugerindo-se assim a oralidade como vetor de sua perpetuação também em Portugal. Além disso, Couto Guerreiro ainda indica serem os homens que se metamorfoseiam em Lobisomens amaldiçoados em função dos próprios atos que praticam, característica também percebida nas

narrativas dos habitantes do Capão. Em cinco versos, o poeta português parece sintetizar o significado que tal narrativa encerra: a maldição do Lobisomem não é fruto de uma punição aleatória, mas resultado de ações negativas que terminam por fazer determinados sujeitos afastarem-se de sua própria condição humana.

Já Alexandre Parafita é um escritor reconhecido nos dias de hoje em Portugal por suas obras dirigidas principalmente ao público infantil. Há muitos anos, o estudioso português vem se dedicando à recolha e estudo de composições da literatura oral popular da região rural de Trás-os-Montes, em Portugal, suscitando novas reflexões sobre elas, com ênfase numa suposta intencionalidade pedagógico-didática subjacente às mesmas. A partir das histórias contadas pelos moradores transmontanos e romantizadas por Parafita, disponíveis em seu livro “O Maravilhoso Popular – Lendas, Contos, Mitos”, percebe-se que a figura do Lobisomem é, de fato, o principal ponto de contato entre a tradição oral portuguesa atual e o repertório de narrativas coletadas no Vale do Capão.

Para alguns transmontanos, o Lobisomem afigura-se como um ser cruel, temido, implacável com os seres mais indefesos; inimigo de pastores e dos caminantes da noite, e o pesadelo das crianças que habitam as aldeias mais isoladas. Mesmo sendo mais frequente falar do lobo como componente animal do Lobisomem, Parafita chama a atenção para o fato de que a crença popular de Trás-os-Montes pode também associá-lo a outros animais, entre eles o cavalo, o burro e o bode (PARAFITA, 2000). Apesar de descrições e elementos singulares e irredutíveis a respeito desse ser maravilhoso em seus diferentes contextos de aparição, parece interessante e possível estabelecer alguns paralelos entre o Lobisomem chapadino e o Lobisomem transmontano.

Nesta direção, retomamos o depoimento da querida depoente Dona Francilina, do povoado de Conceição dos Gatos, para quem também não é incomum ouvir relatos de seres humanos que se metamorfoseam em outros tipos de animais. Ela afirma serem variadas as possibilidades de metamorfose e acrescenta o fato de que essas transformações independem da vontade do sujeito amaldiçoado, mas sim decorrem da vontade do “Satanás”, verdadeiro responsável por essas mutações. De acordo com o seu testemunho:

Pessoa vivo... meu filho... vivo... virava qualquer coisa... virava um porco, virava um cachorro, virava um jegue... um animal... virava qualquer coisa... de bicho, porque aquilo mandado... aquilo era mandado pelo satanás... virava... e eu não vi, mas teve uma mulher aqui que viu¹⁶⁴

¹⁶⁴ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado, 17/03/2010.

Dentre as muitas versões coletadas pelo autor português a respeito do Lobisomem, identificam-se duas versões que se assemelham às histórias narradas pelos sujeitos da pesquisa. A primeira versão é sobre o “Marido Lobisomem”. Em Trás-os-Montes, a versão que Parafita recolheu é a seguinte: certo dia, um casal estava trabalhando no campo; por ser noite de lua cheia, tinha luz bastante para que eles continuassem o serviço até tarde da noite. Era perto de meia-noite quando resolveram voltar para casa. No regresso à casa, a esposa sentiu vontade de urinar, por isso pediu para que o marido continuasse andando, ao passo que ela se aliviava. Nisto, enquanto ela estava agachada a fazer as suas necessidades, apareceu um burro para lhe espiar e rir. Quando ela estava indo embora, o burro rasgou seu vestido com os dentes. A mulher, muito aflita, correu rápido para ver se alcançava o marido, mas levou muito tempo para encontrá-lo. “Onde estás, homem? Onde estás, homem?” (PARAFITA, 2000, p. 145) – gritava ela, para um lado e para o outro, já no caminho. Quando o encontrou, ele estava rindo, e entre os dentes dele, ela viu o pedaço do seu vestido que a pouco tinha sido rasgado pelo burro.

Já a versão coletada por nós acerca do “Marido Lobisomem” foi narrada por Dona Zenilda, depoente natural de Caeté-Açu, mãe de dois filhos e viúva há pouco mais de dois anos. Por conta do falecimento de seu esposo, Seu Ederaldo, Dona Zenilda, que morava em uma casa com quintal localizada nos Gatos – outro núcleo populacional localizado no Vale do Capão – mudou-se para uma estreita e “barulhenta” casa na vila, o que vem lhe causando alguns aborrecimentos e descontentamento. Numa entrevista realizada ainda no ano de 2008, ela contou:

A mulher casou com o homem, mas não sabia que ele era Lobisomem, aí um dia ela chamô ele: ‘vamo lá na casa de minha mãe?’, e ele falou: ‘vamo’. Foram andando, andando... nesse tempo chamava baeta¹⁶⁵ vermelha, aí disse que ela panhê e jogou assim no menino... Aí ele disse: ‘O muié você fica aqui embaixo desse pé de pau, que eu vou sair aqui um pouco’. Aí quando foi... ela disse: ‘Tá demorando, vou subir nesse pé de pau aqui... quando subi no pé de pau com o menino, evêem aquele bicho da orelhona... avuô nela pra comer o menino... e ela rumando esse pano vermelho, rumano, rumano, e ele querendo comer o filho... aí quando deu na hora dele desvirar ele tornou Ubrail... com pouca hora evêem ele... ‘O marido, onde é que ocê tava? Chegou um bicho aqui querendo comer meu filho, eu subi nesse pé de pau’... ele disse: ‘Foi nada naum muié... nada naum... vambora’... Aí quando chegou na casa da mãe ele sorriu... quando ele sorriu, ela viu a cepa da bata nos dentes dele... ‘A infeliz foi tu que queria comer meu filho, tu não vai me ver mais nunca... daqui da casa de minha mãe eu não saí mais... Aí ó! ... em seus dentes a baeta que você tava puxando pra pegar meu filho’... Aí disse que ele foi embora e ela ficou mais a mãe¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Baeta: Tipo de tecido de algodão rústico.

¹⁶⁶ Zenilda Santos Jardim, 78 anos. Entrevista realizada em 07/02/2008.

Se compararmos as histórias sobre o “Marido Lobisomem” acima apresentadas perceberemos que são muitas as variações entre elas, apesar de acharmos que o enredo central de ambos os “causos” se mantém. A possibilidade de um conhecido ou membro da família que se metamorfoseia em Lobisomem sem o conhecimento prévio de seus parentes e amigos expõe todos a um perigo muito grande. A nosso ver, as variantes apreendidas nas histórias narradas servem para perceber alguns aspectos e valores próprios a estes grupos sociais.

Mesmo no Vale do Capão, a história do “Marido Lobisomem” não se restringe apenas à versão narrada por Dona Zenilda, mas encontra-se também difundido na memória dos membros mais antigos do povoado. Alguns membros das gerações mais novas também conhecem esse “causo”, como sugere o depoimento de João Eudes, que alega ter ouvido dos mais velhos o relato de um pai Lobisomem que tentava comer seu próprio filho:

E tem relatos de que já aconteceu isso, do pai virar Lobisomem e comer o próprio filho, e tá dormindo no outro dia não sei se no sofá ou na cama, que a mulher olha pra boca dele e tó os fio da lã [...] Eu não sei se é verdade, uns falam que o xale era vermelho, outros falam que o xale era branco, mas sempre tem um chalé e, que a mãe subiu no pé de árvore, não chegô a comer, mas rasgô o xale¹⁶⁷.

Apesar das variantes e da incerteza expostas por João, uma coisa é certa: tais histórias nunca param de ser contadas ou até mesmo reinventadas pelos narradores do Capão.

A segunda versão da história do Lobisomem em que se identificam aspectos comuns narrados pelos depoentes das duas regiões rurais de Trás-os-Montes e Caeté-Açu é uma superstição. Segundo a tradição, a mulher que tiver sete filhos homens seguidamente, deve ter o sétimo batizado pelo primogênito, evitando assim que o mais novo sofra com a sina de tornar-se um Lobisomem.

Grávida da sétima barriga, depois de uma sequência de seis filhos homens, Dona Francilina achou melhor não arriscar. Mesmo sem saber o sexo do bebê que estava para nascer, seguiu os costumes dos mais velhos. Pediu para que seu filho primogênito, que na época morava em São Paulo, retornasse à Conceição dos Gatos para cumprir o ritual de batismo, caso fosse mais um menino. Mas “quando eu tive... foi uma menina... na conta dos sete né?... foi uma menina... aí agora não precisou [...] veio... mas já não batizou... quem batizou foi o segundo... o segundo filho meu foi que batizou a menina”¹⁶⁸. O relato de Dona Francilina evidencia que ela acreditava mesmo em tal risco, a ponto de, para evitá-lo,

¹⁶⁷ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado, 17/03/2010.

¹⁶⁸ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado, 17/03/2010.

mobilizar seu primogênito para vir de São Paulo, numa operação com custos financeiros e implicações diversas.

Segundo Parafita, tal superstição é ainda muito presente em Trás-os-Montes e para demonstrar o receio dos moradores acerca dela, ele conta a história de uma moradora que teve sete filhos homens seguidos. Para evitar que o último tivesse que cumprir este fardo, rodeou-o desde o nascimento de todos os “cuidados” que a tradição local determina: “a primeira roupa que vestiu foi pontuada por sete Marias, não saiu à rua antes de ser batizado, e tem o irmão mais velho como seu padrinho” (PARAFITA, 2000, p. 36).

Assim, embora tenha sofrido transformações ao longo de sua história, pode-se perceber que o universo do maravilhoso não deixou de estar presente no cotidiano da população do Vale. No caso em análise, os seres sobrenaturais identificados e os elementos a eles associados parecem mesmo ter sido herdados da tradição ibérica, como sugere sua identificação contemporaneamente em contextos rurais da própria Península. Ainda assim, tal percepção repropõe com toda a força a ideia da permanência na História. Neste sentido, parece mais que oportuno recuperar as proposições do historiador francês Fernand Braudel que se dizia “persuadido de que a morte é rara na história porque a história é transformação e memória, memória de um passado que não deixa de viver e de mudar sob os olhares de sucessivas sociedades” (BRAUDEL, 2000, p. 23).

Apesar de serem muitos e notáveis os elementos de permanência identificados, a apropriação sofrida por essas narrativas e sua recriação em novos contextos constituem o aspecto mais marcante dessa investigação. Os mecanismos desta recriação e o lugar dessas histórias no cotidiano nos moradores do Vale na atualidade será objeto de reflexão do capítulo seguinte.

3. 'EU NÃO ACREDITO MAIS NISSO NÃO, MAS TAMBÉM NÃO DUVIDO' - O QUE PERMANECE, COMO SE TRANSFORMA OU DESAPARECE

3.1. QUEM VIU, QUEM ACHA QUE VIU E QUEM NUNCA VIU: Verdade, mentira e significados

Apesar das lembranças e da riqueza de detalhes que alguns moradores preservam a respeito dos “causos de antigamente” e que expuseram em seus relatos, é comum ouvir de alguns habitantes do povoado ou dos próprios depoentes que essas histórias não passam de histórias mentirosas ou da “carochinha”. Cabe-nos, portanto, analisar as perspectivas acerca da veracidade ou não desses “causos”, mas também buscar compreender os sentidos atribuídos a essas histórias pelos entrevistados nos tempos de antigamente.

Em entrevista concedida enquanto caminhávamos em direção à sua roça – o trabalho rural ainda ocupa quase todo seu tempo –, Seu Manoel se referiu às histórias maravilhosas, mais especificamente às de lobisomem, como sendo histórias irreais. “Nós tamos de carne osso... Vou virar... Não vai... Quando é que vai virar... Nunca... É... Isso é que chama... É... História da carochinha... Que... Não existe... Não existe esse negócio”¹⁶⁹. O depoimento de Seu Manoel gerou, a princípio, bastante admiração. Como pode Seu Manoel ser testemunha de eventos misteriosos relacionados aos diamantes e, ao mesmo tempo, duvidar de outros “causos” maravilhosos narrados pelos moradores do Vale?

A surpresa inicial ocasionada pela colocação de Seu Manoel pode ser esclarecida pela utilização da expressão “história da carochinha”, que nos sugere um sentido pejorativo e desqualifica as histórias contadas por outros entrevistados do distrito. Contudo, após esta colocação do depoente, passamos a realizar as entrevistas de forma mais atenta a tais questões e percebemos que ele não era o único que desacreditava da maioria das histórias contadas pelos locais.

Em entrevista realizada em março de 2010, na aconchegante varanda da casa de Dona Nadir e Seu Edgar – com vista para uma das antigas serras de garimpo do Vale –, ambos expuseram suas opiniões acerca da veracidade ou não dos fatos comumente narrados pelos moradores do povoado. Para Seu Edgar, “muita história de... Igual a pescadô, né? Uma história que é verdade, ôtas que não é...”¹⁷⁰. O antigo garimpeiro demonstrou ponderação ao questionar a veracidade da maioria dos “causos”. Ao contrário de sua esposa, que foi bastante

¹⁶⁹ Manoel Henrique Alves. Depoimento citado, 18/03/2010.

¹⁷⁰ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

enfática em sua colocação: “Eu num acredito nessas coisa não”¹⁷¹. Dona Nadir acrescenta a sua fala um “causo” que elucida sua opinião:

Ói, eu vô, eu vô contá um causo, que até onde vai a gente pegá a mentira. Que a mentira é uma coisa... Meio chata. Eu tava lá na vila, eu já era casada, nós tinha, tinha a roça aqui, e o povo lá tinha uma casinha, nós alugava a casinha pa ficá dia lá. Aí quando eu, eu num conseguia durmí, num conseguia... Eu cum minha filha. Nós na casinha lá e meu marido durmino e nós... Uma hora passo o cavalêro. Disse que passava lá na rua o cavalêro, eu ela e fiz assim: “oh, o cavalêro, filha, vai passano.” Quando é no ôto dia... Por isso é que eu falo, tudo é ilusão, é mentira. Quando é no ôto dia eu cheguei na casa da minha irmã, contando o causo, adivinhe o que era: meu subrinho tinha uma noiva aqui em cima e passo muntado no cavalo. Quer dizer que tudo isso a gente, né? Tudo isso a gente... [...] E no fim era meu subrinho mermo que tava vindo namorá aqui em cima com a filha de seu Juãozinho. [...] Nego falam... Ah, minha fio... Mentira tem perna curta. [...] Eu tenho vergonha de uma coisa... De menti...¹⁷².

A depoente narrou esse episódio com bastante senso de humor e descontração, apesar da complexidade do assunto tratado. Assim como fez Seu Manoel anteriormente, Dona Nadir pôs em causa a veracidade da história do Cavaleiro, bem como a crença de outros moradores do Vale, que não se sentem iludidos, muito menos mentirosos. Cabe ressaltar que esses “causos” resguardam dimensões culturais próprias ao povoado e que eles são transmitidos geração após geração, através da oralidade. Essa transmissão se deu e ainda se dá, em sua maioria, por meio dos moradores mais velhos do distrito, em contextos variados.

Num segundo momento da entrevista e após a enfática opinião de sua esposa, Seu Edgar buscou reforçar em seu depoimento a sua crença na existência de alguns “causos” maravilhosos, por ter sido ele próprio testemunha de episódios fantásticos enquanto trabalhava no garimpo. “Negô via, eu posso dizer que eu vi uma. Mai, eu num vi assim de verdade, né? Mai, vi”¹⁷³. A falta de precisão no que está sendo dito pelo depoente e a insegurança expressa nessa passagem da entrevista sugerem desconforto por parte do entrevistado em estar discordando de sua esposa. Porém, por sobre toda dúvida, ao final ele é categórico: “Mai, vi”.

Em dezembro de 2010, em nova visita feita ao casal, conseguimos agregar mais elementos para a compreensão da questão da verdade e da mentira nas histórias maravilhosas. Na opinião de Seu Edgar, a maioria das pessoas do povoado acredita nessas histórias porque elas próprias vivenciaram algum episódio maravilhoso. “A... A maioria da... Da... Da história é... É verdade... Por isso que eu acho assim, que... Que tem mais gente que, que acredita, que

¹⁷¹ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 16/03/2010.

¹⁷² *Ibidem*.

¹⁷³ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado.

não acredita”¹⁷⁴. Identifica-se nesse trecho da entrevista aspectos de gagueira, o que mais uma vez sugere insegurança. Contudo, esse aspecto não desqualifica o que foi dito pelo depoente, de que muitos moradores do povoado acreditam nessas histórias, porque confiam na veracidade dos relatos transmitidos.

Todavia, ele não é o único a pensar dessa forma. A agente do posto de saúde e mãe de três filhos, Neide, de 32 anos, que cresceu ouvindo os “causos” contados pelos mais velhos, também acredita que essas histórias eram narradas por se tratarem de experiências reais, vivenciadas pelos antigos. “Eu acho que eles contava... Porque assim, É... Eu sei que eles passô por isso, as vez chegava a vê...”¹⁷⁵. Para Rozeli – sua colega de profissão, bem como amiga – os mais antigos tinham convicção acerca da realidade dos acontecimentos: “Eles fala com tanta certeza dessas histórias... Que era como se elas existisse mesmo, assim, a convicção que eles tinham é que realmente eles via, que realmente isso acontecia”¹⁷⁶.

Por se tratarem de agentes de saúde, ambas as entrevistadas lidam no cotidiano do trabalho com moradores de todas as faixas etárias do povoado. Contudo, por conta da saúde debilitada de alguns com idade mais avançada, da dificuldade de locomoção e até mesmo das longas distâncias que, ainda nos dias de hoje, habitantes de localidades distantes precisam percorrer para chegar à Vila, eles recebem a visita das agentes de saúde em suas casas. Esse fato propicia o estabelecimento de uma relação de maior proximidade e confiança entre as agentes e os moradores, além de sensibilizar o olhar dessas depoentes, tanto para as histórias, como para os seus respectivos narradores. Por outro lado, acaba também aproximando os pontos de vista das depoentes.

Desejando dar aos “causos” maravilhosos e à sua fala um aspecto mais preciso, Seu Edgar acrescentou ao depoimento a seguinte sentença: “Uma coisa que eu não tenho... Que eu não tenho certeza, eu não gosto de... De... De declarar [...] Eu só gosto de... De falá o que é mais ou menos verdade”¹⁷⁷. Essa passagem do depoimento de Seu Edgar nos chama muita atenção pela expressão “mais ou menos verdade”. Apesar do esforço de Seu Edgar, a expressão utilizada por ele transmite tanto uma sensação de imprecisão acerca dos fatos vividos, bem como a contradição de algo que pode ser mais ou menos verdadeiro.

Essa relativização da noção de verdade por parte do entrevistado sugere que, para Seu Edgar, a verdade não existe de maneira absoluta, mas sim numa gradação que possibilitaria a percepção de algo como sendo não inteiramente verdadeiro sem, contudo, ser por isso

¹⁷⁴ Edgar da Silva Quaresma, 76 anos. Entrevista realizada em 14/12/2010.

¹⁷⁵ Vaneide Alves da Silva, 32 anos. Entrevista realizada em 15/12/2010.

¹⁷⁶ Rozeli Batista dos Santos, 34 anos. Entrevistas realizadas em 16/12/2010.

¹⁷⁷ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado, 14/12/2010.

imediatamente falso. Indica, assim, que o depoente sente dificuldades em explicar com palavras histórias tão particulares e difíceis de serem comprovadas – até por se tratarem de episódios adstritos ao domínio da memória – e que, apesar de contrariarem o bom senso e a plausibilidade, fundam-se em experiências e percepções sinceras da realidade por parte dos sujeitos que as vivenciaram.

Ao longo das entrevistas, percebe-se que os depoentes empregam a visão como um elemento fundamental para a constatação da ocorrência e até mesmo da existência dos acontecimentos maravilhosos. Durante entrevista com Dona Nadir, ela expõe: “Ó... eu sô uma pessoa assim, eu sô acredito eu vendo, eu nunca vi... ele já vi... porque ele trabalhô no garimpo, eu como eu nunca fui do garimpo, eu nunca vi, né? Porque eu só falo a verdade... né? E ele também só fala a verdade”¹⁷⁸. Assim, mesmo desacreditando das histórias por nunca tê-las testemunhado, Dona Nadir não questionou o depoimento do marido, pelo contrário, terminou por reforçá-lo, exaltando a sinceridade do companheiro. Deste modo, ela mesma admite a possibilidade de verdade dessas histórias, a partir de um critério de validade fundado na experiência, no caso, no testemunho dele dos acontecimentos supostamente vivenciados no garimpo.

A depoente se refere ao ambiente de trabalho do esposo como sendo um dos mais propícios às ocorrências de acontecimentos fantásticos no Vale. Seu depoimento também nos sugere que, para alguns moradores, as histórias de garimpo são tidas como histórias mais confiáveis do que as outras. Talvez esses “causos” tenham uma maior credibilidade por se tratarem de histórias que ocorrem no ambiente de trabalho e, por isso, impõem mais respeito entre os locais.

A famosa expressão “ver pra crer” se aplica muito bem ao que vem sendo dito pelos depoentes, bem como ao que foi narrado por Seu Edivaldo, em entrevista realizada em dezembro de 2010. Durante a entrevista, em que o depoente terminava de confeccionar um de seus passarinhos de pano, ele afirmou: “Tem, tem muitos que acredita... Tem muitos que acredita, porque antigamente a gente via”¹⁷⁹. A visão aqui aparece novamente como o elemento que atesta a veracidade da história.

Todavia, apesar de ter se incluído entre as testemunhas dos “causos” maravilhosos, o depoente, hoje convertido aos ensinamentos evangélicos, afirma ter deixado de acreditar nessas histórias. “Agora eu, eu depois da bíblia eu não acredito... não... porque a bíblia

¹⁷⁸ Nadir Dreger da Silva, 71 anos. Entrevista realizada em 14/12/2010.

¹⁷⁹ Edivaldo Jorge dos Santos, 74 anos. Entrevista realizada em 15/12/2010.

sagrada me contô tudo, nos contá... nos contá o significado disso aí... é... pessoas à toa”¹⁸⁰. Dessa maneira, elucidando o sentido dessas histórias a partir dos novos ensinamentos apreendidos, o depoente alça o texto bíblico à condição de nova fonte de validação da verdade, relegando a segundo plano a própria experiência vivenciada no passado.

Sobre os aspectos verdadeiros e ficcionais das histórias maravilhosos acima mencionados pelos narradores do Capão, é importante frisar que a busca pela verdade dos acontecimentos foi durante muito tempo um dos desígnios dos estudos históricos. Tentativa essa ineficaz e utópica, se tratando de um conhecimento que se esbarra nas limitações das fontes e, acima de tudo, com as limitações e as subjetividades dos próprios historiadores que há muito deixaram de ser produtores de verdades.

A nosso ver, a imaginação é um elemento inerente à produção do conhecimento histórico e cremos que seja também o tempero de muitas dessas histórias narradas no Vale. Contudo, o elemento da imaginação não desqualifica os relatos, muito menos o emprego deles como fontes históricas. Segundo afirma Carlo Ginzburg, “ninguém pensará que é inútil estudar falsas lendas, falsos acontecimentos, falsos documentos: mas uma tomada de posição preliminar sobre sua falsidade ou autenticidade é sempre indispensável” (GINZBURG, 2007, p. 13). Conforme sugerido pelo autor, entende-se os “causos” maravilhosos do Capão como histórias verdadeiras. Isso porque são histórias que constituem a realidade e a visão de mundo dos sujeitos que as narram. Portanto, acreditamos que não nos cabe julgar a veracidade dos acontecimentos vividos e relatados, mas justamente refletir sobre eles, admitindo que são socialmente reconhecidos por parte daquele grupo social como reais e verdadeiros, produzindo assim efeitos concretos sobre as práticas sociais, o cotidiano e o imaginário coletivo.

Por muito tempo, as fontes orais foram pejorativamente conhecidas como fontes imprecisas e subjetivas. Como aponta o historiador italiano Alessandro Portelli: “O fato de múltiplas verdades com as quais estamos comprometidos incluírem os fatores mutáveis da subjetividade, da narrativa dialógica e da memória individual, tem sido usado com o intuito de alegar que a História Oral não é científica nem confiável” (PORTELLI, 1997b, p. 26.). Essas equivocadas interpretações provocaram nos historiadores orais um profundo comprometimento em querer por fim a essas críticas, bem como, concomitantemente, em buscar a valorização dessas fontes. Todo esse empenho permitiu aos historiadores orais o

¹⁸⁰ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado, 15/12/2010.

entendimento da necessidade da relativização dos conceitos e dos significados da objetividade e da verdade para os seus estudos, como afirma Portelli.

A historiadora Janaína Amado, em seu texto *El Don Quijote brasileño: mentira y verdad en la historia oral*, também traz questionamentos acerca da verdade e da mentira nos relatos orais. A partir de um depoimento fora do comum obtido de um dos seus entrevistados, Amado analisa a memória do depoente, que teria mesclado em suas lembranças do movimento social de Formoso aspectos da vida interiorana de Goiás durante as décadas de 1930 a 1960 com uma recriação “rústica” de elementos literários da obra de Miguel de Cervantes. A partir dessa leitura, concordamos com o posicionamento da autora no que diz respeito a toda narrativa possuir uma dose maior ou menor de criação, invenção, imaginação; isto é, uma dose de ficção. Afinal, “estamos cientes, a esta altura, de que muito aconteceu na mente das pessoas, em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações – e, por esse motivo, até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade” (PORTELLI, 1997b, p. 25). Perspectiva a partir da qual entende-se as entrevistas realizadas no Vale do Capão.

Tanto para os moradores que creem e narram eventos sobrenaturais como para os que não acreditam, os “causos” maravilhosos constituem um aspecto cultural importante compartilhado pela população local. Por isso, ao longo da pesquisa, passamos a buscar indícios que nos ajudassem a entender o sentido dessas aparições, sem a intenção de querer comprovar a veracidade das histórias narradas, mas sim nos aproximar do universo subjetivo vivenciado pelos depoentes.

Assim, parece-nos interessante apontar um dos elementos mais imprescindíveis para a compreensão das circunstâncias dos “causos” maravilhosos: a escuridão. Como foi dito no primeiro capítulo, os moradores do Vale viveram até o início da década de noventa sem luz elétrica, o que favorecia, segundo alguns depoentes, as visões, “aguçando” mesmo a imaginação das pessoas.

Apesar de Dona Nadir ter declarado não acreditar nas histórias maravilhosas, ela demonstrou em seus depoimentos sensibilidade ao reconhecer a importância do assunto, além de atribuir à chegada da luz elétrica as mudanças nas ocorrências nos “causos”: “É um negócio muito sério, viu! Agora com a luz não tem... É porque o povo confia na claridade”¹⁸¹. A maioria dos depoentes da pesquisa, se não todos, ao serem indagados sobre a relação entre

¹⁸¹ Nadir Dreger da Silva. Entrevista citada, 14/12/2010.

a luz elétrica e os “causos” maravilhosos, conferiram à claridade a responsabilidade pelas modificações na percepção das ocorrências fantásticas.

Com relação à chegada da eletricidade no Capão, Rozeli afirmou ter sido esse fato motivo de muita alegria e comemoração para grande parte dos moradores do Vale na época, mas não para todos, porque a princípio a iluminação se restringia apenas ao núcleo da vila.

Eu lembro que teve uma festa, e... Teve uma festa, comemorô, teve muitos fogos, né? E... Tecnologia chegou no Capão e, não sei o que, todo mundo feliz, mas tinha aqueles que falava: ‘Ô tô no escuro, eu queria luz’ e já tinha outros que dizia : ‘Não, é bom porque a gente tá no escuro, mas a gente vai lá também... Pra luz’, onde tinha energia¹⁸².

Mesmo Rozeli não recordando o ano da chegada da eletricidade no Vale, alguns elementos do seu testemunho nos permitiram fazer uma estimativa aproximada do ano de 1991, como sendo o primeiro ano iluminado do Capão. Isso porque, as primeiras recordações que ela tem da programação televisiva eram as telenovelas: “Barriga de aluguel e os Vamp... Tem um tempão”¹⁸³, que foram exibidas entre meados do ano de 1990 e meados 1991, “Barriga de aluguel”, e meados do ano de 1991 e início do ano de 1992, “Vamp”.

Somando-se ao ponto de vista de Dona Nadir acima mencionado, Seu Edgar afirma que “depois da luz pá cá, acabô... não apareceu mais nada não... antes da luz... [...] era no escuro, ninguém via nada, né?... Agora com a luz quando passa num lugar claro, a rente olha e não vê”¹⁸⁴. Vale sublinhar na fala de Seu Edgar que ele imputa à falta de eletricidade a circunstância adequada para a aparição dos seres maravilhosos, apesar da dificuldade de enxergar ou mesmo de distinguir algo em meio à escuridão. Além de frisar que, com a chegada da luz elétrica no vilarejo, eles deixaram de “ver” – ou talvez de imaginar – os seres maravilhosos. Ainda assim, o termo “aparição” trazido na fala do depoente termina por reafirmar a ideia de que não seria uma mera “visão” (condição subjetiva de quem vê), mas uma “aparição” (uma ação própria do ser maravilhoso de se “mostrar”, “aparecer”). Assim, a luz não seria apenas o elemento que clareia, inibindo a imaginação dos sujeitos, mas também aquele que impede o maravilhoso de se mostrar – que elimina o mistério.

Mesmo em se tratando das novas gerações do Vale, que também cresceram ouvindo essas histórias dos mais velhos, a opinião é bem parecida. Segundo Girleide, mais conhecida como Gica, estudante de 20 anos: “Antigamente tudo escuro, só com a luz de vela, de fifó... E no escuro ééé mais difícil de você vê as coisas... Cê vê um barulho, cê não vai saber o que é

¹⁸² Rozeli Batista dos Santos. Depoimento citado, 16/12/2010.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado, 14/12/2010.

que é direito, hoje em dia é tudo claro”¹⁸⁵. A depoente dá a entender que a escuridão do Vale aguçava a fantasia dos moradores quanto à ocorrência de barulhos desconhecidos. O depoente João Eudes também acredita que o escuro propiciava a visão de algo mais: “Se era escuro... Era propício a vê algo mais... com tanta claridade o pessoal não tem mais medo”¹⁸⁶. Conforme a entrevista de João, a claridade trouxe mais segurança para os que andam durante a noite no Vale.

No entanto, os acontecimentos que envolvem os seres maravilhosos são cada vez mais raros no Vale, tanto por decorrência da chegada da luz elétrica no distrito, como também pelas transformações nos hábitos dos moradores, que passaram a ocupar o tempo de outras maneiras. “Ééé, o povo tem tevê, tem boate, pá... que antigamente não tinha [...] o povo deitchava cedo... ia dormir... conversava mais... tinha mais comunicação, tinha muitas histórias”¹⁸⁷. Apreende-se na fala de Dona Nadir um saudosismo acerca dos modos de viver de antigamente.

O elemento da eletricidade é tido por muitos moradores do Capão como um legítimo representante dos cenários urbanos, que transformou acontecimentos, experiências e hábitos vivenciados no antigo contexto rural do Vale, como os episódios descritos acima por Dona Nadir. Com relação à dualidade comumente estabelecida entre as categorias de campo e cidade, nos chama atenção o modo como Raymond Williams direciona o nosso olhar para o contraste entre cidade e campo, baseado nas concepções mais antigas de estabilidade e inocências rurais, entre consciência e ignorância, vitalidade e rotina, entre o que é presente e concreto e o que é passado ou desaparecido.

Em sua obra “Campo e Cidade”, Williams ressalta que características como a credulidade, ingenuidade e o conservadorismo, são tidas como aspectos comuns aos que se referem aos sujeitos do campo. “A associação regular da vida rural com o passado e a tradição e então com a fé religiosa, veio a tornar-se um lugar-comum. [...] O passado rural é associado à fé: ou à inocência; uma nova versão do bucólico, através da ênfase nas negações urbanas” (WILLIAMS, 1989, p. 324-325). A atualidade da discussão promovida pelo autor é inquestionável, ainda hoje se percebe o antagonismo e os preconceitos criados acerca dessas duas categorias espaciais, deixando de lado o fato de que ambas as realidades históricas estão sempre em transformação tanto em si próprias como nas suas inter-relações (WILLIAMS, 1989, p. 387).

¹⁸⁵ Girleide Santos Costa, 20 anos. Entrevista realizada em 16/12/2010.

¹⁸⁶ João Eudes dos Santos Souza, 23 anos. Entrevistas realizadas em 14/12/2010.

¹⁸⁷ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 14/12/2010.

Dando continuidade a análise dos possíveis fatores responsáveis pela diminuição das ocorrências dos “causos” no distrito, a proibição da garimpagem nas serras do Capão pelo IBAMA soma-se a elas. Conforme indica Seu Edgar e Rozeli em suas entrevistas respectivamente:

Hoje em dia não acontece mais porque... Acabô os garimpeiros, né? Não tem mais, foi proibido o garimpo, então... Acabô aaa... Acabô as histórias... Entendeu por quê?... No tempo que tinha os garimpeiros acontecia as coisas, né? E acontecendo a pessoa ia coisando, mas hoje? Hoje cabô¹⁸⁸.

A partir da análise desse depoimento percebe-se que Seu Edgar se refere apenas às histórias maravilhosas que ocorrem no mundo do garimpo, deixando de lado os outros “causos” testemunhados no Vale. Mais uma vez, percebe-se que alguns depoentes estabelecem diferenças entre os acontecimentos fantásticos, sugerindo uma credibilidade diferente para as histórias do garimpo. Ao prosseguir a análise da fala de Seu Edgar, entende-se na sentença: “A pessoa ia coisando”, que o entrevistado refere-se ao antigo hábito de transmitir as histórias oralmente, mecanismo esse responsável pela perpetuação das mesmas.

Para Rozeli – que estendeu sua permanência no posto de saúde do distrito para nos conceder a entrevista – o fim do garimpo ocasionou a diminuição dos acontecimentos encantados no Vale. “Eles dizem também é por causa do diamante, que... é assim, ninguém pode... não garimpa mais, né? E diz assim, quando se garimpa o diamante ele... faz contato com o garimpeiro, né? Aí, surge as ‘livusia’, os encantamento, essas coisas”¹⁸⁹. Percebe-se em sua narrativa que ela faz referência ao que lhe foi exposto pelos antigos, tendo sido eles garimpeiros ou não, nos dando a entender que os mistérios inerentes ao mundo do garimpo são do conhecimento de todos, e que independe das experiências vivenciadas.

Com relação à comunicação e ao remoto costume de contar histórias, numa passagem de sua entrevista a depoente Neide assinala serem poucos os que ainda contam essas histórias no Vale. Contudo, ela não perdeu as esperanças de que, independente da inexistência ou da não ocorrência dos “causos” nos dias hoje – mesmo sendo poucos os que ainda transmitem essas histórias –, esse hábito não desaparecerá:

Eu escutava assim, que na época de... De... De... Como é que fala? Da Semana Santa que tinha, entendeu? Mas assim... Eles contava, mas vê, a gente não via, entendeu? Na minha época. Só que hoje num... Num... Num tem. Cê vê é um ou outro que fala, mas você vê sempre vai ter essa história, sempre vai ter...¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado, 14/12/2010.

¹⁸⁹ Rozeli Batista dos Santos. Depoimento citado, 16/12/2010.

¹⁹⁰ Vaneide Alves da Silva. Depoimento citado, 15/12/2010.

Impossível saber até quando essas histórias existirão no povoado... Além do mais, somente o desejo de alguns moradores não é o bastante para que isso se realize. Dimensões culturais de um grupo social só existem se as pessoas que dele fazem parte quiserem. Todavia, nada mais apropriado do que a cautela do depoente João Eudes: “Eu não acredito mais nisso não, mas também não duvido [...] Não acredito, mas também não duvido, como tantas maldades que tem pelo mundo deve existir, pra criar uma lenda alguém viu”¹⁹¹. Mesmo demonstrando ter dúvidas acerca das ocorrências fantásticas, o narrador nos sugere prudência e respeito às credices locais que se sobressaem.

3.2. OS “CAUSOS” NOS DIAS DE HOJE: O passado no presente

Na segunda parte deste capítulo, daremos ênfase ao discurso das gerações mais novas do distrito com o intuito de perceber qual o lugar que essas histórias ocupam na vida desses sujeitos e qual os significados que eles atribuem a esses “causos” misteriosos.

As relações estabelecidas entre as gerações mais novas e as narrativas maravilhosas, segundo os entrevistados, não são de modo algum homogêneas, e sim bastante variadas. Contudo, os depoimentos mais marcantes são os que descrevem o desinteresse, o descrédito, e até mesmo atitudes de desrespeito para com alguns dos narradores. Tomemos como exemplo o depoimento de Dona Nadir: “Ninguém quer saber mais de nada não [...] Não tão nem aí...”¹⁹². Segundo a entrevistada, os mais jovens costumam se referir aos “causos” da seguinte forma: “Nããã... isso aí é tudo do jeito careta, isso... é coisa de antigo”¹⁹³. O que se pode apreender dessa passagem da entrevista é o tom magoado na voz de Dona Nadir ao reproduzir o modo displicente com que alguns indivíduos referem-se às histórias de antigamente.

Outro exemplo desta atitude por parte dos mais jovens no que diz respeito às histórias maravilhosas do Vale nos foi narrado por Seu Edivaldo que, ao contrário de Dona Nadir, não nos pareceu nenhum pouco aborrecido com a colocação “malcriada” feita pelo seu neto. Segundo ele, o neto assim se referiu as histórias: “Isso é bestage de véi... Coisa véi”, tem falado assim”¹⁹⁴. Quando questionado qual tinha sido sua reação ao ouvir essa colocação, prontamente Seu Edivaldo respondeu: “Eu falô assim... Com ele eu digo: ‘Bestagem é vocês...

¹⁹¹ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado, 17/03/2010.

¹⁹² Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 14/12/2010.

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado, 15/12/2010

Que fica aí bestando, que não sabe de nada... Nunca foi... Nunca trabaiô garimpo, nunca comeu o palmito, que nós comia”¹⁹⁵. Assim, Seu Edivaldo evidenciou uma atitude de valorização de sua trajetória de vida e de trabalho em resposta ao descrédito de seu neto.

Para além do desinteresse das novas gerações apontado por Dona Nadir, os “causos” ainda se deparam com outro entrave à sua propagação, a vergonha de alguns depoentes em narrar essas histórias. De acordo com a própria entrevistada: “Ôtos não quer falar nada, [...] tem pessoas que não gosta, que nem nós tâmo aqui [...] com medo do povo... fazer... ficá gozando”¹⁹⁶. A crença de alguns moradores nessas experiências é motivo de chacota e gozação por parte de alguns habitantes do Vale, o que acaba provocando constrangimento entre os mesmos e inibição em falar sobre tais histórias e experiências por medo de parecerem ridículos ou tolos.

Com relação à gozação promovida por alguns habitantes do povoado, é importante frisar que isso não intimida a todos. Os depoentes que se propuseram a ajudar na escrita desse trabalho superaram a insegurança ou o acanhamento para narrar suas histórias, embora em algumas ocasiões eles tenham evidenciado o descontentamento com os julgamentos ou as críticas, como no caso de Dona Nadir: “vai contá história... pá um mais novo, fica tudo é gozando da gente... que é tudo mentira... quem é que vai contá mais nada, né? Antigamente você sentava... com um pá contá história pro ôto, cantava roda, né? Na rua... jogava verso, fazia isso, fazia aquilo... hoje... cabô”¹⁹⁷.

Em seu depoimento a entrevistada expõem o seu próprio desinteresse de continuar contando as histórias de antigamente por conta dos julgamentos alheios, além de lamentar e enumerar prazerosas atividades vivenciadas no cotidiano do povoado no passado e hoje desaparecidas. O hábito de se contar histórias, as cantigas de roda, os jogos de verso, muitas vezes no espaço da rua, constituíam assim importantes experiência de sociabilidade e lazer, através das quais essas histórias e outras tradições comunitárias eram transmitidas e reinventadas.

O desinteresse das novas gerações pode ser percebido também no depoimento de Dona Francilina. A entrevistada corrobora a opinião da Dona Nadir ao afirmar que “hoje em dia tudo é pra frente... ia chegar um tempo... da pessoa ser comum... é o comunismo... pessoa tudo é comum... hoje em dia... tudo é pra frente... ninguém quer saber sujeira... ninguém quer

¹⁹⁵ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado, 15/12/2010

¹⁹⁶ Nadir Dreger da Silva. Depoimento citado, 14/12/2010.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

saber dessas coisa de antigamente”¹⁹⁸. Dona Francilina faz mais uma vez em sua narrativa alusão ao comunismo nos dias de hoje. A nosso ver, ela busca reforçar a ideia de igualdade entre os sujeitos do povoado como uma característica da modernidade alcançada. Já a expressão “ninguém quer saber de sujeira”, que se refere às histórias de antigamente, nos sugere que a própria entrevistada atribui a essas histórias um sentido pejorativo, e também deteriorado, com relação à relevância dos acontecimentos.

O depoimento de Dona Luzia, contudo, nos permite perceber aspectos distintos daqueles que vêm sendo colocado até o momento com relação ao lugar que essas histórias ocupam na vida da população do distrito de Caeté-Açu nos dias de hoje. Em uma breve conversa realizada na aconchegante sala de sua casa – ocasião em que não manifestou interesse em conceder uma nova entrevista, por acreditar que não tinha mais nada de importante a contar –, a entrevistada demonstrou muita felicidade ao narrar à alegria com que seus netos escutam e se divertem com as histórias que ela conta: “Gosta... gosta, eles... eles dá risada, as vez ele fala: ‘ái’, as vez eles também conta uma história, sabe? E tem as vez elas conta pra rente ouvi [...] Ela ouvi... ela já fala, as vez não é do jeito, do meu, é de outro jeito... vai passando”¹⁹⁹.

Ao sair da função de narradora e passar para o lugar de ouvinte, Dona Luzia assinala uma das principais características das histórias que são transmitidas oralmente, as mudanças e as transformações que as mesmas sofrem com o passar do tempo e com a diversidade de narradores. No entanto, para a entrevistada, o importante mesmo é que essas histórias continuem a existir.

A respeito das diversas modificações inerentes à retransmissão dos “causos”, a socióloga Rúbia Lóssio entende que “cada pessoa que narra aumenta o fato de acordo com seus conhecimentos e seu imaginário. A lenda é transmitida de pessoa para pessoa, mesmo que a pessoa não acredite na lenda ela divulga a sua maneira” (LÓSSIO, 2004, p. 3). Além de concordarmos com o ponto de vista de Lóssio, entende-se ser de profunda valia para os estudos históricos a apreensão da alteridade identificada nas múltiplas histórias maravilhosas.

Todavia, para o depoente João Eudes, é exatamente a diversidade de variantes nas histórias maravilhosas narradas no Vale que transformam esses “causos” em histórias sem credibilidade. “É por isso que lenda e folclore tá envolvido com um bocado de conversa,

¹⁹⁸ Francilina Oliveira de Carvalho. Depoimento citado.

¹⁹⁹ Luzia Nascimento Neves, 74 anos. Entrevista realizada em 16/12/2010.

porque uns contam de jeito, outros contam de outro”²⁰⁰. É importante percebermos que o depoente se refere às histórias lendárias e as folclóricas como sinônimos.

Diferentemente das lendas – que são narrativas imaginárias, comumente ligadas a um lugar geográfico determinado e com raízes na realidade objetiva – o folclore é entendido como um conjunto de manifestações que engloba crenças, usos e costumes, lendas, contos, apólogos, provérbios e cantos, divertimentos e comemorações. Nesse sentido, segundo afirma Frederico Edelweiss – que a rigor, não foi um folclorista, e sim polígrafo, historiador e etnólogo por excelência: “o folclore, o saber popular, são, em resumo, as manifestações variadas da alma popular através das ideias e dos sentimentos coletivos, inconscientemente feitos e refeitos através dos tempos” (EDELWEISS, 2001. p. 20). Em seu texto “Apontamentos de Folclore”, o estudioso chama atenção para a dificuldade da delimitação dos limites exatos entre o saber popular e o culto.

Vale frisar ainda que as histórias tidas como folclóricas são frequentemente conhecidas por se constituírem em histórias “divorciadas de sua situação ou contexto”, como afirma E. P. Thompson. Segundo o historiador inglês, em artigo que se detêm à questão da utilização dos materiais folclóricos como fontes históricas, “as perguntas dos folcloristas raramente procuravam saber da sua função ou uso corrente” (THOMPSON, E., 2001, p. 231) no que diz respeito aos costumes e as crenças, resultando em materiais deslocados da conjuntura cultural em que estavam inseridos.

Feita a diferenciação dos conceitos anteriormente expostos, daremos continuidade à análise dos “causos” enfocando de que maneira essas histórias maravilhosas têm sido tratadas pelas escolas do Vale nos dias atuais. Segundo os depoimentos, percebe-se que as escolas buscam prover os seus estudantes de um maior conhecimento acerca desse universo imaginário tão caro ao Capão e aos seus habitantes. A aproximação entre os estudantes e os “causos” é realizada através de trabalhos extraclasse, que envolvem pesquisas e debates entre os alunos e, em alguns casos, abrangem também moradores mais antigos.

De acordo com a entrevista de Seu Edivaldo, é com muita alegria que ele recebe em sua casa a visita de alunos e professores do povoado interessados em escutar e aprender com as histórias de antigamente. “Uma vez veio a professora com os alunos no meio da casa... é... pra saber como era aqui... eu gostei [...] Porque eu to aprendendo deles, e eles aprendendo de mim”²⁰¹. O testemunho de Seu Edivaldo nos indica que ele, além de se sentir valorizado e

²⁰⁰ João Eudes dos Santos Souza, 23 anos. Entrevista realizada em 14/12/2010.

²⁰¹ Edivaldo Jorge dos Santos. Depoimento citado, 15/12/2010.

importante por poder ajudar na formação das novas gerações, compreende como proveitosa a troca de ensinamentos que essas relações proporcionam, independente da idade.

A jovem instrutora de circo Jucimara, de 23 anos, que nos concedeu a entrevista na movimentada varanda da cantina de sua mãe, a também depoente Dona Juceli, acredita que é através da escola que seus dois filhos (Dandára e Davi) conhecerão essas histórias e não mais pelo convívio com os mais velhos, “principalmente, se eles estudarem na escola que tem aqui, que resgatam muito história da cultura, que é formado por pessoas já daqui, que estudaram e aí tem esse trabalho de resgate...”²⁰². A depoente se refere à instituição de que também foi aluna, a Escola Comunitária Brilho do Cristal, que desenvolve trabalhos de interação e compreensão acerca dos antigos costumes dos moradores do povoado mencionados anteriormente.

Assim como Jucimara, João Eudes também é pai de duas crianças e já nota a diferença no convívio entre as gerações mais novas e os mais antigos. “Com televisão... Den`de casa, computador, internet, faz o que? As pessoa não vai ficá ali reunida conversando, vai assisti todas novela, vai jogar. [...] Se for pra casa dos mais velho tem televisão, é mais fácil ligar a televisão e deixá”²⁰³. Ele sugere que o distanciamento entre as gerações estaria relacionado à inserção dos recursos eletrônicos no cotidiano dos habitantes do Vale. Mais adiante, João conclui seu pensamento com a seguinte colocação acerca das narrativas: “Então, um conto que não vai ser... Uma coisa que não vai ter mais”²⁰⁴. Foi possível notar na fala do depoente – em entrevista concedida no escritório da pousada em que trabalha – certo tom de desapontamento ao prever o fim das histórias, caso as pessoas continuem desinteressadas delas.

Ao ouvirmos esses jovens depoentes do Capão percebemos que eles compreendem a importância da reprodução dessas histórias para as novas gerações. A jovem Girleide – irmã de Jucimara e também filha de Dona Juceli – considera muito importante que as crianças conheçam essas histórias maravilhosas para que elas possam construir uma relação de mais intimidade com o local em que nasceram, “pra elas saber da história do lugar que elas nasceram... Eu gostei de saber dessas historias”²⁰⁵. Ela demonstrou grande satisfação por ser conhecedora de alguns dessas histórias, nos dando a entender que a detenção desse conhecimento lhe transmite a sensação de pertencimento ao povoado do Vale.

²⁰² Jucimara Santos Costa. Depoimento citado.

²⁰³ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado, 14/12/2010.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ Girleide Santos Costa. Depoimento citado.

Entretanto, mesmo que essas histórias continuem sendo reproduzidas, uma coisa é certa: elas não deverão conter os mesmos significados dos tempos antigos. Marcadas no passado por um forte componente de ordem ética e disciplinar, por exemplo, a perpetuação dessas histórias na atualidade se revela a partir de novos significados, entre elas a preocupação com a valorização da cultura local e de um sentido de pertencimento ao grupo social. Esse processo pode ser pensado, talvez, como consequência de uma realidade que se modificou tão rapidamente nas últimas décadas, em função do advento do turismo, de uma maior presença dos poderes públicos, das tecnologias de informação e comunicação e, com elas, da difusão de novas práticas de sociabilidade.

Todavia, há que se destacar que a utilização do termo “resgate” por parte da depoente Jucimara para se referir aos esforços de alguns habitantes que almejam garantir a perpetuação dessas histórias parece inapropriado. Constitui-se em verdade um processo de ressignificação desses “causos”, os quais renascem imbuídos de outros e novos sentidos a cada narração.

Conforme apreendemos nas entrevistas, as histórias maravilhosas contadas no passado tinham, segundo os depoentes, como principal propósito, na maioria das vezes, colocar medo nas crianças desobedientes. Nos dias de hoje, contudo, percebe-se que essa função originalmente conferida aos “causos” não atende mais às expectativas dos próprios adultos. Por isso, ao ser questionado sobre o emprego dessas histórias nos dias atuais, João Eudes expôs:

Não, não vou botar medo neles [nos filhos]. Quer queira quer não, história de saci pererê, curupira, lobisomem, mula sem cabeça, na escola eles vão saber disso. Mas que eu vou ficar lá pega criança que desobedece pai, não. Hoje... Eu acho que hoje em dia tantas formas de educar seus filhos sem colocar medo, sem bater; mas não vou contar isso pra meus filhos não²⁰⁶.

João é um dos moradores que desaprova a reprodução dessas histórias com o sentido atribuído nos tempos de outrora e, não só ele discorda dessa utilização, mas também Rozeli: “Conhecer... A história das pessoas mais velha, a história daqui do Capão é importante, até na escola eles tão fazendo assim, trabalho com esse assim, tipo, fazer pesquisa, saber como era antes, né? Como é que tá agora, mas, pra meter medo eu acho que não, né?”²⁰⁷. Sua fala reforça a ideia de que a utilização dessas histórias em termos de uma “pedagogia do medo” parece inapropriada para os dias atuais.

²⁰⁶ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado.

²⁰⁷ Rozeli Batista dos Santos, 34 anos. Entrevistas realizadas em 16/12/2010.

Para além da desaprovação dos jovens pais do povoado, o sentido atribuído às histórias não amedronta mais as crianças dos dias hoje, estimuladas pelos recursos eletrônicos e com acesso às informações de maneira muito mais facilitada, como no caso dos filhos de João Eudes. Desse modo, os “causos” não surtiriam qualquer efeito se continuassem sendo contados com esse intuito. Na opinião do entrevistado:

Eu conto pá minha fia algumas coisa de assombração, ela não tá nem aí, não tem medo. [...] As criança hoje em dias, hoje em dia, não tá mais com... Esse medo, igual do meu tempo, eu tinha um pouco de medo. [...] E teve algumas coisas que eu perdi de ir pra alguns lugares... Pra minha filha mesmo, meu filho eu não vô contá, eu quero eles corajoso²⁰⁸.

O depoente assume ter sido uma criança amedrontada por causa das histórias narradas pelos pais, avôs e tios, porém, reafirmou o seu desejo de que seus filhos não compartilhem dessa insegurança e possam crescer destemidos. Mais uma vez, o testemunho Rozeli reitera a fala de João, discorrendo de modo similar sobre os mecanismos de advertência dos tempos de antigamente:

Eles ficava... Ficava com medo, né? E... Aí quando tava pra responder lembrava, né? Ôia Mula sem cabeça, ôi lobisomem... É aí eles tinha medo mesmo... Pra educar e também pra meter um pouquinho de medo, mas que servia era educar assim também, né? Eu acredito que muitos pais naquela época eles... Tinha outros métodos de adotar a crianças, assim tipo, eles não batia mas, falava algumas coisas assim né? Pra intimidar²⁰⁹.

A despeito do método intimidatório utilizado pelos antigos para educar seus filhos, o depoimento da agente de saúde nos permite compreender os motivos pelos quais a reprodução dos “causos” era tão constante no Capão em detrimento de outros procedimentos – eles eram considerados largamente eficazes.

Nos dias de hoje as histórias maravilhosas ainda fazem parte da esfera mental dos moradores do Capão, não com a mesma função que desempenhavam no passado, porque tanto os moradores como as histórias se adaptaram às transformações ocorridas com o passar do tempo no Vale. Dentre as mudanças estruturais mais significativas ocorridas no território chapadino, acreditamos ter sido a chegada da eletricidade a de maior impacto na vida de todos e, ao mesmo tempo, o maior estímulo para que esses “causos” maravilhosos do passado adquirissem um novo sentido e pudessem continuar no imaginário dos indivíduos no presente.

²⁰⁸ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado.

²⁰⁹ Rozeli Batista dos Santos, 34 anos. Entrevistas realizadas em 16/12/2010.

Nesse sentido, e partir de algumas entrevistas como a de Dona Luzia, é que se percebe a nova função que essas histórias passaram a desempenhar no contexto contemporâneo da vida no povoado: a função do divertimento. Esse aspecto tornou-se bastante relevante para a perpetuação dessas histórias. “Eles aprende... Eles, muichos vão aprender, que é muichos menino que conta história, as vez aí tem uma festinha os menino conta aquelas história [...] e no dia que vai encerração da escola, eles fala pras professora [...] Todo mundo acha graça, né? O que eles fala”²¹⁰. Além de se sentir orgulhosa por ser uma das transmissoras desse conhecimento, Dona Luzia ainda se alegra por saber que está ajudando as novas gerações do povoado a perpetuarem esse costume.

De acordo com Girleide, ao contar essas histórias, a intenção dos narradores variava entre o desejo de despertar o riso e o medo nos seus ouvintes. “A maioria das vezes era... pra gente dá risada... ou se não fazer medo, sei lá”²¹¹. No entanto, o que predominava mesmo eram os risos. Para ela, o mais importante era poder desfrutar da prazerosa companhia desses sujeitos: “Eu já ouvi muito [causos] porque eu adoro conversar com os idosos, é adoro... Com as pessoas mais velhas eu adoro conversar com elas...”²¹². Como resultado dessa convivência, ela afirma ter aprendido muito sobre essas histórias.

Outra moradora do Vale que também se orgulha por estar tão próxima desses senhores e senhoras que tanto tem para lhe ensinar é Rozeli. Em uma passagem da sua entrevista, é admirável a consciência que revela da importância cultural dessas histórias para o povoado, e isso apesar da insegurança e do esforço para encontrar as palavras certas:

Deixa vê como é que eu posso dizer... Uma parte sim acredita né? Porque até é cultura daqui, né? Mas já tem outras... Tipo... Já ta tendo um outro conhecimento, que não acredita, né?... Acha assim, que é besteira, que é fantasia, que é coisa da cabeça das pessoas, são lendas, né? Mas, segundo os mais velhos existia isso e que ainda existe, né?²¹³.

Este depoimento é, em certa medida, contrário aos testemunhos e às análises anteriores, por admitir a existência das maravilhas no Vale. Com base nele, entende-se que apesar das muitas variações, das alegações de falsidade, das gozações alheias, da introdução de elementos modernizantes no povoado, da apreensão de novos conhecimentos e valores, e até mesmo do fim dos testemunhos relacionados às ocorrências maravilhosas anteriormente expostas, os depoimentos que nos falam sobre as experiências de alguns moradores e a crença

²¹⁰ Luzia Nascimento Neves. Depoimento citado, 16/12/2010.

²¹¹ Girleide Santos Costa. Depoimento citado.

²¹² *Ibidem*.

²¹³ Rozeli Batista dos Santos. Depoimento citado, 16/12/2010.

nessas histórias ainda nos dias de hoje são mais do que verdadeiras, são fantásticas. Afinal, quem disse que a fantasia não é real? Para alguns habitantes do Vale do Capão, ela é.

3.3. NARRATIVAS COMO PATRIMÔNIO

Mesmo diante dos aspectos de transformação e permanência apontados pelos testemunhos dos moradores do Vale a respeito das histórias de antigamente e já analisados ao longo deste terceiro capítulo, acreditamos ainda ser possível acrescentar a essa discussão outro viés de entendimento dessas histórias, concernente à sua dimensão patrimonial. Essa percepção acerca da relação existente entre os “causos” e a categoria do patrimônio veio à luz no curso do desenvolvimento da pesquisa. Não constitui, portanto, uma reflexão descolada da realidade, senão um aspecto que se tornou evidente a partir dos relatos dos próprios depoentes.

Todavia, a possibilidade de análise das histórias sob esta perspectiva exige algumas precauções. Há que se observar, por exemplo, as distintas concepções respeitantes à categoria do patrimônio, tal como percebido por nós à luz do quadro teórico em que essa discussão se situa, e pelos “nativos” a fim de não ignorar os processos sociais de produção de sentidos e significados elaborados por eles. Assim, a compreensão acerca desse conjunto de bens culturais deve ser realizada a partir dos significados atribuídos a ele pelos sujeitos que o percebem dessa maneira. Desse modo, conforme sugere Gonçalves, o modo adequado de utilizar a categoria do patrimônio é “não naturalizar essa categoria e impor àquele conjunto um significado peculiar e estranho ao ponto de vista nativo” (GONÇALVES, 2003, p. 26).

Desde o início da pesquisa, estivemos atentos a tais questões e por isso acreditamos que a categorização das histórias maravilhosas como bens patrimoniais não foi empreendida de modo a descontextualizá-las. Por mais que a percepção dessas histórias de antigamente como vinculadas à noção de patrimônio possa parecer estranha aos moradores do Vale, a relevância que o problema da retransmissão dessas histórias, geração após geração, assumiu entre alguns segmentos do povoado, permitem identificar essas histórias como um bem cultural caro a esse grupo social e que não apenas representam esse povoado, mas também servem para pautar as ações dos seus sujeitos no tempo presente.

Nesse sentido, um primeiro aspecto que nos sugere uma concepção patrimonial – percepção essa que parece comum tanto aos nativos do Vale quanto a nós, enquanto pesquisadores – é a crença manifestada por alguns depoentes de assegurar a perpetuação

dessas histórias, independente dos seus novos sentidos que estas venham a assumir, já que, como se viu, os mesmos se modificam com o passar do tempo. Cremos ser interessante analisarmos, a esse respeito, o depoimento de João Eudes, dentre outros:

Não... Isso não acaba não! Quer queira, quer não, sempre vai ter um medo, sempre tem alguém que vai vê, sempre vai poder contar... Apesar que antigamente tinha mais, o pessoal via mais coisa, mas hoje em dia [...] Sempre tem uns pontos mal-assombrado, uma morte inexplicada, acidentes, sempre vai ter²¹⁴.

Apreende-se na fala do depoente uma grande convicção expressa em sua voz, convicção essa que sugere serem essas histórias “mal-assombradas” e ao mesmo tempo “encantadas” imprescindíveis na construção do cotidiano dessa comunidade. Especialmente para continuar servindo de explicação para aqueles acontecimentos misteriosos (“pontos mal-assombrados”, uma “morte inexplicada”, “acidentes”) que fogem à compreensão imediata da população do Vale e que, nem por isso, deixam de demandar respostas.

Contudo, com relação ao seu posicionamento de que os “causos” maravilhosos continuarão naturalmente a existir, entende-se que tal questão suscita outras discussões entre os habitantes do Capão. Dentre elas, a preocupação apreendida em alguns depoimentos com relação à morte dos moradores de idade mais avançada – que compõe uma geração muito cara ao povoado – pelo fato de serem esses sujeitos os maiores detentores dessas histórias no domínio de suas memórias. Nesse sentido, verifica-se também uma notável valorização das pessoas de mais idade, especialmente daquelas dotadas de maior lucidez, consideradas importantes referências para as gerações mais novas, seja por seus ensinamentos ou pelo valor de suas lembranças para a transmissão e afirmação da própria história daquele grupo social.

Nesse sentido, cabe ressaltar que essas histórias tratam-se de um bem cultural de tipo especial, pois, como pontua Márcia Sant`Anna discorrendo acerca dos saberes orais, constituem: “Bens vivos, cujo principal repositório é a mente, e cujo principal veículo é o corpo humano” (SANT`ANNA, 2005, p. 7). É o corpo, através da fala, que dá vida a esse imaginário, daí a necessidade de retransmitir essas histórias para as novas gerações de moradores do Vale, de modo que as mesmas não pereçam com o passar do tempo, por decorrência do esgotamento do corpo dos mais antigos. Ainda com relação a utilização das fontes orais, desejamos frisar uma importante dimensão sugerida por Paul Zumthor, em seu livro, “A letra e a voz”. Ele nos chama atenção para o fato de que essas fontes são impregnadas de significados que emergem de diferentes “performances corporais”

²¹⁴ João Eudes dos Santos Souza. Depoimento citado, 14/12/2010.

(ZUMTHOR, 1993), que podem negar, ratificar ou explicitar o conteúdo das palavras de uma forma distinta daquela expressa através da escrita. Por isso, acreditamos que a atenção do pesquisador deve estar não apenas na voz, mas também no corpo do seu entrevistado.

No caso do testemunho de Dona Luzia, concedido em dezembro de 2010, o tom de decepção expresso na sua voz sugere-nos uma possível relação não com o admissível fim das narrativas – porque no entendimento dela alguns sujeitos das novas gerações já vem demonstrando interesse em apreender essas histórias e serem eles, daqui a algum tempo, os responsáveis pela sua perpetuação – mas sim pela compreensão do inevitável fim da sua geração. Ao ser questionada sobre um possível fim desses “causos” maravilhosos, ela respondeu:

Não sei, acho que não fia... Porque muitas pessoas passam, tem muitas pessoas... Tem ainda muita gente que sabe a história e, vai tendo mais novo também vai aprendendo, vai fazendo... Vai falando, vai vendo, vai falando. Mas mais as pessoas que... Do povo mais velho que tá se acabando²¹⁵.

A fala de Dona Luzia traz ainda outro aspecto que merece ser destacado: o valor patrimonial dessas histórias não está restrito apenas ao conteúdo que elas veiculam, mas também, e quiçá principalmente, à importância da oralidade como instrumento de transmissão de saberes dentro desse grupo. Assim, a despeito da morte dos mais velhos, a própria tradição oral se encarregaria de assegurar a perpetuação dessas histórias ancestrais apreendidas pelos mais novos, que se encarregariam de transmiti-las às gerações futuras.

Dona Luzia não conseguiu disfarçar em sua voz o lamento pelo fim da geração mais antiga dos moradores do Vale, ocorrência essa cíclica, constante e inevitável. O que chama bastante atenção nesse testemunho é o fato da entrevistada não se incluir entre os mais velhos, apesar da sua idade. Essa atitude de Dona Luzia talvez demonstre o seu desejo de adiar o confronto com tal realidade. Com relação ao não pertencimento a geração mais antiga, Seu Edivaldo de 74 anos, também faz referência aos mais “véi” com um distanciamento inusitado em seu testemunho concedido em dezembro de 2010. Ao ser interrogado sobre o que seria das narrativas maravilhosas daqui pra frente e se ele achava que as novas gerações teriam interesse em continuar a perpetuação desses “causos” misteriosos, ele nos disse:

Isso eu não se, se alguém ainda vai... Não, mas o pessoal ainda conta, de dia assim esses véi... Mas tem véi aí... É... E é vem tempo, quando a gente acabar... Cara que nem eu que tem 74 anos, Ana também é de minha idade, outros e outros acabá, eles quê e não vê mais, não acha, porque já vai acha nos moderno. Você ainda achô eu, aí

²¹⁵ Luzia Nascimento Neves, 74 anos. Depoimento citado, 16/12/2010.

eu e outros aí ainda temos essas definiçãozinha... Pra vocês. Agora vem tempo que eles não acha. Sim, o que tá escrito vocês mostra... Tem, não acaba não, aí você já vai mostra a eles, vai mostra... Não acaba não, caba não, não caba não... Caba nós, mas isso aí...²¹⁶.

Mesmo Seu Edivaldo tendo feito referência aos “véi” como uma geração distante de si, seu testemunho indica que ele tem consciência que, tanto ele como Dona Ana, sua esposa, dentre outros moradores de idade mais avançada, estão inclusos nessa categoria. O modo com esses sujeitos são designados, velho é ao que parece o que mais desagrada a Seu Edivaldo. Para o depoente, a expressão “véi” é utilizada de forma pejorativa por muitos para se referir a sujeitos ultrapassados, sem utilidade ou de menor importância para o povoado. Talvez por isso ele não queria ser designado como tal.

Seu Edivaldo ainda evidenciou, em seu testemunho, tranquilidade e compreensão quanto à trajetória natural da vida. Apesar da dúvida anunciada a princípio, ele também acredita que a incumbência de contar essas histórias ficará a cargo dos “modernos”, ou seja, dos mais jovens e, assim como João Eudes, confia que essas histórias ainda persistirão na memória dos moradores do Vale por muitos anos.

Ainda com relação ao depoimento anterior, devemos ressaltar a perspicácia por parte do entrevistado quanto à colocação em seu testemunho de que as histórias maravilhosas contadas pelos locais se eternizarão por terem sido coletadas oralmente e registradas através da escrita, por meios dos trabalhos realizados acerca das mesmas. Entretanto, cremos que não se trata de perpetuar esses “causos” a qualquer custo. No nosso entendimento, o maior valor dessas histórias está no ato de serem narradas. É nesse momento que elas adquirem vida, e se recriam, tanto pela voz do narrador, como pela imaginação de quem as ouve. Além de que os conhecimentos e saberes resguardados no domínio da memória desses senhores do Capão, auxiliam-nos na valorização de suas próprias trajetórias de vida.

É importante ressaltar que, para além das funções e dos significados atribuídos aos “causos”, tanto as histórias maravilhosas quanto o ato de reproduzi-las desempenham um papel de aproximação entre as diferentes gerações que compõem o povoado do Vale do Capão e que, na maioria das vezes, encontram poucos pontos em comum de troca e aprendizado mútuo.

Os posicionamentos acima analisados que tratam da perpetuação das histórias diferem e muito do ponto de vista de Seu Edgar. Apesar da alegria que ele evidencia ao contar suas histórias maravilhosas, Seu Edgar não percebe nas novas gerações a disposição e o interesse

²¹⁶ Edivaldo Jorge dos Santos (Seu Edivaldo), 74 anos. Entrevista realizada em 15/12/2010.

de continuar reproduzindo essas histórias. “Tem história que... acaba, né? Tem história que até acaba, sem... sem ser... é... coisada... é... não tem... acaba, né? Que... hoje em dia tá... tudo num... coisa, pá acabá... porque não tem quem... comunica”²¹⁷. Para o depoente, é por causa do desinteresse das novas gerações que nem todas as histórias sobreviverão. Com relação à perpetuação parcial das histórias, parece ser muito coerente o raciocínio do entrevistado. Com o passar do tempo, o próprio povoado, através dos seus sujeitos, elegerá quais são as histórias mais interessantes, curiosas, ou até mesmo engraçadas, que deverão continuar a fazer parte do repertório de práticas culturais próprias do Vale.

Para a depoente Rozeli, é natural que nem todas as histórias resistam ao tempo, principalmente pelo fato de que as pessoas vão adquirindo novos conhecimentos e deixando para trás os antigos. “Eu acho que isso vai se perdendo, né? Com o passar do tempo. Por causa da... As pessoas vão tendo novos conhecimento e, daí eles vão deixando de lado essas coisas”²¹⁸. A entrevistada buscou enfatizar não a irrelevância dessas histórias, mas sim o acréscimo de informações e conhecimentos trazidos à vida dos moradores pelos modernos veículos de comunicação, como a televisão e o computador, que passaram a despertar maior atração e interesse em detrimento dos antigos hábitos. “Isso vai ficar mais de lado... Como as cantigas de roda, que não tinha televisão o pessoal ficava cantando as cantiga de roda a noite, é... Fazendo... Serenata, essas coisas assim, né? Que eles gostava de fazer. E hoje não se vê mais”²¹⁹. Para a depoente, os elementos da modernidade estão ocupando os espaços antes destinados às interações coletivas e lúdicas e, como decorrência, essas novidades transformam também os comportamentos dos indivíduos.

É tão legítima e relevante a colocação da entrevistada Rozeli que agora queremos continuar analisando mais detidamente outros esforços de determinados segmentos do povoado para preservar sem, todavia, engessar alguns desses aspectos culturais que estão sendo “deixados de lado”. Esses esforços, como dito anteriormente, evidenciam também a concepção patrimonial e o anseio por parte dos moradores do Vale com relação à perpetuação das histórias misteriosas.

Dentre esses esforços, cremos que as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelas escolas locais através dos seus professores e alunos em parceria com os idosos do Vale estão entre elas. Essas pesquisas escolares buscam a manutenção e a sobrevivência de algumas dessas manifestações culturais, para que as mesmas não sejam esquecidas e, a nosso ver, já

²¹⁷ Edgar da Silva Quaresma. Depoimento citado, 14/12/2010.

²¹⁸ Rozeli Batista dos Santos. Depoimento citado, 16/12/2010.

²¹⁹ *Ibidem*.

produzem significativos resultados. Tais pesquisas almejam tanto o conhecimento como a valorização das histórias de vida desses sujeitos, mas também da história do Vale do Capão. É importante frisar que os frutos desses projetos vão além do ambiente escolar. A valorização da cultura local e dos indivíduos que compõem o vilarejo desperta nas crianças sentimentos de respeito e carinho, tanto pelos sujeitos da pesquisa, como pelas experiências de vida transmitidas.

Alguns dos narradores colaboradores dessa pesquisa de mestrado eram ex-alunos e outras são mães de alunos, por isso, através deles, conseguimos apreender informações relevantes acerca dos trabalhos desenvolvidos pelas escolas. Em sua maioria, esses trabalhos consistem em pesquisas orais realizadas pelas crianças e, têm a intenção de apreender informações acerca dos “causos” maravilhosos de antigamente, mas também dos remotos hábitos e costumes dos moradores, dentre eles: as brincadeiras, as comidas e, até mesmo, ensinamentos acerca do cultivo da terra. Como narra Girleide: “Tanta coisa... brincadeiras... comidas, muitas coisas... dicas... Várias dicas de como plantar, várias coisas assim, é muito importante” ²²⁰. De acordo com ela, essas informações sempre lhe pareceram bastante relevantes.

Segundo as lembranças da ex-aluna Jucimara, o período do ano em que a sua antiga escola, Brilho do Cristal, mais exigia esforço e dedicação dos alunos para a realização dos trabalhos era durante o mês de agosto, por conta do dia 22 de agosto ser considerado o dia do folclore. “Eu estudei no Brilho. Aí, a gente fazia muita pesquisa, sobre as histórias do Capão, principalmente na época do folclore, que é agosto. Eu organizava a festa, então a gente trabalhava muito. Um mês só pesquisando, essas coisas” ²²¹. O testemunho de Jucimara nos sugere, principalmente, que a intenção da escola era apresentar o folclore brasileiro aos seus alunos, priorizando fundamentalmente as histórias e experiências vivenciadas pela população do Vale.

Como resultado de uma dessas atividades de pesquisas realizadas pelos alunos da Escola Brilho Cristal foi confeccionado um mural em uma das salas da escola em que, a partir das histórias maravilhosas testemunhadas por pessoas do Vale e inventariadas pelos alunos da 2º série do ano de 2007, os alunos puderam representar as suas próprias concepções acerca dos seres maravilhosos que povoavam o Vale do Capão e o imaginário dos moradores nos tempos de antigamente. Esse mural foi restaurado no ano de 2009 também pelos alunos da escola Brilho do Cristal.

²²⁰ Girleide Santos Costa. Depoimento citado.

²²¹ Jucimara Santos Costa. Depoimento citado.

As fotos abaixo foram feitas por nós em março de 2010. Desejamos ressaltar, na primeira fotografia, a diversidade dos seres lendários que compõem o folclore brasileiro. Contudo, nas fotos seguintes, queremos chamar a atenção para a presença do Lobisomem e da Mula sem cabeça, por se tratarem de aparições que teriam sido testemunhadas pelos mais antigos, principalmente durante o período da quaresma e da Semana Santa.

Figura 3: Mural da escola comunitária Brilho do Cristal, distrito de Caeté-Açu



Acervo pessoal. Março de 2010.

Figura 4: Mural da escola comunitária Brilho do Cristal, distrito de Caeté-Açu



Acervo pessoal. Março de 2010.

Figura 5: Mural da escola comunitária Brilho do Cristal, distrito de Caeté-Açu



Acervo pessoal. Março de 2010.

Com relação à foto do Lobisomem, desejamos ressaltar o sorriso impresso em sua face. Esse semblante simpático representado pelas crianças da Escola Brilho do Cristal nos sugere que eles apreendem esse ser tão temido por seus antepassados, como uma figura lúdica e engraçada, mas de modo algum assustadora.

Outro aspecto marcante resultante dessas pesquisas escolares é a relação de amizade que alguns alunos passam a desenvolver com os mais velhos. Como no caso de Girleide, que se refere à convivência e às conversas com as pessoas mais velhas com muito carinho: “Eu adoro conversar com os idosos, é adoro... Com as pessoas mais velhas eu adoro conversar com elas... Fala muito... Aí tem horas que eu fico tempos conversando com elas...”²²².

Ainda com relação aos esforços desempenhados por alguns para resguardar os antigos costumes inerentes ao Vale do Capão, acredito que não deve passar despercebida a iniciativa e esforço de alguns moradores em continuar dando vida a outras manifestações culturais importantes para o Vale. Nesse sentido, vale ressaltar que tanto o retorno das apresentações do “drama”, bem como das reaparições do Terno de Reis, são empreendimentos recentes e valorizados pela população do Capão, como afirma Rozeli:

O Reis continua, o Reis eles resgatô, continua... Tinha parado... voltou... Eu acho que já tem uns... 8 anos que voltô [...] Foi D. Nadir, Belí, Dalva, é... As mais forte que sabia assim, cantar mermo os cânticos tudo, D. Anita. Ai elas juntô um grupo e começaram a cantar, já tão ganhando premio, já vão apresentar fora, já fazem um trabalho mermo, né?²²³

²²² Girleide Santos Costa. Depoimento citado.

²²³ Rozeli Batista dos Santos. Depoimento citado, 16/12/2010.

Esse depoimento sugere algumas reflexões. A primeira delas é com relação ao desejo de alguns locais em tentar restabelecer essas manifestações como um mecanismo de reafirmação e pertencimento dos aspectos culturais locais em contraposição, talvez, aos novos moradores, às novas tecnologias e, por conseguinte, às muitas transformações ocorridas nas últimas décadas. Outro aspecto que não passa despercebido é o cunho formal e o caráter profissional que eventualmente essas manifestações assumem. Essa ocorrência me parece relevante porque pode estar deixando de lado a espontaneidade tida como imprescindível às manifestações da cultura popular, que passam a ser apresentadas em novos contextos sociais.

Diferentemente de outros grupos produtores de bens culturais que, em alguns casos, tem relevância para a formação nacional e até mesmo delimitação ou classificação estabelecida por órgãos do Estado, compreendemos que as histórias maravilhosas do Capão não necessitarão dos mesmos mecanismos de validação porque, para além dessa institucionalização e função, elas encontram respaldo e reconhecimento junto aos moradores do vilarejo. No caso do Vale do Capão, cremos que conhecer bem seus “causos” maravilhosos seja essencial para se ter um entendimento mais completo acerca de sua história, evidenciando aspectos da dimensão simbólica e das sensibilidades dos sujeitos do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, essa dissertação analisou a importância e a função do ato de contar histórias no cotidiano dos moradores do distrito de Caeté-Açu e também os diferentes sentidos atribuídos aos maravilhosos “causos” que compõem a vida das distintas gerações que habitam o encantado Vale do Capão, tanto no tempo de antigamente como nos dias de hoje. No entanto, cabe-nos ressaltar que o interesse pelas narrativas maravilhosas vai além da produção de um conhecimento acadêmico; esperamos que esse estudo favorecerá a elaboração de uma maior conscientização social acerca do dinamismo cultural e da memória, de importância já reconhecida por alguns segmentos de moradores do Vale.

Ao recordar as histórias maravilhosas, os hábitos e os costumes vivenciados nos tempo de antigamente, as dificuldades e os prazeres enfrentados tanto nas serras de garimpo, quanto nas lavouras familiares ou de café, era inevitável a percepção do saudosismo que se fazia presente no tom das vozes e nas feições dos depoentes mais idosos. Apesar da consciência de que os tempos de hoje trouxeram uma série de comodidades e uma maior qualidade de vida para os moradores do Capão, as lembranças acerca dos tempos de outrora ainda ocupam um lugar privilegiado na vida e no coração de quem nele viveu, a despeito de todas as dificuldades e mistérios.

Não é possível saber se as histórias maravilhosas continuarão a existir no povoado... Além do mais, apenas o desejo de alguns habitantes do Capão não é o bastante para que isso se realize – entendemos que determinadas dimensões culturais que compõem um grupo social só continuarão a existir se as pessoas inseridas nele assim o quiserem. Não podemos perder de vista também que as transformações e as mudanças são inerentes a essas dimensões culturais que permanecem com o passar do tempo. No entanto, o que podemos dizer é que a maioria dos testemunhos recolhidos no Vale nos sugerem bastante respeito às credences locais que se sobressaem ainda hoje no cotidiano dos habitantes do Capão.

Muitos entrevistados buscaram enfatizar o acréscimo de informações e conhecimentos trazidos pelos modernos meios de comunicação, como a televisão e o computador, à vida dos habitantes do vilarejo, que passaram a despertar maior atração e interesse, em prejuízo dos antigos hábitos. Segundo eles, os elementos da modernidade estão ocupando os momentos antes destinados às interações coletivas e lúdicas e, como decorrência, essas novidades transformam também os comportamentos dos indivíduos e seus hábitos.

Com relação à utilização das fontes orais podemos assegurar que essa metodologia nos trouxe muitos ensinamentos. Para além do aprendizado teórico, esse diálogo nos ajudou a

desenvolver uma interação com os depoentes que foi essencial para a compreensão do que estava sendo exposto principalmente pelos mais idosos. Acreditamos que esse trabalho propiciou a alguns senhores e senhoras a oportunidade de exprimir seus sentimentos, num momento da vida em que desejavam transmitir suas experiências para as gerações mais novas. Muitos nos disseram que não tinham nada de útil para nos contar, mas foi preciso reafirmar que a experiência que possuem é preciosa que, em alguns casos são desconhecidas dos mais jovens, cujas vidas foram ou são muito diferentes. Esses testemunhos são fundamentais para que se construam novas versões do passado.

Nosso empenho em identificar narrativas que evidenciassem a concepção patrimonial e o anseio por parte de alguns moradores do Vale em perpetuar as histórias maravilhosas, ambicionava a valorização dessa dimensão cultural entendida por nós como um importante aspecto da tradição do lugar – ainda pouco estimada e desenvolvida nos estudos acadêmicos brasileiros. As ações institucionais do setor público ou privado na preservação da memória nacional e ou local ainda valoriza sobretudo a preservação de conjuntos arquitetônicos. Entendemos que o trabalho de recolha, transcrição e interpretação dessas histórias do distrito de Caeté-Açu, contribuirá para a divulgação e compreensão desse patrimônio imaterial. Nosso comprometimento e apreço pelo patrimônio imaterial foram firmados e desenvolvidos a partir desse estudo.

Reconhecemos que algumas lacunas foram deixadas por esse trabalho – visto que, nenhuma pesquisa se esgota em si. Essas lacunas dizem respeito à ausência e ou a falta de aprofundamento no diálogo com outros tipos de fontes, particularmente: as fotografias e a literatura de cordel. Essas interlocuções teriam nos permitido ampliar a discussão a partir dos aspectos teóricos que as compõem. A não utilização dessas fontes não foi um ato deliberado de falta de interesse, mas sim uma limitação imposta pela restrição do tempo para a realização da pesquisa e para a escrita dessa dissertação. Ainda assim, cremos que em momento futuro poderemos dar continuidade a esse estudo articulando essas e outras evidências documentais, com o intuito de enriquecer e desenvolver novas reflexões e análises acerca das narrativas e do maravilhoso intrínsecos ao Vale do Capão.

Esperamos ter contribuído de alguma forma para a história do distrito de Caeté-Açu, para a história das narrativas maravilhosas e principalmente para a história de vida dos homens e mulheres que contribuíram com esse estudo. Como afirma Paul Thompson: “recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essas lembranças pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança” (THOMPSON, P., 1992, p. 208). Assim, desejamos que tanto os habitantes do Vale do Capão, como os

interessados possam recorrer a esse estudo com o intuito de compreender o passado local, mas, sobretudo, a forma com que essas histórias da tradição popular auxiliam ainda hoje os habitantes do povoado no caminho compreensivo acerca dos ensinamentos nos modos de relação do espírito humano com o mistério do ser e da vida.

FONTES

FONTES ORAIS

1. Alice Ferreira Guimarães, 69 anos (última idade informada). Ex-trabalhadora rural, residente em Caeté-Açu. Falecida. Entrevistas realizadas em: 15/12/2006 (duração: 10 minutos); 06/02/2008 (duração: 15 minutos); 16/03/2010 (duração: 15 minutos).
2. Danúbia Rocha Santos, 16 anos. Estudante, residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 07/02/2008 (duração: 28 minutos).
3. Edgar da Silva Quaresma (Seu Edgar), 76 anos. Ex-garimpeiro e trabalhador rural, residente em Caeté-Açu. Entrevistas realizadas em: 15/12/2006 (duração desconhecida); 16/03/2010 (duração: 40 minutos); 14/12/2010 (duração: 34 minutos)
4. Edivaldo Jorge dos Santos (Seu Divas), 74 anos. Ex-garimpeiro e trabalhador rural, residente em Caeté-Açu. Entrevistas realizadas em: 04/02/2008 (duração: 18 minutos); 16/03/2010 (duração: 15 minutos); 15/12/2010 (duração: 38 minutos).
5. Erenilson Ferreira dos Santos, 41 anos. Mototaxista, residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 09/02/2008 (duração: 10 minutos).
6. Francilina Oliveira de Carvalho (Dona Francilina), 89 anos. Ex-garimpeira e trabalhadora rural, residente em Conceição dos Gatos. Entrevistas realizadas em: 16/12/2006 (duração: 10 minutos); 17/03/2010 (duração: 50 minutos).
7. Francisco Batista Sousa, 73 anos. Ex-garimpeiro e trabalhador rural, residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 15/12/2006 (duração desconhecida).
8. Girleide Santos Costa, 20 anos. Estudante do curso de graduação em Artes Plásticas na Universidade Federal da Bahia, residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 16/12/2010 (duração 10 minutos).
9. João Eudes dos Santos Souza, 23 anos. Recepcionista de pousada, residente em Caeté-Açu. Entrevistas realizadas em: 17/03/2010 (duração: 33 minutos); 14/12/2010 (duração: 10 minutos).
10. Juceli Rocha Santos, 48 anos. Dona de uma cantina, residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 07/02/2008 (duração: 28 minutos).
11. Jucimara Santos Costa, 23 anos. Instrutora de circo, residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 18/03/2010 (duração: 20 minutos).

12. Luzia Nascimento Neves, 74 anos. Ex-trabalhadora rural, residente em Caeté-Açu. Entrevistas realizadas em: 17/12/2006 (duração: 13 minutos); 19/03/2010 (duração: 08 minutos); 16/12/2010 (duração: 06 minutos).
13. Manoel Henrique Alves (Seu Dozinho), 79 anos. Ex-garimpeiro e trabalhador rural, residente em Caeté-Açu. Entrevistas realizadas em: 14/12/2006 (duração desconhecida); 18/03/2010 (duração: 10 minutos).
14. Maria Elizabeth Guanais Leles, 55 anos. Residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 15/12/2006 (duração: 10 minutos).
15. Nadir Dreger da Silva, 71 anos. Ex-trabalhadora rural, residente em Caeté-Açu. Entrevistas realizadas em: 15/12/2006 (duração desconhecida); 10/02/2008 (duração: 40 minutos); 16/03/2010 (duração: 40 minutos); 14/12/2010 (duração: 34 minutos).
16. Rozeli Batista dos Santos, 34 anos. Agente de saúde, residente em Caeté-Açu. Entrevistas realizadas em: 15/12/2006 (duração: 10 minutos); 16/12/2010 (duração: 34 minutos).
17. Sebastião Vieira dos Santos (Tio), 82 anos. Ex-trabalhador rural, residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 04/02/2008 (duração: 11 minutos).
18. Vaneide Alves da Silva, 32 anos. Agente de saúde, residente em Caeté-Açu. Entrevistas realizadas em: 04/02/2008 (duração: 10 minutos); 15/12/2010 (duração: 14 minutos).
19. Zenilda Pina. Professora, residente em Palmeiras Entrevista realizada em: 13/02/2008 (duração: 32 minutos).
20. Zenilda Santos Jardim, 78 anos. Ex-trabalhadora rural, residente em Caeté-Açu. Entrevista realizada em: 07/02/2008 (duração: 10 minutos).

FONTES IMPRESSAS

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. **Memória histórica e descritiva do município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)**. Bahia: Oficinas da empresa “A Bahia”, 1910. In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Salles. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpeiros e interpretações da cultura)*. Feira de Santana: UEFS, 2002. p.129-151.

PINA, Zenilda. **Encontro com a Villa Bella das Palmeiras**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

VASCONCELOS, J. Leite de. Tradições populares portuguesas do século XVIII. **Revista Lusitana**, vol. VI, Lisboa, 1900.

FILME

ESPINHEIRA, T; CURI, M. **Cascalho**. [Filme: Longa-metragem]. Produção de Márcio Curi, direção de Tuna Espinheira. Andaraí, Produtora: Asa Comunicação, 2004. Formato: 35mm, duração do filme: 104 min, color. son.

FOTOGRAFIAS

Fotografias da pesquisa de campo

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. O romance ibérico no Brasil: tradição e recriação. **Revista Boitatá**, número especial, ago-dez, 2008, p. 31-47.

AMADO, Janaína. El Don Quijote brasileño: mentira y verdad en la história oral. **Revista Espiral**, Vol. II, Nº 5, 1996, p. 27-42.

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Salles. **Bambúrrios e quimeras**. Olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpeiros e interpretações da cultura. Feira de Santana: UEFS, 2002.

AZEVEDO, Thales de. **O catolicismo no Brasil**: um campo para a pesquisa social. Salvador: Edufba, 2002.

AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil**: Aspectos históricos. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. São Paulo **Perspectiva**, São Paulo, vol.19, pp. 84-96. nº 3, Set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300008> Acesso em: 21 out. 2009.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria**. Da Germânia antiga à França do século XII. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010 (no prelo).

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Célia Leal; SENNA, Ronaldo de Salles; MACHADO NETO, Zahide. **Garimpos e garimpeiros**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2008.

BRASIL, Decreto nº 91.655, 1985. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91655-17-setembro-1985-441832-publicacao-1-pe.html>> Acesso em: 24 set. 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Historia e ciências sociais**. 6ª Ed. Lisboa: Presença, 2000.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro**. Volume 1/2. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Dicionário do folclore brasileiro**. 5ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, nº16, 1995, p. 179-185.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspecto da cultura popular no Brasil. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CIPRIANO, Maria do Socorro. **História de botijas e os labirintos do universo assombroso na Paraíba**. Programa de Pós-Graduação em História do Norte-Nordeste do Brasil – Universidade Federal de Pernambuco (Tese de Doutorado) Recife: UFPE, 2010.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Espaço, poder e exclusão: contexto econômico-social do patrimônio cultural do lugar turistificado. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006, p. 31-37.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2010.

CRUZ, Myrt Tânia de Souza. **A Chapada Diamantina e a convivência com o Semi-Árido: Ameaça de desarticulação e dissolução de comunidades locais.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Antropologia (Tese de doutorado). São Paulo: PUC, 2006.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Objetiva, 2009.
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2010. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=aleivosia&styp=k&x=15&y=4>. Acesso em: 29 nov. 2010.

DIOGO, Cláudia Lago Brás Correia. **História, tradição e oralidade no Algarve: Lendas e outras memórias de Monchique.** Programa de História Regional e Local. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos.** São Paulo: Editora UNESP, 1998.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EDELWEISS, Frederico. **Apontamentos de folclore.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. **História Oral**, 7, 2004, p. 41-59.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa.** 10ªed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Armadilhas da memória: conto e poesia popular.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1991.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Instituto brasileiro de geografia e estatística. XXI volume. Rio de Janeiro, 1958, p.96-98.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LANCIANI, Giulia. O maravilhoso como critério de diferenciação entre sistemas culturais. **Revista brasileira de história**, São Paulo, Vol. 11, nº21; set. 90/fev.91.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

_____. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

_____; SCHMITT, Jean-Claude (coords.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006.

LÓSSIO, Rúbia. Lendas: processos de folkcomunicação. Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/lendastextos.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2011.

MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MENDES, Sandra Regina. **Nos caminhos das tropas**: história, cultura e turismo em Ipiaú e entorno. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo (Dissertação de mestrado). Ilhéus: UESC, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAIS, Cynthia. **Maravilhas do mundo antigo**: Heródoto, Pai da História? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

NEGRÃO, Lísia... [et al]; QUEIROZ, José J. (org.). **A religiosidade do povo**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Dimensão histórico-cultural**: Chapada Diamantina. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, 1997.

_____. **Modos de pensar, sentir e agir**: expressões culturais da Chapada Diamantina. Texto inédito, 2010.

PARAFITA, Alexandre. **O Maravilhoso Popular**: Lendas, Contos, Mitos. Plátano Editora, Lisboa, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Historia Cultural**. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, (14), fev. 1997a, p. 25-39.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, (15), abr. 1997b, p. 13-33.

QUADROS, Antonio. **O sentido educativo do maravilhoso**. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1972.

SALES, Herberto. **Cascalho**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 62.

SANT'ANNA, Márcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa. (org.). **Registro e política de salvaguarda para as culturas populares**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005.

SANTANA, Charles D'Almeida. **Fatura e Ventura camponêsas**: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Márcia Pereira dos. História e memória: desafios de uma relação teórica. **OPIS**, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007, p.81-97.

SCLESINGER, Hugo. **Dicionário enciclopédico das religiões**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SENNA, Ronaldo Salles. **Jarê**: Uma face do candomblé; manifestação religiosa. *Chapada Diamantina*. Feira de Santana: UEFS, 1998.

SILVA, Cândido da Costa. **Roteiro da vida e da morte**: Um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo, Editora Ática, 1982.

SOLARI, Aldo. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico**: demonologia e colonização: séc. XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Tânia Costa. **Encontro e assimetria**: Nativo/Alternativo e currículo de uma escola de Caeté-Açu. Programa de Pós-Graduação em Educação. (Dissertação de Mestrado). Senhor do Bonfim: UNEB, 2002.

STEIL, Carlos Alberto. Catolicismo e cultura. In: VALLA, Victor Vincent (org). **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOPA, Francisco. Literatura oral: Pare, escute e use. **Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literatura**. Porto, XVII, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Campo e Cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a literatura medieval**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.